



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MILENI ALVES SECON

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM FAMÍLIAS
NA POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL:
POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DE INFLUÊNCIAS DO
CONSERVADORISMO MORAL**

Londrina
2018

MILENI ALVES SECON

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM FAMÍLIAS
NA POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL:
POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DE INFLUÊNCIAS DO
CONSERVADORISMO MORAL**

Tese de doutorado apresentado ao Programa de Estudos Pós graduados em Serviço Social e Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a titulação de doutorado.

Orientadora: Profa. Dra. Olegna de Souza Guedes

Londrina
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Secon, Mileni Alves.

O trabalho do assistente social com famílias na política de assistência social : possibilidades de superação de influências do conservadorismo moral / Mileni Alves Secon. - Londrina, 2018.
169 f. : il.

Orientador: Olegna de Souza Guedes.

Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2018.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social com a família - Tese. 2. Assistência social - Tese. 3. Conservantismo - Tese. I. Guedes, Olegna de Souza. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

MILENI ALVES SECON

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM FAMÍLIAS NA
POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL:
POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DE INFLUÊNCIAS DO
CONSERVADORISMO MORAL**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós graduados em Serviço Social e Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para titulação em doutorado.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Olegna de Souza
Guedes
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Raquel Raichelis Degenszajn
Pontifícia Universidade Católica – PUC

Profa. Dra. Esther Luiza de Souza Lemos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE

Profa. Dra. Sandra Lourenço Fortuna
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 17 de agosto de 2018.

Aquela que me fez reencontrar o amor verdadeiro e o seu verdadeiro significado. Que veio para bagunçar minha vida de um jeito que não a quero mais arrumada: Minha Isadora

AGRADECIMENTOS

Marx dizia que não havia trabalho isolado, que todo processo de trabalho é coletivo, assim, mesmo que o processo de uma tese seja uma produção muito solitária, esta nunca será uma produção isolada. Assim no trajeto dessa tese é necessários fazer vários agradecimentos, tantos que é difícil pontuar tantas pessoas que nesse caminho me apoiaram, acreditaram, incentivaram e que agora vibram por este “até que enfim”.

À minha Isa, minha doce e parceira Isadora. Cresceu ouvindo que a mamãe estava sempre trabalhando e fazendo tese. Que se nega a crescer porque é muito chato ser adulto. Eu concordo com você. Meu melhor amor e melhor presente. Terminamos. Agora mamãe terá mais tempo. Obrigada por me tirar da loucura desse mundo e me devolver a magia de ver um mundo colorido. Te amo infinito!

Super obrigada a minha rede de proteção: minha família, painho, mainha, Marcelo, Gordinha, Laine, Lucas, Léo, Matheus, Dudu, Aninha, que acreditaram e disseram “vai terminar esta história se é tão importante para você”. Sem essa proteção seria impossível. Obrigada! Chegamos ao fim juntos!

A família extensa: tios e tias, primos e primas (são muito viu), voinho, que estiveram e estão comigo desde sempre e que não aguentavam mais essa novela de “tese”. Obrigada! Terminamos!

As minhas amigas e amigos de infância, adolescência e estágio na SMAS: Juliana Lobo, Josy, Mau, Suca, Gê, Rose, Paulinho, Meiri, Nilda, Alexandra, Merê, Truta. A Turma da Velha Guarda. Vocês sempre foram luz nas minhas trevas, risos e abraços. Obrigada!

A Carol, Carolzinha e Rodrigo, amizades descobertas pelo caminho. Vocês foram essenciais. Obrigada!

Ao meu amor descoberto no meio do caminho, Maicon. Não sei se seguiremos juntos no cotidiano, mas seguiremos sempre juntos no afeto e lembranças de como esse amor nos fez melhores. Obrigada!

A todos meus alunos e alunas de graduação e pós-graduação. Estagiários e orientandos na minha jornada como docente. Obrigada por me fazer descobrir como é bom trocar conhecimentos, ensinar e aprender. Obrigada pela partilha!

Aos colegas assistentes sociais, psicólogos e demais trabalhadores do Suas de Cambé. Minha primeira experiência como assistente social no trabalho cotidiano

com a PAS. Que bom poder contar com vocês nessa caminhada. Quanto riso e choro para dar conta desse cotidiano maluco e alienante. Obrigada pela torcida e credibilidade!

Aos colegas que me acolheram tão bem no Creas 2 em Londrina. Quanta torcida e afeto pela minha chegada. Faz pouco tempo, mas vocês pegaram a fase mais tensa: o final... E me compreenderam e respeitaram nesse momento importante da vida. Obrigada, continuamos juntos!

Aos companheiros da Seccional Londrina: CRESS somos todos nós, juntos para avançar! Coordenação e trabalhadores. Gente, vocês são muito guerreiros. Obrigada por acreditar que é possível fazer diferente e seguir na luta!

Aos assistentes sociais da SMAS de Londrina pela participação nessa pesquisa. O resultado final é nosso. Sem vocês isso não teria sido possível e o resultado seria muito diferente! Obrigada e vamos juntxs!

Agradeço a SMAS por permitir acessar os dados e e-mails para encaminhar os procedimentos dessa pesquisa.

Agradeço aos colegas, professores e trabalhadores do curso de Estudos pós-graduados em Serviço Social e Política Social da UEL. Foi muito bom partilhar conhecimento e a construção de saberes com todos vocês!

Obrigada a bibliotecária da Universidade Federal do Espírito Santo, Morgana e sua colaboradora que realizou a busca nas revistas Debates Sociais e me encaminhou de forma tão rápida. A Natali, Regina e Crístielle pela correção das normas da ABNT nesse tão curto tempo.

A minha linda, super orientadora e amiga Olegna. Que disse sim para mim desde o início, que acreditou em mim e quando tudo parecia romper me ofereceu a possibilidade de receber uma bolsa de estudos da Capes por seis meses, fazendo eu abrir mão do emprego e me dedicar a tese mudando de objeto faltando menos de 1 ano para dar fim a este processo. Como admiro você, como sou grata a você. Obrigada!

Obrigada a banca de qualificação e de defesa pelo empenho e compromisso na leitura dessa tese. A contribuição de vocês foi definitiva para os rumos desse trabalho. Obrigada.

Peço licença para agradecer em especial a minha “eterna orientadora” Raquel. E esse agradecimento vem com um pedido de desculpas. Não deu em

2009, mas foi possível agora em 2018. Obrigada por estar junto comigo mais uma vez.

Nessa história não podia faltar minha linda Cris Konno. Não tenho palavras minha amiga/irmã. Tantas histórias, tantas dores e chegamos juntas não foi! Que bom saber que você sempre esteve comigo. Obrigada!

Ao escrever estes agradecimentos um filme passa na cabeça de quem o faz. Difícil nominar todos que nesse processo se fizeram presentes em momentos menores e outros maiores. Obrigada a todos vocês. E deixo os com Clarice Lispector: “Amar os outros é a única salvação individual que conheço: ninguém estará perdido se der amor e às vezes receber amor em troca”.

Amo vocês!

Há esperanças que é loucura ter. Pois eu digo-te que
se não fossem essas já eu teria desistido da vida.

José Saramago

SECON, Mileni Alves. **O trabalho do Assistente Social com famílias na política de assistência social**: possibilidades de superação de influências do conservadorismo moral. 2018. 169 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

O trabalho com famílias está relacionado à profissão desde a emergência do Serviço Social. Nesta tese apresentamos como este trabalho com famílias tem sido construído pelos profissionais a partir de uma direção crítica, em uma possibilidade de romper com o conservadorismo moral que marcou a profissão até os anos de 1970. Nosso objeto se consolida a partir das interpretações dos assistentes sociais sobre o trabalho social com famílias na política de Assistência Social que convergem para uma direção crítica orientada pelo Projeto ético político. Nosso objetivo geral é analisar as possibilidades de uma direção crítica no trabalho dos assistentes sociais envolvidos com o trabalho sociofamiliar na Política de Assistência Social. Para isso orientamo-nos por uma pesquisa qualitativa construída a partir de revisão bibliográfica, análise documental e uma pesquisa de campo com os assistentes sociais que trabalham em seu cotidiano com famílias por meio dos Programas vinculados à Política de Assistência Social. Para a realização desta última elaboramos um questionário que foi aplicado junto a assistentes sociais que trabalham com esta política em Londrina (PR) com vista a traçar um perfil desses profissionais e ter uma primeira aproximação aos valores que orientam suas ações no cotidiano profissional. Num segundo momento, ainda caracterizado como pesquisa de campo, realizamos um grupo focal com alguns desses profissionais que responderam o formulário. Concluímos que, ainda que nessa sociabilidade haja uma direção conservadora e as que políticas sociais expressam esse conservadorismo, é possível observar avanços na interpretação de família que orienta a Política de Assistência Social, embora em meio ao familismo que a caracteriza e que por isso também revela expressões do conservadorismo, sobretudo, no que se refere a afirmação do patriarcado. Foi possível também concluir que no cotidiano profissional dos assistentes sociais estes apresentam momentos de ruptura com o conservadorismo moral numa direção crítica no trabalho com as famílias alvo da política de assistência social.

Palavras-chave: Famílias. Política de assistência social. Conservadorismo moral. Perspectiva crítica. Trabalho profissional.

SECON, Mileni Alves. **The work of the Social Worker with families in social assistance policy: possibilities of overcoming the influences of moral conservatism.** 2018. 169 p. Thesis (Doctoral degree in Social Service and Social Policy) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

The work with the families is related with the profession since the emergence of the Social Service. In this paper is showed how this work with families has been built by the professionals from a critical instruction, in a possibility of breaking with the moral conservatism that featured the profession of Social Service until 1970. The objective is consolidated from the interpretation of social assistants about the social work with the families in the Social Assistance Policy which converge to a critical instruction guided by the Ethical-Political project. The general objective is to analyse the possibilities of a critical instruction in the work of the social assistants involved with the sociofamily work in the Social Assistance Policy. In order, to achieve the objective, guided by a qualitative research built from the bibliographic review, documental analysis, and a field research with the social assistants that work daily with the families through the Programs related to the Social Assistance Policy. To the realization of this field research a question formulary was created and applied to social assistants that work with this policy in Londrina (PR) to draw a profile to these professionals and have a first approach to the values that guide their actions in the professional routine. In second, still characterized as a field research, a focal group with some of the professionals that answered the formulary was analysed. It was concluded that even tough in this sociability there is still a conservative direction and the social policies express this conservatism it is possible to see improvements in the interpretation of family that guides the Social Assistance Policy although, in the middle of the “familism” that characterizes the policy and reveal conservatism expressions, especially in reference of the patriarchy. It was else possible to conclude that in the social assistants professional routine is showed moments in which they break with the moral conservatism in a critical instruction in the work with the target families of the social assistance policy.

Keywords: Families. Social assistance policy. Moral conservatism. Critical perspective. Professional work.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Tempo de conclusão da graduação	27
Gráfico 2	–	Unidade de formação profissional.....	28
Gráfico 3	–	Nível de qualificação	29
Gráfico 4	–	Outra graduação	29
Gráfico 5	–	Tempo de trabalho na PAS.....	30
Gráfico 6	–	Tempo de trabalho no setor atual	31
Gráfico 7	–	Tempo de trabalho com famílias	32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Artigos com o tema família presentes nas Revistas Debates Sociais/ out. 2017.....	22
Quadro 2	– Artigos com o tema família presentes nas Serviço Social e Sociedade/ out. 2017	23
Quadro 3	– Artigos com o tema família presentes nas Serviço Social e Sociedade (2000-2017) - jan. 2018.....	24
Quadro 4	– Serviços socioassistenciais e objetivos em relação às famílias	118
Quadro 5	– Valores que orientam o trabalho profissional cotidiano.....	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BM	Banco Mundial
BPC	Benefício e Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBCISS	Centro Brasileiro e Cooperação e Intercâmbio De Serviços Sociais
CENTRO-POP	Centro e Atendimento a População em situação e Rua
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS-Pr	Conselho Regional de Serviço Social- Paraná
DNA	Ácido Desoxirribonucléico
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GV	Getúlio Vargas
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
ICSW	3 Conferência Internacional sobre o Bem Estar Social
LA	Liberdade Assistida
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MPC	Modo de Produção Capitalista
NOB-RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PAS	Política de Assistência Social
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PCD	Pessoa com deficiência
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade

PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – O PENSAMENTO CONSERVADOR E SERVIÇO SOCIAL: EXPRESSÕES DA DIREÇÃO DE UM TRABALHO COM FAMÍLIAS	38
1.1 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO CONSERVADORISMO ROMÂNTICO	40
1.2 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO CONSERVADORISMO MODERNO	46
1.3 SERVIÇO SOCIAL DE SUA GÊNESE ATÉ A DÉCADA DE 1950: EXPRESSÕES DE SEU TRABALHO COM FAMÍLIAS	54
1.4 EXPRESSÕES DO CONSERVADORISMO COM FAMÍLIAS NA ERA DESENVOLVIMENTISTA A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA	65
1.5 DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA AO DESENVOLVIMENTO DE UMA PERSPECTIVA DE RUPTURA: NOVAS CONCEPÇÕES DO TRABALHO COM FAMÍLIA	70
CAPÍTULO 2 – DEBATES TEÓRICOS SOBRE A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE: SUBSÍDIOS PARA SUPERAÇÃO DO CONSERVADORISMO NO TRABALHO COM FAMÍLIAS	82
CAPÍTULO 3 – A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A MATRICIALIDADE SÓCIO-FAMILIAR	93
3.1 SUAS E A CONSTRUÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ATENDIMENTO A FAMÍLIAS: AVANÇOS E REITERAÇÕES CONSERVADORAS	99
3.2 A MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR COMO EIXO ESTRUTURANTE DO SUAS	115
3.3 ALGUNS PROGRAMAS DO SUAS	120

CAPÍTULO 4 – O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS USUÁRIAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM LONDRINA: POSSIBILIDADES, DIFICULDADES E LIMITES PARA A MATERIALIZAÇÃO DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA	122
4.1 ASPECTOS DA PAS NO MUNICÍPIO DE LONDRINA	128
4.2 INTERPRETAÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS SOBRE AS FAMÍLIAS POR ELES ATENDIDAS NA PAS: CONCEPÇÕES, DIFICULDADES, AVANÇOS E AFINAÇÕES COM REFERENCIAIS TEÓRICOS CRÍTICOS SOBRE O TRABALHO COM FAMÍLIAS	132
4.2.1 Valores que Orientam o Trabalho Social com Famílias: Perspectiva Crítica e Conservadorismo	139
4.2.2 O Assistente Social como Trabalhador Assalariado e seu Trabalho com as Famílias no SUAS	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PONTO PARA O RECOMEÇO	152
REFERÊNCIAS	157
APÊNDICES	166
APÊNDICE 1 – Formulário.....	167
APÊNDICE 2 – Grupo focal	168

INTRODUÇÃO

Dentre as obras mais utilizadas em Cursos de Graduação e pós Graduação em Serviço Social para a análise da trajetória sócio histórica do Serviço Social, estão as que destacam que, a partir da década de 1980, registra-se nessa trajetória a ruptura com marcos teórico-metodológicos que deitam suas raízes no pensamento conservador. Sinalizam que essa ruptura se expressa, sobretudo, o plano teórico e jurídico-formal; este último marcadamente visibilizado pelo Código de Ética de 1993, pela revisão da Lei que Regulamenta a Profissão de 1993, pelas Diretrizes Curriculares de 1996. Por outro lado, no nosso trabalho como assistentes sociais, constata-se a existência de uma “conversa de bastidores” que no cotidiano, sobretudo nos espaços sócio ocupacionais vinculados à viabilização e gestão das políticas sociais, assistentes sociais ainda se reproduzem valores e princípios que reafirmam conservadorismo.

A partir deste marco, defendemos que em seu cotidiano os assistentes sociais convivem com momentos de ruptura e conservadorismo no exercício profissional. Mas, o que nos interessa, especificamente, é examinar a hipótese que formulamos: Há assistentes sociais que apresentam uma direção crítica durante a ação profissional, ainda que em meio à reatualização de ações orientadas por perspectivas e valores conservadores. Entendemos que o Projeto Ético-político do Serviço Social, em permanente construção, garante a orientação crítica e a materialização de valores e princípios emancipatórios que podem ser observados nos diferentes espaços de trabalho. Um recorte desse esforço profissional tem se apresentado no trabalho social com famílias, na política de Assistência Social.

A partir dessas considerações se situa a motivação da pesquisa ora apresentamos. Trata-se de uma motivação pessoal, dada a inserção da pesquisadora como trabalhadora desta política a partir de 2015, num município da região metropolitana de Londrina. Em meio às determinações dessa forma de sociabilidade, presenciamos experiências e esforços de assistentes sociais para refutar o conservadorismo moral presente nas políticas sociais e na trajetória histórica da profissão.

Entendemos que a materialização de uma direção crítica da ação profissional não é tarefa fácil, mas percebemos a possibilidade concreta por meio dessa vivência, assim, demarcar sua existência e a forma como esta se realiza dará

visibilidade à uma forma de materialização do Projeto Ético-político do Serviço Social para a categoria profissional. Consideramos que é uma demarcação necessária, haja vista às inúmeras determinações contrárias à relação da direção crítica desse projeto: condições de trabalho dos assistentes sociais; autonomia relativa do profissional; demandas emergenciais; burocracia da política, fluxos de trabalho burocratizantes; condições materiais de vida das famílias, moralismo da sociedade; falta de recursos para dar garantia de sobrevivência das famílias e que se reportam à Política de Assistência Social.

A partir das inquietações nascidas na vivência de um cotidiano profissional em que essas determinações desafiam a materialização do trabalho dos assistentes sociais e, portanto desafiam a pesquisadora que é uma assistente social, foi possível eleger o seguinte objeto de pesquisa: as interpretações que os assistentes sociais têm sobre o trabalho social com famílias na política de Assistência Social que convergem para uma direção crítica orientada pelo Projeto ético político.

O percurso metodológico que orientou a pesquisa tem principal matriz a análise de uma realidade em movimento. Quando Marx se propôs a pesquisar e analisar o movimento do capital, não previu a grandeza do legado teórico que deixaria para os que, ao partilhar de seu pensamento e a direção política que nele se inscreve, mantivessem presente a luta pela necessária superação do modo de produção capitalista e a sociabilidade que nele se erige. Em seus estudos, ainda jovem, ele reinterpreta a dialética hegeliana a partir de uma perspectiva materialista histórica, ou seja, real, concreta e não mais fruto do movimento espírito.

Para Lukács (1981, p. 90-91),

Marx, em nome do concreto caráter de ser das entidades sociais-exige a sua investigação concreto-ôntica (ontológica), ao mesmo tempo em que recusa o método hegeliano de expor tais conexões sobre a base de esquemas lógicos. É assim que se delineia com clareza, no caminho do jovem Marx, aquela orientação no sentido de concretizar cada vez mais as formações, as conexões, etc., do ser social, orientação que alcançará seu ponto de virada-precisamente no sentido filosófico- em seus estudos econômicos.

Para Marx (2008, p. 76), é lógico começar toda e qualquer análise “[...] pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo [...]”, ou seja, toda análise se inicia pelo real, porém cabe apropriar-se das determinações que este real apresenta, pois,

caso contrário, a análise se torna vazia. Numa colocação de seu ponto de vista, exemplifica:

[...] se eu começasse (a análise) pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto repensado (chegaria) a conceitos abstratos [abstrakta] cada vez mais fino até que tivesse chegado as determinações mais simples (MARX, 2008, p. 77).

Na continuidade desse percurso, ele ressalta o caminho da volta para chegar ao ponto de partida, agora rico em determinações, retiradas do real, logo “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade na diversidade (MARX, 2008, p. 77). E afirma que este percurso é um contraponto a Hegel, o qual caíra “na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si [...]” (MARX, 2008, p. 77); enquanto o método por ele aperfeiçoado, ascende do abstrato ao concreto é o modo pelo qual o pensamento se apropria do concreto, num concreto pensado. Assim, para termos o concreto pensado sobre as possibilidades de uma direção crítica acerca do nosso objeto de pesquisa faz se necessário nos apropriarmos do movimento do real que tem, nesta pesquisa, um ponto de partida empírico: as experiências de trabalho dos assistentes sociais com famílias na política de assistência social, na tradução de alguns seus agentes.

Entendemos que o objeto que ora apresentamos, não é algo estático, ou seja, os dados empíricos que se revelam como aspectos que orientam o trabalho do assistente social com família nesta política não serão analisados como inultrapassáveis. Ao contrário, pretende-se aqui analisar aspectos de uma processualidade. Neste aspecto metodológico, a teoria social de Marx que nos subsidia tem como uma de suas fontes a análise hegeliana do movimento do real. Hegel reconhece que o mundo não é um:

[...] **conjuntos de coisas acabadas, mas sim como um conjunto de processos em que as coisas, aparentemente estáveis**, passam, assim, como seus reflexos intelectuais no nosso cérebro (os conceitos), **por uma ininterrupta alternância do devir e do perecer, onde finalmente**, apesar de todos aparentes acasos e momentâneos retrocessos, um desenvolvimento progressivo acaba por vir a luz (ENGELS, 1986, p. 129, grifo nosso).

Marx (1988), em sua apropriação do pensamento hegeliano, defende que a teoria é o movimento real do objeto transposto para a interpretação abstrata do pesquisador, do intelectual que investiga. Assim não é o pensamento que determina a verdade do objeto, da realidade, mas ao contrário, é o objeto posto na realidade e em movimento que fará com que o pesquisador se aproprie do seu movimento e tome posse de suas determinações por meio de aproximações sucessivas, no plano do pensamento. O real sempre estará em movimento, e nunca será determinado pelo poder do pensamento.

O pensamento se aproxima de forma a desentranhar dessa realidade sua essência, sua verdade e seu movimento. Assim, a realidade continua existindo, mas o conhecimento dessa realidade torna-se mutável de acordo com as apreensões que se faz sobre ela: “As verdades científicas serão sempre paradoxais se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas.” (MARX, 1988, p. 158.)

A partir deste ponto de vista metodológico, objetiva-se desvelar as possibilidades de uma direção crítica no trabalho dos assistentes sociais envolvidos com o trabalho com famílias na Política de Assistência Social a partir de dois percursos, indissociáveis: apreensão de aspectos materiais que desafiam o assistente social em seu cotidiano de trabalho nesta política; reflexão sobre os aspectos teórico-metodológicos, ético políticos e técnico operativo que se articulam neste trabalho. São percursos que sinalizam a necessidade de caminhar para além de rotinas alienadas, pragmática que as condições de trabalho capitalista impõem. É reconhecer que existe uma verdade submersa na aparência do dia a dia.

Em nossa apropriação do conhecimento produzido por Marx sobre o método, entendemos que o objeto de pesquisa tem uma existência objetiva, que independe do conhecimento, vontade ou manifestação: ele está dado na realidade. Cabe assim, ao pesquisador reconhecê-lo nesta dinâmica concreta. Apreender deste sua verdade, suas conexões e sua essência, para, ao voltar a sua objetividade, retornar rico em conhecimento e determinações complexas.

O que está dado em nossa realidade? Um cotidiano profissional no qual o assistente social desenvolve trabalho direto com as famílias e indivíduos atendidos por uma política pública que atende parte das misérias humanas geradas pela ausência de salário, emprego, moradia, alimento. São famílias que trazem expressões da questão social em suas trajetórias de vidas e que, dadas as

condições estruturais da sociedade burguesa, não possuem condições para suprir suas necessidades de forma autônoma, carecendo da intervenção constante do Estado via políticas públicas, e para isso a necessidade de um profissional que trabalhe na contradição dessas políticas: atender necessidades reais dessas famílias ao mesmo tempo em que contribuem para a garantia da ordem e sua reprodução social.

Ainda que as determinações do objeto, as quais nesta pesquisa são analisadas no plano do pensamento como expressões da questão social, elas existem na realidade, no movimento do objeto e neste com sua universalidade. Cabe no processo de conhecimento, a análise da engrenagem desses elementos como abstração para apropriar-se da totalidade de determinações possíveis ao objeto em determinado momento histórico. Uma vez que o objeto, como nos fala Lima e Miotto (2007, p. 37) é histórico, possui consciência histórica, apresenta uma identidade com o sujeito, é intrinsecamente e extrinsecamente ideológico e essencialmente qualitativo. Dado suas características, temos que o objeto só se apresenta como problema quando se coloca como problema para a vida prática (MINAYO, 2001, p. 17).

O objeto dessa pesquisa aparece como um problema da vida prática, ou seja, nasce no cotidiano profissional dos assistentes sociais e em reflexões teóricas que se fazem sobre o trabalho desse profissional no trabalho com a política de assistência que, na contemporaneidade, tem como centralidade, as famílias.

O trabalho com famílias sempre esteve na pauta dos assistentes sociais, como uma de suas marcas centrais. Sob diferentes orientações ao longo da profissão, o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais em diferentes políticas teve e tem um traço que marca a relação com a família, seja na política de saúde, de previdência social, habitação, educação e em especial da política de assistência social.

Nesta pesquisa, delimita-se a análise desse trabalho social com família, a partir de sua centralidade na Política Social no Brasil, particularmente, em uma área: na Política de Assistência Social (PAS¹), a partir do momento histórico em que tal política se configura como política de Seguridade Social no Brasil; ou seja, a partir

¹ Utilizaremos a sigla PAS para nos referir a Política de Assistência Social em seu conjunto de que inclui operacionalização, conceito, sua implantação e implementação, enquanto a sigla PNAS será para designar a Lei que estabeleceu a Política Nacional de Assistência Social de 2004.

de Constituição Federal de 1988. Faz-se necessário, a partir deste marco, compreender os avanços e desafios políticos postos neste desenho da política de assistência como seguridade e do movimento reativo à sua implementação. Tal compreensão é necessária para analisar a afirmação de uma direção crítica no trabalho dos assistentes sociais com famílias num cenário sócio histórico de ambiguidades, contradições e desafios. Um cenário em que duas grandes tendências, e a intercorrência entre elas, se ressaltam: uma em direção à afirmação de uma tradição histórica na análise da família como matriz de projetos sociais e políticos de manutenção à ordem burguesa e de hierarquização societária própria de uma sociedade de classes sociais antagônicas e outra direção que sustenta posições críticas a esta tradição histórica e que se afirma como uma das tendências no cenário contemporâneo.

A análise dessas tendências no trabalho com famílias foi construída através de pesquisa bibliográfica, organizada em três momentos. No primeiro momento, pesquisamos as publicações que tratam do pensamento conservador e de sua influência no Serviço Social Brasileiro em sua gênese, institucionalização e desenvolvimento como profissão, ou seja, no período de 1936 a 1964. Elegemos, então, as seguintes referências: **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica, de Leila Escorsin Netto; **A compreensão da pessoa humana na gênese do Serviço Social no Brasil: uma influência neotomista** de Olegna de Souza Guedes; **Do conservadorismo à moral conservadora no Serviço Social brasileiro** de Olegna de Souza Guedes e Lélica Lacerda; **A gênese e a estrutura do Serviço Social brasileiro no período doutrinário católico**, de Sérgio Antônio Carlos.

No segundo momento, para análise do período que se inicia em 1964 e se estende até a década de 1980, utilizamos das publicações de dois grandes períodos do Serviço Social Brasileiro: as que estão nos Debates Sociais publicadas pelo Centro Brasileiro e Cooperação Internacional e Serviço Social (CBCISS), desde o início de sua publicação 1965; e as que estão Revista Serviço Social e Sociedade (Cortez Editora), cuja publicação inicial é do ano de 1979. A escolha dessas publicações se justifica por serem revistas que condensam o pensamento do Serviço Social do período e que apresentam periodicidade regular.

Buscamos identificar nesses periódicos artigos que tivessem em seu título, a referência à família e os analisamos a partir duas grandes tendências: a que traduz

aspectos do pensamento conservador (Coesão aliada a papéis atribuídos aprioristicamente; família associada ao caminho do bem; a relação entre família, hierarquização social e estabilização social) e a que apresenta aproximações à perspectiva crítica a esse pensamento conservador (crítica a papéis familiares associados à afirmação do patriarcado; a horizontalização das relações familiares).

Nos primeiros periódicos, os Debates Sociais, encontramos 06 (seis) artigos no período que trouxeram elementos que constituem interesse dessa tese, mas pela importância do artigo de 1986 que condensa o pensamento sobre família das instituições membros do CBCISS, o mantivemos para estudo, conforme descrição a seguir:

Quadro 1 - Artigos com o tema família presentes nas Revistas Debates Sociais/ out. 2017.

Nº 02	1966	Modificações da estrutura sócio-econômica do Brasil e seus reflexos na vida familiar	Maria Amélia Leite (parte do relatório sobre a “Infância e Juventude no Desenvolvimento Nacional)
Nº 07	1968	Planejamento Familiar	Prof. Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira
Nº 08	1969	Bem Estar Social e planejamento familiar	Vera Drummond
Nº 16	1973	A política de Promoção Social do menor e da família no Distrito Federal	José Lucena Dantas
Nº 30	1º sem. 1980	A família desaparecerá?	S.D. Gokhale
Nº 38	1º sem 1984	A família dentro da instituição: relato de experiência (não há relação com a tese proposta)	Anna Maria Nunes
Nº 42	1 sem 1986	O fortalecimento da família e da comunidade	Relatório Brasil

Fonte: Elaborado pela Autora.

Com relação aos artigos sobre família que localizamos no periódico Serviço Social e Sociedade, (1979 a 1999), observamos uma perspectiva diferente da apresentada nas publicações dos Debates Sociais. Podemos afirmar que entre os 16 (dezesesseis) artigos apresentados, 08 tratam sobre família abordando sua concepção e intervenção para o Serviço Social já numa perspectiva crítica, ou seja, enfatizam que não há um modelo de família a ser apresentado para sua análise como demanda para o Serviço Social.

Quatro 2 - Artigos com o tema família presente nas revistas Serviço Social e Sociedade/ out. 2017.

Número	Ano	Artigo	Autor
3	1980	A questão do bem-estar do menor no contexto da política social brasileira	Potyara A. P. Pereira
8	1982	Pró família: Planejamento familiar ou controle de natalidade	Maria Virgínia Hermácula, Marisa A. Evangelista, Neusa C. Lima e Yurico Tatamiya
10	1980	Vida de Crianças *por elas mesmas	Marta Silva Campos
11	1983	A família e a propriedade no código de menores	Carlos Simões
22	1986	A família e a comunidade- perspectivas de mudanças e alternativas de ação.	Maria Cecília Tobón
25	1987	La familia y La comunidade latino-americana	Lautaro Prado Bravo
27	1988	A concepção de família no estado de bem estar social	Agnes Heller
27	1988	A questão do bem-estar do menor no contexto da política social brasileira	Potyara A. P. Pereira
33	1990	Administração da produção doméstica e reprodução da força de trabalho das famílias inseridas no setor informal de Natal – RN	Maria das Dores Costa e Sandra Lúcia B. Cavalcanti
37	1991	Planejamento familiar como direito humano: uma experiência de planejamento familiar em empresa no interior do Paraná	Rosi Maria Sinja
42	1993	As trabalhadoras sociais e as famílias pobres em Paris (1919-1939): investigação, assistência e educação	Cristina Almeida C. Fulgueiras
46	1994	Das famílias “desestruturadas” às famílias “recombinadas”: transição, intimidade e feminilidade	José Rogério Lopes
46	1994	Família: a crise de um modelo hegemônico	Adolfo Ignacio Calderón, Rosamélia Ferreira Guimarães
49	1995	El análisis de las políticas sociales desde una perspectiva familiar	Nidia Aylucin de Barros
55	1997	Família e Serviço Social- contribuições para o debate	Regina Célia Mito
57	1998	Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida	Luzia Carvalho

Fonte: Elaborado pela Autora.

No terceiro momento, nos dedicamos à análise de publicações contemporâneas que se destacam com relação à crítica da orientação do trabalho com famílias posta nas Diretrizes de Matricialidade sociofamiliar do Sistema Único

de Assistência Social (SUAS), um dos aspectos centrais da política de assistência na contemporaneidade. Dentre essas, selecionamos, novamente, as publicações do periódico Revista Serviço Social e Sociedade, contudo, apenas as publicadas entre os anos e 2000 a 2017. Elegemos as seguintes categorias teóricas para analisá-los: familismo e a cidadania social. Foram encontrados nas 117 revistas publicadas nesse período, 22 artigos que tratam do tema família. Destacamos que a Revista Serviço Social e Sociedade número 71 (2002), teve a família como temática central. Segue quadro sobre tais publicações:

Quatro 3 - Artigos com o tema família presente nas revistas Serviço Social e Sociedade (2000-2017) - jan. 2018

Número	Ano	Artigo	Autor
64	2000	Desenvolvimento da Política sueca para a família: múltiplas lógicas e inflexões	Carlos Aurélio Pimenta de Faria
67	2001	Poder Judiciário e a violência doméstica contra a mulher: a defesa da família como função da justiça	Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha
67	2001	Família de apoio: uma experiência inovadora	Abigail Aparecida de Paiva Franco
71	2002	Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de mundo em mudanças	Heloísa Szymanski
71	2002	Perspectivas jurídicas da família: no Novo Código Civil e a violência familiar	Sílvia Pimentel
71	2002	Famílias monoparentais: indagações	Maria Amália Faller Vitale
71	2002	O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida	Virgínia Paes Coelho
71	2002	Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso Acari	Rita de Cássia Santos Freitas
71	2002	Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar	Dalva Azevedo Gueiros
71	2002	A família na Amazônia: Desafios para a Assistência Social	Carlos Alberto Batista Maciel

Continua...

Conclusão...

Número	Ano	Artigo	Autor
71	2002	Os saberes construídos sobre a família na área de saúde mental	Lúcia Cristina dos Santos Rosa
71	2002	Famílias: uma experiência em grupo	Rosamélia Ferreira Guimarães
71	2002	Famílias de baixa renda na periferia do município de São Paulo: questões para os serviços de saúde	Regina Maria Giffoni Marsiglia
75	2003	Cuidadores familiares de idosos: parceiros da equipe de saúde	Úrsula M. Karsch
76	2003	Os problemas das famílias multiproblemáticas: comparação da perspectiva dos profissionais e das próprias famílias	Margarida Cerqueira, Daniela Figueiredo, Ana Matos, Susana Pires e Liliana Sousa
80	2004	Retrato da vida das famílias multiproblemáticas	Susana Pires, Ana Matos, Margarida Cerqueira, Daniela Figueiredo, Liliana Sousa
81	2005	Direito à convivência familiar	Dalva Azevedo Gueiros e Rita de Cássia S. Oliveira
86	2006	Gênero, políticas públicas e a centralidade na família	Cássia Maria Carloto
92	2007	Uma reflexão sobre acolhimento familiar no Brasil	Janete Aparecida Gioegetti Valente
103	2010	Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres	Verônica Gonçalves de Azevedo
124	2015	Política Social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo	Regina Célia Tamoso Miotto
129	2017	A atuação da/o Assistente Social nos casos de alienação parental	Thais Tononi Batista

Fonte: Elaborado pela autora.

Outro momento do estudo bibliográfico foi o dedicado ao trabalho do assistente social e da tríplice competência – ética política, teórica-metodológica e técnico-operativa - requisitada em seu cotidiano profissional e à análise de publicações sobre a política de assistência em sua contemporaneidade.

Outro procedimento de pesquisa foi a análise documental sobre o SUAS, sobre programas sobre a centralidade do trabalho com famílias inscrita nesses documentos. Foram utilizados os seguintes documentos: Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Tipificação para os Serviços Socioassistenciais, Lei Orgânica a Assistência Social (LOAS), Sistema Único e Assistência Social (SUAS) e

Normas Operacionais Básicas (NOB-Suas e NOB-Rh). Faz parte, também dessa pesquisa, a análise de banco de dados de documentos oficiais para caracterização do espaço sócio ocupacional e das demandas atendidas nesses espaços pelos assistentes sociais que foram sujeitos dessa pesquisa.

Finalmente, outros procedimentos metodológicos foram os utilizados para a aproximação às interpretações que os assistentes sociais que trabalham na política de assistência fazem sobre a família. Dentre esses, os sujeitos da pesquisa foram os assistentes sociais lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina e que trabalham no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF ou Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI. São programas considerados pela Política de Assistência Social como uma estratégia *nuclear* do trabalho sócio familiar.

Esses procedimentos procederam-se com a aplicação de duas técnicas de pesquisa. A primeira foi aplicação de questionário (Apêndice 1) com vistas à apreensão de aspectos materiais: formação profissional, tempo de exercício profissional, inserção na política de assistência social, formação, qualificação profissional e tempo de experiência no trabalho com famílias na PAS. Além desses aspectos, o formulário apresentou um quadro para que os assistentes sociais que apontassem quais valores consideravam mais relevantes em seu trabalho cotidiano: aqueles reiterados pelo senso comum que revelam aspectos da moralidade burguesa ou se valores que ultrapassam esse senso comum e que convergem para defesa de uma sociabilidade emancipada.

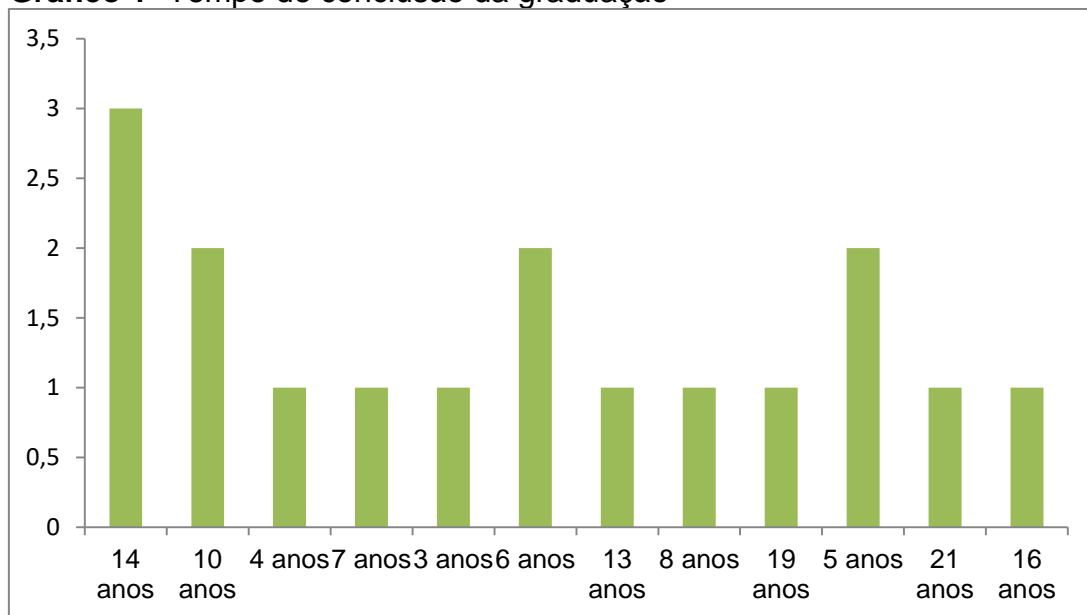
Esse questionário foi encaminhado, via e-mail, para todos os assistentes sociais dos 10 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em Londrina que desenvolvem o PAIF e 2 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) que desenvolvem o PAEFI. Foram encaminhados 61 e-mails com o link para acessar o documento via internet (google docs) com o referido formulário. Dentre esses 61 profissionais, 3 estavam de licença maternidade, o que diminuiu o universo de 58 profissionais para respondê-lo.

Apesar de reiteradas tentativas de contato com esses profissionais, sobre a importância da resposta ao formulário obtivemos a resposta de 12 formulários, equivalendo a 20, 68% de repostas, que vieram de trabalhadores de Paif e Paefi. Após esse retorno, fizemos contato telefônico com todos os 10 CRAS e 02 CREAS; pedimos para falar com algum(a) assistente social e perguntamos sobre o

recebimento do questionário e reiteramos a importância da colaboração de todos com a nossa pesquisa. Após estes contatos, passamos a contar com retorno de 17 formulários respondidos. Finalizamos esta fase da pesquisa no dia 31 de maio com 29, 31% de participação de todos os profissionais da área de assistência do município. Sobre esses profissionais, aqui considerados então sujeitos dessa fase da pesquisa, destacamos a seguir, algumas características.

São sujeitos que se graduaram em Serviço Social sob a orientação da tríplice competência (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) que é constitutiva do processo de formação proposto nas Diretrizes Curriculares da Abepss (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996) de 1996, pois, como se observa no quadro abaixo, todos os sujeitos tem sua formação posterior esta data. Ou seja, nas Unidades de Formação Acadêmica de origem desses assistentes sociais, estavam se adequando as Diretrizes Curriculares da Abepss.

Gráfico 1- Tempo de conclusão da graduação

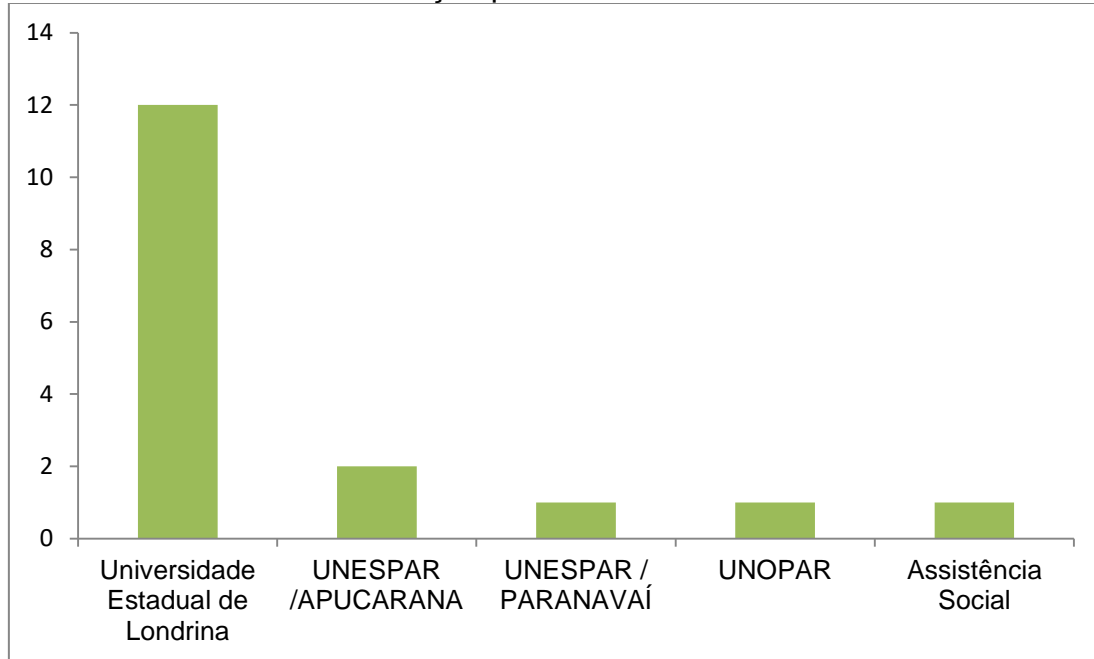


Fonte: Elaborado pela Autora.

Sobre a Unidade de formação Acadêmica, a grande maioria dos profissionais, ou seja, 12 (70,78%) entre todos os que responderam o formulário, concluíram a graduação na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Outros dois profissionais concluíram na UNESPAR –Campus Apucarana e Campus Paranavaí. Um profissional concluiu a graduação na modalidade EAD, da UNOPAR. Não podemos

desconsiderar que nesse universo temos um representante do EAD, e tendo em vista a capilaridade da inserção dessa modalidade de ensino no Brasil, sua representação ainda é pequena diante do quadro apresentado. Além disso, um profissional respondeu que se formou em Assistência Social, confundindo a política com a profissão.

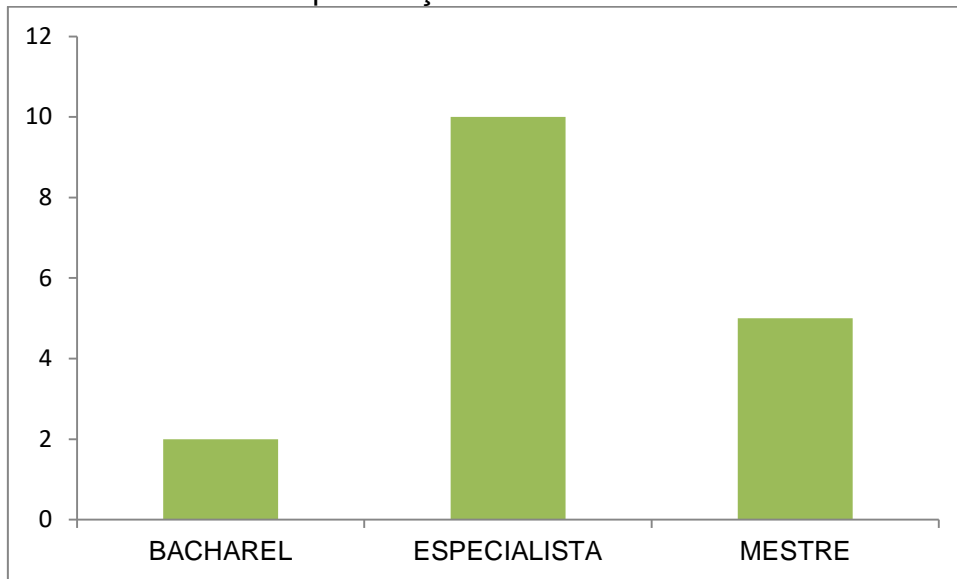
Gráfico 2 - Unidade de formação profissional



Fonte: Elaborado pela Autora.

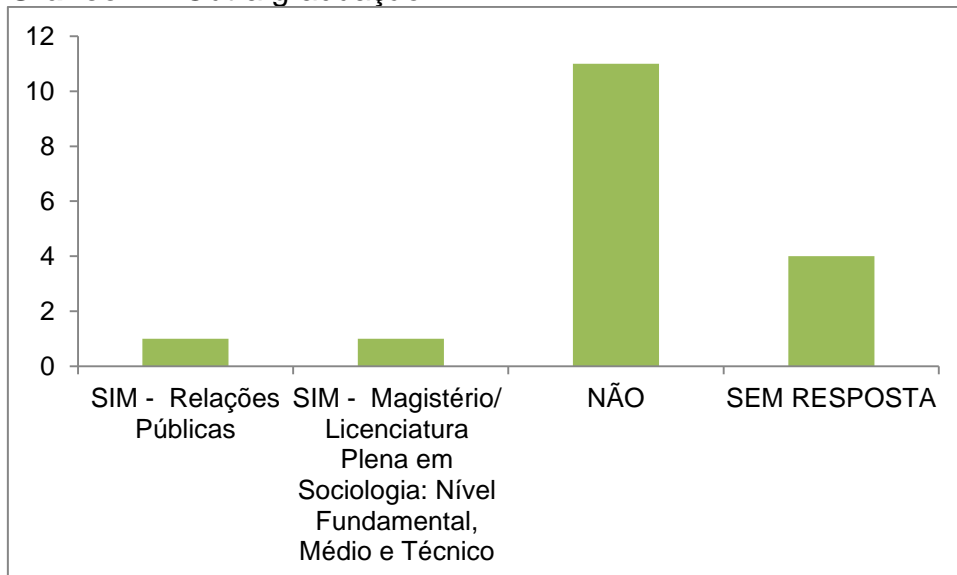
Sobre a qualificação profissional desses sujeitos, temos o seguinte quadro: 10 especialistas (58,8%), 05 mestres (29,04%) e apenas 02 (11,8%) apresentam apenas o bacharelado em Serviço Social. Observa-se, por estes dados que os profissionais tem se empenhado para qualificação profissional. Tal qualificação é acessível na região, haja vista que a Universidade Estadual de Londrina possui no Curso de Serviço Social pós graduação strictu senso nível mestrado e doutorado. E além dessa oportunidade, há na região, oferta de pós graduações lato sensu privadas, ainda que, algumas dentre elas sejam ofertadas em campus de Universidades Públicas como a UNESPAR, na unidade de Apucarana.

Importante destacar que o Plano de Carreira e Cargos e Salários (PCCS) da Prefeitura de Londrina valoriza com a elevação profissional por mérito, tendo o impacto de 5% de aumento no salário a qualificação profissional.

Gráfico 3 - Nível de qualificação

Fonte: Elaborado pela Autora.

Outro dado referente à formação profissional é o que apresenta a qualificação, nível graduação, em outras áreas de conhecimento. Quinze, dentre os profissionais têm formação apenas em Serviço Social e dois profissionais, além desta área, têm licenciatura plena em sociologia nível fundamental e Relações Públicas.

Gráfico 4 – Outra graduação

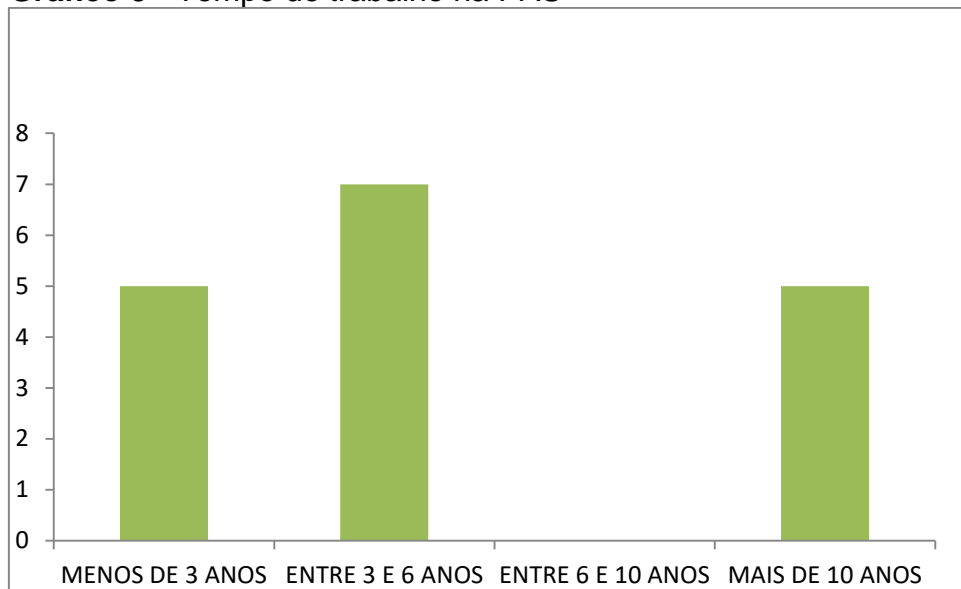
Fonte: Elaborado pela Autora.

Sobre a experiência de trabalho na PAS, temos 05 profissionais com experiência com menos de 03 anos (29,41%); 7 assistentes sociais com tempo de

trabalho de 03 a 06 anos (41,17%); 00 profissionais com tempo de experiência entre 06 e 10 anos e 05 assistentes sociais com mais de 10 anos (29,41%).

A experiência de trabalho de 70,58% dos profissionais teve seu início em período posterior a implantação da PNAS (BRASIL, 2004) e do SUAS (BRASIL, 2005). Assim estes profissionais já se inserem na PAS, a partir de sua direção para a centralidade do trabalho com famílias. Diante da relevância que a cidade apresenta na região como referência para a implantação e implementação da PAS, as orientações normativas estão presente no dia a dia do trabalho na Assistência Social.

Gráfico 5 - Tempo de trabalho na PAS



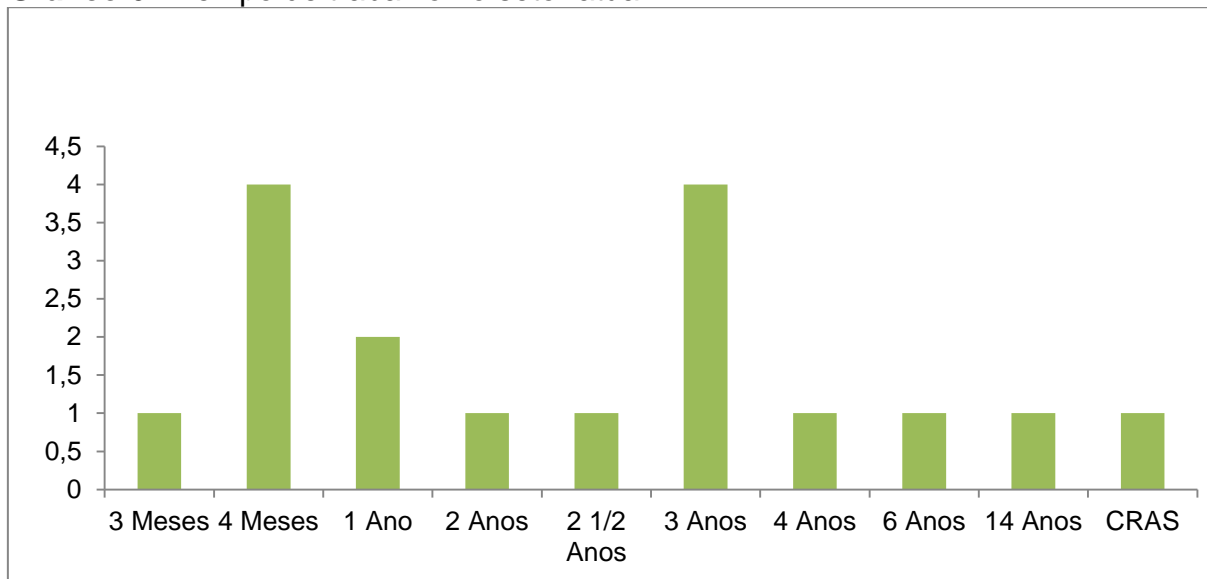
Fonte: Elaborado pela Autora.

Sobre o tempo de trabalho no setor atual, temos uma curiosidade: 14 assistentes sociais identificaram que trabalhavam de 03 meses a 04 anos no setor em que estavam quando da participação nesta pesquisa. Isso totaliza 82,35% de trabalhadores relativamente novos nos setores, ou seja, 14 profissionais. Dentre esses, 05 estão no setor no período de 3 a 4 meses (29,41%). Esses indicadores relacionam-se à última nomeação de assistentes sociais, convocados em dezembro de 2017 por aprovação em concurso público e nomeados em 31 de janeiro de 2018, tendo iniciado suas atividades em 01 de fevereiro do mesmo ano. Nesse período, houve troca de profissionais de setores de trabalho, para que com a nomeação dos novos profissionais estes se inserissem nas vagas existentes. Também houve

alterações nos dois últimos anos na gestão municipal, devido ao pleito para prefeito em 2016 com posse em janeiro de 2017; o que acarretou mudanças no secretariado municipal, inclusive da SMAS.

Ainda nesse item de tempo de serviço no atual setor, um profissional está há 6 anos no mesmo setor e outro há 14 anos. Um outro profissional identificou o local que trabalha, mas não respondeu há quanto tempo está no mesmo setor.

Gráfico 6 - Tempo de trabalho no setor atual



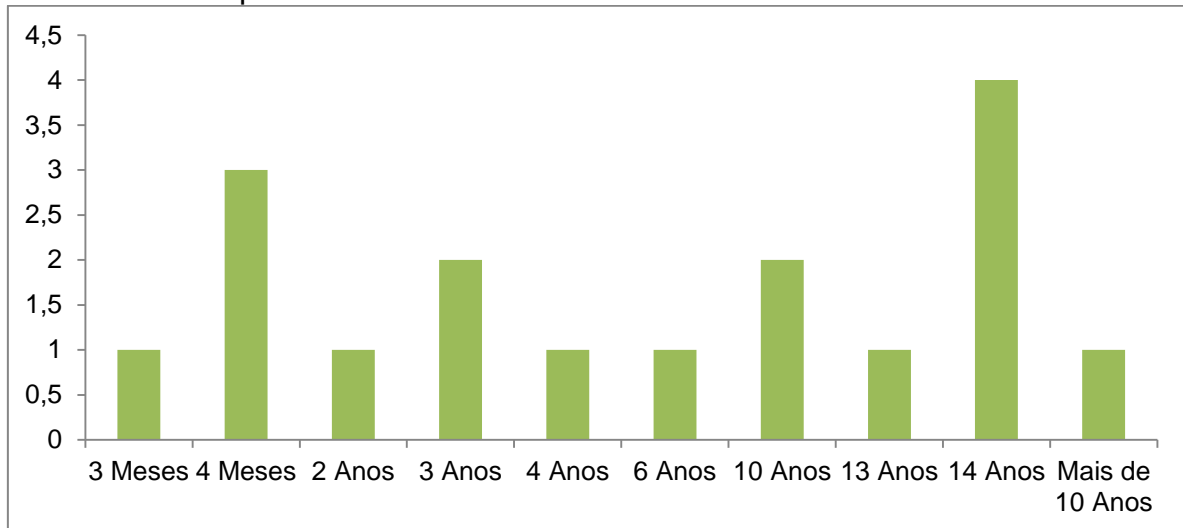
Fonte: Elaborado pela Autora.

Em relação ao tempo de trabalho com famílias, não foi questionado sobre o trabalho especificamente na PAS, mas sim tempo de trabalho com este público. Obtivemos respostas variadas, mas para melhor análise, as separamos por períodos. Desta forma, temos os seguintes dados: 08 assistentes sociais com experiência de mais de 10 anos com esse público; 09 profissionais que apresentam a experiência entre 03 meses e no máximo 06 anos com esse público. Há um salto de tempo de experiência entre os mais profissionais com menos tempo de serviço com este público e mais experientes. Também nesse questionamento um resposta veio com o local de trabalho, Cras, e não o tempo.

Diante desse panorama, inferimos que temos como perfil geral do profissional na SMAS que trabalha com famílias com qualificação profissional de especialista e mestres, com formação exclusiva em Serviço Social, que se inseriram na PAS como trabalhadores assalariados no tempo do Suas e da matricialidade sociofamiliar, com pouco tempo de trabalho no setor atual e que, com relação à experiência

profissional, estão em polos opostos: um grupo trabalha com famílias entre mais de 10 anos e outro com menos de 6 anos. Não é possível inferirmos que este é o perfil dos assistentes sociais da SMAS de Londrina que trabalham com famílias, mas sim é o perfil dos 17 assistentes sociais que participaram desta fase da pesquisa.

Gráfico 7 - Tempo de trabalho com famílias



Fonte: Elaborado pela Autora.

Um segundo procedimento empírico foi a realização de um grupo focal para o qual foram convidados os profissionais que participaram desta primeira etapa da pesquisa. Tivemos a adesão, para a participação neste grupo focal de apenas quatro participantes, os quais operacionalizam programas Paif e Paefi em seus locais de trabalho. Esclarecemos que, ainda que a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais estabeleçam objetivos diferentes e apresentem naturezas diferentes desses serviços, nossa preocupação nessa tese é com a interpretação que os profissionais fazem de suas ações e que implicam na direção crítica no trabalho cotidiano.

O grupo focal foi realizado no dia 28 de junho às 17h30min com os profissionais. Para a sua realização, apresentamos quatro questões norteadoras (Apêndice 02) que nos remetem a compreensão que esses profissionais têm sobre a direção social do trabalho que desenvolvem com as famílias.

De acordo com Bomfim (2009, p. 783):

Os participantes de um grupo focal devem apresentar certas características em comum que estão associadas à temática central em estudo. O grupo deve ser, portanto, homogêneo em termos de características que interfiram

radicalmente na percepção do assunto em foco. Barbour e Kitzinger (1999) recomendam que os participantes sejam selecionados dentro de um grupo de indivíduos que convivam com o assunto a ser discutido e que tenham profundo conhecimento dos fatores que afetam os dados mais pertinentes.

Utilizamos um roteiro de questões que contribuíram com as discussões e reflexões sobre concepção de famílias, desigualdade social e trabalho sociofamiliar. Para isso utilizamos duas charges que possibilitaram reflexões e um extrato de música sobre famílias.

Ainda de acordo com Bomfim (2009, p. 788):

O roteiro de questões que irá nortear a discussão nos grupos deve conter poucos itens, permitindo certa flexibilidade na condução do grupo focal, com registro de temas não previstos, mas relevantes. Convém estruturar o roteiro de tal modo que as primeiras questões sejam mais gerais e mais “fáceis” de responder. Esta estratégia visa a incentivar a participação imediata de todos. Gradativamente vão sendo inseridos os tópicos mais específicos e polêmicos, bem como questões suscitadas por respostas anteriores.

Essa orientação permitiu uma maior objetividade nas respostas e análise das mesmas, todavia, a partir das respostas dos sujeitos da pesquisa, foi possível recriar novas interrogações, mas que não se estendeu para uma infinidade de assuntos. Pois reforçamos nosso objetivo que é identificar interpretações que os assistentes sociais fazem sobre o seu trabalho com famílias em programas vinculados à política de Assistência Social e que traduzem perspectivas críticas.

No dia agendado para a realização do grupo focal, compareceram 04 profissionais, sendo 03 assistentes sociais que trabalham em CRAS e 01 que trabalha em CREAS. O grupo foi orientado quanto à participação na pesquisa e todos assinaram o TCLE sobre esta para aceite e preenchimento. Logo em seguida, passamos a realização dos trabalhos.

Participou deste grupo, uma assistente social que trabalha em outro setor com observadora e relatora do grupo. Utilizamos a gravação para poder conseguir os relatos em sua fidedignidade. A técnica utilizada durou 1h e 14 min, com a participação de todos os sujeitos da pesquisa apresentando suas observações, relatos, experiências em relação às questões norteadoras para o grupo focal. Uma primeira impressão que podemos apresentar é que o grupo nunca havia participado desta técnica e que esta seria a primeira vez. Isso no início colocou o grupo um pouco tímido. Assim foi explicada a importância e a dinâmica de funcionamento do grupo focal. Outra impressão é a de que os participantes do grupo conheciam a

realidade da qual falavam, assim suas respostas apresentavam conhecimento do cotidiano em que estão inseridos.

Durante as respostas não houve discordância entre os profissionais, mas reforços em relação a algumas colocações sobre as dinâmicas das famílias atendidas. Algumas vezes, percebemos a ironia ao relatar a forma como a PAS faz exigências sobre estas famílias atendidas: condicionalidades, cumprimento de pactos, o que revela que estes profissionais reconhecem as limitações e direção conservadora desta política e que esse conservadorismo moral atravessa suas ações cotidianas.

Com relação à construção dos capítulos que orientaram a construção da pesquisa, procuramos construí-lo de forma a responder os objetivos específicos desta tese. No primeiro capítulo, apresentamos aspectos do pensamento conservador e suas influências na interpretação de conceitos, programas e atendimento às famílias, atribuídos aos assistentes sociais. Sua construção buscou responder aos seguintes objetivos: Compreender a emergência do pensamento conservador na sociedade burguesa e sua influência no Serviço Social Brasileiro, a partir de sua regulamentação legal como profissão; identificar a influência de valores conservadores em reflexões teóricas publicadas em periódicos e livros escritos por assistentes sociais sobre o trabalho com famílias em diferentes marcos históricos dessa profissão no Brasil.

No segundo capítulo, apresentamos análises contemporâneas sobre a família e o trabalho do assistente social com este segmento. Destacamos, para esta análise aproximações teóricas a uma perspectiva crítica em relação a aspectos conservadores que, ainda subsidiam o trabalho com famílias.

No terceiro capítulo, analisamos a política de assistência a partir da década de 1988, quando se desenha um novo estatuto para a política de assistência social que passa ser considerada como política de Seguridade Social. Procedemos, então, previamente a um resgate histórico das orientações dessa política, para entender a construção dessas diretrizes. Em seguida, apresentamos aspectos fundamentais da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Tipificação para os Serviços Socioassistenciais, Lei Orgânica a Assistência Social (LOAS), Sistema Único e Assistência Social (SUAS) e Normas Operacionais Básicas (NOB-Suas e NOB-Rh). Destacamos, a partir deste marco, o SUAS e os programas que atendem diretamente a família.

Situamos, também, neste capítulo, a análise de livros e artigos publicados sobre a crítica da orientação do trabalho com famílias posta nas Diretrizes de Matricialidade sociofamiliar do Sistema Único de Assistência Social, um dos aspectos centrais da política de assistência na contemporaneidade. E, inserimos, também neste capítulo, a interpretações dos sujeitos da pesquisa que participaram do grupo focal (uma das técnica utilizadas na etapa empírica desta pesquisa), nas quais esses sujeitos revelam suas apreensões sobre a Política de Assistência Social.

No quarto e último capítulo, voltamo-nos ao trabalho dos assistentes sociais no SUAS, em Londrina para contextualizar onde estão os sujeitos da pesquisa empírica cujas interpretações são apresentadas nesta tese.

Na análise dessas interpretações, destacamos os aspectos que evidenciam perspectivas críticas, sob a orientação do Projeto ético-político. A partir desses resultados construímos o caminho de volta e, com ele, respondemos ao objetivo geral desta pesquisa: Analisar as interpretações profissionais do trabalho do Assistente Social com famílias na política de assistência social que convergem para uma direção crítica orientada pelo Projeto ético político.

Vivemos um momento histórico de disputa de projetos na Política de Assistência Social, um que defende uma política familista com vistas à ação do Estado na fragilidade desta em suprir suas necessidades e de seus membros. Outra perspectiva que caminha para a compreensão, expressa nas Revistas Serviço Social e Sociedade e nos autores críticos ao familismo, que defendem uma política social que esteja presente em todos os momentos na proteção de famílias via políticas sociais de educação, saúde, trabalho, habitação. Observamos nessa caminhada que as disputas se concentram entre o familismo e a cidadania social (valor defendido pelo Projeto Ético-político).

Precisamos nos perguntar qual a política social queremos e qual política de Assistência Social iremos desenvolver junto às famílias, entre o controle e a moralização e as respostas a necessidades sociais e garantia de direitos. Nosso trabalho tem caminhado para reforçar projetos conservadores ou a direção para projetos progressistas?

As respostas apresentadas pela pesquisa junto aos sujeitos da pesquisa da primeira etapa (os que responderam o formulário que enviamos) evidenciam que há ainda à burocracia, à reprodução de discursos e valores de responsabilização das

famílias; contudo, as assistentes sociais se empenham em compreender a realidade social, num esforço de retotalização das expressões da questão social que estão fragmentadas em diversas situações e demandas ao trabalho profissional, junto a famílias na Política e Assistência Social (PAS). Não foi sem críticas que o “Programa Futuro nas mãos”² chegou ao CRAS em Londrina. Tão pouco é sem críticas que as assistentes sociais dos CREAS recebem tantas exigências do poder judiciário, na qual o trabalho por vezes permanece preso à elaboração de relatórios.

Importante destacar que o trabalho com famílias sempre tenha existido no Brasil, porém ainda não contamos com a suficiente teorização para análise crítica dos objetivos e conteúdos desse trabalho. Aqui apresentamos um esforço para demonstrar que apesar das direções propostas pela atual política de assistência grande parte dos assistentes sociais ainda se esforçam para imprimir uma direção crítica ao seu trabalho junto às famílias atendidas pela PAS.

² **São Paulo** - O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) começou, nesta terça-feira (15), o ciclo de formação de multiplicadores do *Futuro na Mão: Dando um Jeito na Vida Financeira*. O programa foi lançado ontem (14), em São Paulo (SP), e vai oferecer aulas de educação financeira para mulheres beneficiárias do Bolsa Família. De terça até quinta-feira (17), um total de 120 técnicos dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) de 50 cidades de São Paulo estará reunido em sala de aula para aprender e, em uma próxima etapa, disseminar o conhecimento adquirido. Segundo a diretora de Benefícios da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDS, Caroline Paranyba, é preciso que as equipes da assistência social se coloquem na posição das beneficiárias para enxergar as dificuldades na gestão financeira e conseguir estabelecer uma conexão com as mulheres que receberão as aulas. "Durante as capacitações, mostraremos porque a educação financeira é importante para as famílias, passaremos por todo o material desenvolvido e explicaremos como utilizar as técnicas, além de planejarmos juntos as oficinas", explicou a diretora. (BRASIL, 2018a).

CAPÍTULO 1

O PENSAMENTO CONSERVADOR E SERVIÇO SOCIAL: EXPRESSÕES DA DIREÇÃO DE UM TRABALHO COM FAMÍLIAS

Para além da política de assistência, a importância da família no trabalho dos assistentes sociais com famílias é inegável. Como assistentes sociais, somos chamados a dar respostas materiais e espirituais às necessidades de famílias e indivíduos desde a emergência da profissão. É como se o trabalho com esse público estivesse em nosso DNA profissional. Mas ao longo de quase um século da profissão no Brasil, demos um salto qualitativo sobre a concepção, produção teórica e desenvolvimento de ações para com esta categoria: família.

Consideramos aqui que o traço do conservadorismo moral ainda se apresenta na profissão e no trabalho com família na política de Assistência Social, porém a ruptura com valores que reiteram esta tendência tem demarcado uma série de ações profissionais que tendem a romper com traços de continuidade conservadora. Trataremos dos aspectos dessa ruptura no último capítulo desta tese. Por ora, faz-se necessário entender o que consideramos como pensamento conservador e suas influências em interpretações teóricas do trabalho do assistente social com família, ao longo da trajetória sócio histórica do Serviço Social no Brasil.

Sobre o conservadorismo, não há uma única definição com relação a sua natureza; ou seja, se uma teoria, uma corrente ou uma ideologia. No Serviço Social brasileiro, é mais, comumente, identificado com um pensamento conservador e que perpassa a profissão em sua trajetória sócio histórica. Ao defini-lo como pensamento, entende-se que ele responde por um conjunto de valores, princípios, teorias, reflexões e ações que interferem na condução da sociedade e que rebatem na ação profissional do Serviço Social.

A partir deste ponto de partida, entendemos que gênese do pensamento conservador está demarcada nos séculos XVIII e XIX, como um dos fatores de reação às mudanças empreendidas pela burguesia, sobretudo, no bojo da Revolução Francesa e Inglesa. Autores como Neto (1992) e Escorsim Netto (2011) o situam no conjunto de reações a movimentos revolucionários que ocorreram na Europa, no século XIX e que evidenciavam o potencial de luta da classe operária. Para estes autores, a partir das revoluções Francesa (1789) e Inglesa (1948), emergem dois protagonistas sócio-políticos antagônicos em seus projetos e

interesses: a burguesia e o proletariado. A burguesia, agora anti-democrática, se coloca contrária aos interesses do proletariado, utilizando de mentiras, difamações e violência para calar a força da classe proletária.

Elegemos para organizar nossa pesquisa a classificação feita por Nisbet (1986) com relação a duas expressões do conservadorismo: o Romântico e o Moderno. Para este autor, e para Romano (1981), enquanto o Conservadorismo Romântico surge como resultado da resistência às Revoluções Francesa e Inglesa, valorando a moral e hierarquia social medieval historicamente ultrapassada, o Conservadorismo moderno remete à origem da sociedade capitalista, sugerindo a manutenção da ordem burguesa, quando esta abre mão de seus valores emancipatórios.

Para Romano (1981), no conservadorismo romântico, há uma resistência às mudanças drásticas que se expressavam da defesa de valores como individualismo, secularismo e igualitarismo. Valores que receavam convergir para “desarticulação orgânica existente na sociedade feudal” e que exigiam esforço para a regeneração social. A este respeito, Romano (1981 apud LACERDA; GUEDES, 2006, p. 1) salienta:

[...] a regeneração social e política só seriam possíveis no próprio interior dos tempos, retornando-se a um estado originário [...]. não se trata de uma proposta que aventa um retrocesso cronológico, mas que se preocupa com a incorporação de elementos novos, advindos da revolução, desde que conciliados com a retomada de valores e relações da era medieval.

A defesa desses valores medievais seria necessária para enfrentar relações sociais enfraquecidas pelos valores emancipatórios que produziria uma “massa incoerente e confusa de átomos individuais.” (NISBET, 1986, p. 68). As novas relações sociais, voltadas ao ‘EU’, provocariam problemas uma vez que as partes da sociedade fossem maior que o ‘TODO’. Tal defesa, para esses conservadores, os leva a buscar filtrar toda e qualquer mudança pelo crivo da tradição, e não do pensamento filosófico. Ou seja, mudanças baseadas na racionalidade tendem ao fracasso, uma vez que só os princípios baseados na moral tradicional são aceitáveis. Há um ideal de que o homem deva participar em sua vida de práticas ritualísticas, cerimoniais e adorações. Nessa lógica a família como grupo social é sagrada e não deve passar por mudanças; nela cada indivíduo desenvolve um

papel: pai, mãe, filhos. Alterações racionais, individuais trariam caos para esse grupo fazendo-o perder a referência da hierarquia e autoridade.

Há autores, que na análise do pensamento conservador, não exploram esta diferenciação entre conservadorismo romântico e moderno. Dentre estes, destacamos Escorsim Netto (2011), Para ela, conservadorismo se consolidou enquanto pensamento frente à uma mudança, sobretudo, no campo político; foi imprescindível a alteração do papel revolucionário da burguesia, elemento central para consolidação do conservadorismo como pensamento hegemônico. A autora salienta que a burguesia abandonou seus valores de emancipação, herança do projeto Ilustrado, para “[...] eliminar ou neutralizar os (seus) conteúdos subversivos, sobretudo os vinculados a sua dimensão emancipatória.” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 47).

Esta autora ressalta que há uma ruptura com a tradição progressista da burguesia, o que a torna conservadora, pós Revoluções Francesa e Inglesa. Ao deslocar o poder da monarquia para a Assembleia, findar com os feudos, estabelecer novas relações de igualdade jurídicas para os indivíduos e assumir o poder político, a burguesia recuou ao desprezar seus valores emancipatórios e aos poucos foi se deslocando para uma postura conservadora de manutenção do poder; valores como liberdade, igualdade e fraternidade ficaram reduzidos as normas legais, mas sem as devidas condições econômicas para os indivíduos desfrutarem dos seu direitos. A defesa da propriedade privada e do poder do Estado colocou à burguesia a necessidade de (re) adequar seus valores para a manutenção da ordem. E ela encontrara em Durkheim suporte teórico para justificar sua posição.

Partilhamos na análise da autora, mas consideramos necessário entender particularidades das expressões no conservadorismo, romântico e moderno, como já salientamos. Passamos, então, examinar aspectos do conservadorismo romântico para melhor apreender suas particularidades e, posteriormente, analisar sua influência no Serviço Social brasileiro.

1.1 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO CONSERVADORISMO ROMÂNTICO

As Revoluções empreendidas pela Burguesia, no século XVIII e XIX, trouxeram transformações radicais as estruturas sociais da época. Dentre estas: o fim do feudalismo, monarquia, o privilégio do clero e a defesa de valores como

igualdade, liberdade e fraternidade sustentados pelo projeto da Ilustração. Tais transformações propiciaram que uma veia de resistência se formasse como contrarrevolução defendendo valores e princípios tradicionais. Para Nisbet, (1986, p. 65), esse pensamento representa “[...] uma resposta direta à Revolução Francesa, que teve o mesmo impacto, sobre a mente dos homens, que tiveram as revoluções comunistas e nazistas no século XX.” Ou seja, o surgimento do pensamento conservador é, historicamente, um movimento de resistência e oposição às transformações em curso na Europa frutos das revoluções emancipatórias.

Consideramos como demarcação da gênese desse pensamento conservador, em sua expressão romântica, a obra de Edmund Burke, “*Reflections on the Revolution in France*” nos anos de 1790. Para ele, a sociedade era um organismo natural no qual prevalecem as ideias do indivíduo sobre todo, ou seja, a sociedade compreendida é como:

[...] um todo orgânico, com indivíduos a representar vários papéis e funções [...]. A comunidade é mantida coesa por costumes e tradições, mudanças graduais podem ser realizadas, mas só quando ganharem larga aceitação. Burke rejeitou os princípios de igualdade, representação popular, e soberania popular [...] defendeu a ordem, o equilíbrio e a cooperação na sociedade, respeitando-se acima de tudo a supremacia da lei natural, divina e consuetudinária [...] exigiu controles à ação do governo de forma a evitar os mal-funcionamentos e fricções entre os vários grupos sociais e para moderar as discussões e a competição (CONSERVADORISMO, 2018).

A defesa de um todo orgânico impunha papéis aos indivíduos, o que para Burke, significava a necessária denúncia de valores nos quais se ancoravam a Revolução Francesa e Inglesa que teriam trazido para a sociedade a defesa da soberania popular. A partir de ideais que tem como uma de suas fontes, a metafísica cristã, o autor, vinculava a defesa dessa soberania à concepção de um ‘EU’ (indivíduo) como ser absoluto, o que afastaria o homem de Deus. O ‘EU’ seria predominante sobre o ‘TODO’.

Há nesta interpretação de “todo orgânico” a defesa de um corpo social que se assemelha à metáfora cristã do corpo místico de Cristo, cujas partes não podem ser desvinculadas da sua centralidade, a condução divina. De forma similar, a sociedade era interpretada como algo além da vontade dos indivíduos, e, portanto, não poderia ser desmembrada em indivíduos. Defende-se, nessa interpretação de:

[...] um todo iluminado que apresenta frestas por onde a luz passa e dá a impressão de que existem partes autônomas. Quanto mais estas partes projetadas a partir do “Todo” se afastam dele, mais delinea seus limites, ampliando a impressão de autonomia, porém, este afastamento é apenas um processo em que, no seu auge, quando os homens imaginarem-se Deus, iniciar-se-á o retorno à divindade (LACERDA; GUEDES, 2006).

E, se a sociedade é todo orgânico, as alterações societárias devem ser lentas e processadas por todos. Qualquer alteração que possa desestruturar a formação social (o todo) estará atentando contra a ordem e a moral, e prejudicando o seu desenvolvimento harmonioso. Assim, “[...] os indivíduos não devem buscar a transformação da sociedade, mas fazer parte dela harmonicamente cumprindo a sua função e deixar que a providência divina faça as devidas modificações.” (LACERDA; GUEDES, 2006)

A noção de coesão para Burke (2014) é central uma vez que entende que a sociedade é um todo harmônico e algo orgânico, como um organismo no qual cada indivíduo exerce seu papel. A possibilidade de, pós Revolução Francesa, que trabalhadores de diferentes profissões fossem considerados como sujeitos iguais, livres e com direitos iguais, para o autor, iniciava uma ruptura com a tradição da desigualdade, necessária para o estabelecimento da ordem. Para o autor, não é digno de honra ter profissões servis que se colocam como iguais em patamares de direito com outras profissões consideradas mais nobres. Essa igualdade para ele não combate a discriminação, mas sim pode criar uma guerra civil contra a própria natureza.

Ainda para Burke (2014), o homem tem direito a fazer individualmente qualquer coisa que não lese outros homens, também tem o direito a uma “justa porção” de tudo que a sociedade pode realizar em seu favor, de acordo com suas aptidões e capacidades individuais:

Tudo o que cada homem individualmente pode fazer, sem lesar os outros, ele tem o direito de realizar; e ele tem também direito a uma justa porção de tudo que a sociedade, mediante combinações de sua aptidão e de sua força, pode fazer a seu favor. Nessa associação, todos os homens têm direitos iguais, mas não as mesmas coisas (BURKE, 2014, p. 88).

A coesão propagada pelo autor em tela não se refere apenas às atividades dos trabalhadores, mas também à importância de se preservar os costumes e tradições repassadas das gerações anteriores para as atuais; estas, segundo o

autor, permitem a manutenção de uma sociedade harmônica. Para defendê-la, uma das principais estratégias é a defesa da família patriarcal.

No âmbito da Revolução Francesa, para Burke e para a tradição conservadora que ele representava, questionou-se o direito natural das “instituições”: da família, da igreja; das pequenas corporações. Essas tiveram seus valores, tradições e costumes questionados e considerados inviáveis para a nova ordem societária baseada na razão e em novos tratados e acordos. Na família, por exemplo, as mudanças, aos poucos modificam seus papéis. Considerada uma instituição forte e segura e por vezes sagrada, era nela que os costumes, as tradições e valores eram repassados e se perpetuavam na sociedade.

Uma das preocupações centrais era o fim das leis medievais de progeneritura; com a nova legislação que colocava todos os indivíduos em condições de igualdade, não haveria espaço para garantir a prioridade de filho primogênito. A família medieval era considerada o melhor lugar para proteger a propriedade, cujo valor era a terra. Para os conservadores, a propriedade não poderia sair do domínio da família e, com as novas leis além da progeneritura, esse domínio não era garantido. Os conservadores consideravam injusto que um conjunto de filhos tivesse direitos sobre o primogênito. Defendiam, portanto, a família como base da sociedade monárquica; ou seja, como a fonte para a garantia da propriedade, hereditariedade e manutenção dos valores e costumes morais. Nela exprimia o poder do homem sobre os filhos e mulher, bem como o domínio da propriedade. Quanto às famílias pobres, quando muito, consideravam-nas como aquelas que prestavam serviços domésticos na casa das famílias que detinham o poder econômico.

Philippe Ariès (1981), em seu livro “História social da criança e da família” analisa as mudanças ocorridas na família, desde a idade medieval até a moderna. O autor, na análise da iconografia das famílias considera que “[...] o sentimento de família era desconhecido da Idade Média e nasceu nos séculos XV-XVI, para exprimir com vigor definitivo no século XVII.” (AIRÈS, 1981, p. 210-211). Sentimento esse que envolve tradição, costumes, propriedade, herança e coesão, e que foi questionada no início do século XVIII com a Revolução Francesa. Se durante a idade média, não existia um modelo de família, e o pensamento conservador valorizava a família medieval como referência para seus valores, podemos afirmar que há uma idealização da família por parte desse pensamento. O pensamento

conservador idealiza categorias reais da realidade, distorcendo aspectos do próprio movimento da realidade para aquilo que julga correto.

Interessante que a partir do século XVI, a mulher casada vai tornando-se incapaz, enquanto o poder do homem dentro da família afirma-se como “supremo”. Quanto mais os traços de linhagem se enfraqueciam, mais o poder do marido se sobrepunha à mulher e filhos. Para Airès (1981, p. 214) “Passara-se, portanto, a atribuir à família o valor que outrora se atribuía à linhagem. Ela torna-se célula social, a base dos Estados, o fundamento do poder monárquico”. Com essa importância, qualquer alteração na sociedade impetraria também mudanças na família. Com o fim do Estado monárquico, a família passou a ser considerada mais uma instituição social como a igreja, escolas, assembleia.

Outra defesa empreendida na Revolução Francesa, questionada pelos conservadores, foi à noção de Soberania Popular, na qual o desejo da maioria governaria sobre a minoria, questionando o poder do monarca e do clero. Naquele período (Século XVII) pelo direito divino e natural o monarca governava com seus súditos e o clero para todo um reino. A ideia de que os indivíduos deveriam escolher os rumos da sociedade era algo desprezível e antinatural para os conservadores. Burke (2014, p. 135) deixa claro seu posicionamento em relação à democracia como soberania popular: “Estou certo, entretanto, que em uma democracia, a maioria dos cidadãos é capaz de exercer, sobre a minoria, a mais cruel das opressões, todas as vezes que ocorrem, o que pode ocorrer frequentemente, grandes divisões.”

Na análise do autor, a soberania popular pode ser mais opressora que a opressão da coroa, porque o perseguido por uma só pessoa sabe o que pode acontecer com ele e ser acalmado pela compaixão dos demais cidadãos. Quando a opressão e perseguição ocorrem pela maioria, sem reconhecer quem são seus perseguidores, o perseguido não encontra nenhuma compaixão na sociedade, ficando à mercê de suas próprias dores. Burke justifica a possível tirania de uma monarca para se contrapor à soberania popular defendida pela Revolução Francesa.

O pensamento de Burke se consolida com adesão de outros grandes expoentes cujas proposições teóricas têm suas raízes vinculadas, também, ao tradicionalismo e ao reacionarismo³. Esse pensamento apresenta uma “[...]”

³ O termo reacionário foi utilizado pela primeira vez posteriormente a Revolução Francesa, e trazia consigo o significado de retornar ao antigo regime feudal, que durante séculos direcionou a

disposição e tendência para preservar o que está estabelecido; tender a manter instituições e pontos de vista existentes; ser contrário a mudança ou inovação.” (NEW INTERNATIONAL DICIONARY apud NISBET, 1986, p. 62). Tal tendência não se apresenta de forma unívoca. Ao contrário, adquire diferentes expressões, conforme o movimento histórico, mas é unânime em relação ao não questionamento do capitalismo.

Os primeiros expoentes desse pensamento defendem: instituições pré-capitalistas, o privilégio da família, a importância da Igreja na hierarquia social, dentre estas, as corporações de ofício. Para Burke (2014), elas eram símbolos de liberdade na idade medieval; nelas os homens trabalhavam sob uma direção de um mestre, existiam os oficiais e os aprendizes. Nelas se desenvolvia algum trabalho, sobre forte hierarquia e divisão de tarefas; mantinha-se uma relação de favor dos à manutenção da ordem.

O conservadorismo postulava que toda e qualquer mudança deve preservar a hierarquia e ser realizada apenas se não alterar as leis naturais e não comprometer a sociedade. Sobre este aspecto, Burke apresenta sua indignação em “Reflexões sobre a revolução em França” quando destaca as perdas dos antigos costumes e tradições. O autor não concebe a nova ordem burguesa em ascensão com bons olhos, pois em sua análise essa ordem não apresenta os princípios básicos que, para ele, permitiram o desenvolvimento e a civilização: o espírito de cavalheirismo e o espírito da religião. Estes simbolizam, respectivamente, a nobreza e o outro o clero, cuja união permitiu o avanço e a manutenção por séculos de um Estado coeso e orgânico. O espírito da revolução incita valores que não decorrem da história e assim esta fadada a ignorância da multidão.

Outra defesa do Conservadorismo Romântico é a manutenção das classes sociais, pois apenas a hierarquia pode garantir a estabilidade, assim como no interior da família. Há entre os “românticos” conservadores a necessidade de voltar aos valores morais e mantê-los: família, religião, hierarquia, autoridade, ordem, controle e harmonia.

sociedade. Tradicionalismo é compreendido com a defesa de valores, costumes tradicionais, podendo se vincular ao reacionarismo. Amos defendem uma volta ao passado histórico.

1.2 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO CONSERVADORISMO MODERNO

Enquanto o Conservadorismo Romântico postula o resgate do antigo regime pré-capitalista e suas instituições sociais idealizadas como a família, o Conservadorismo Moderno toma o capitalismo como via possível e adequa-se a defesa de seus valores e instituições sociais.

Um dos maiores expoentes desse pensamento é Émile Durkheim. Em sua orientação teórico-metodológica, tal autor considera as leis sociais como leis naturais, ou seja, como fixas e imutáveis, não podendo ser alteradas pelos homens. Assim, para ele, aos homens cabem reconhecer essas leis e moldarem-se à ela. Para isso, ele acredita que o sociólogo, de maneira neutra, conduzirá o homem à conformidade e não mudança.

Para Escorsim Netto (2011, p. 53):

O pensamento conservador de Durkheim – e nisto também se manifesta a conjuntura da ordem burguesa pós-48 - constrói-se para enfrentar a questão social. Antiliberal por excelência, Durkheim entende que há que se induzir uma ação social consciente e planejada para impedir que a sociedade (burguesa) se desintegre [...].

O autor apresentou preocupações relacionadas à ordem, à integração, ao controle e a coesão social. Essas categorias estão presentes também no Conservadorismo Romântico, mas com Durkheim elas se repõem como uma reflexão científica.

O conservadorismo moderno tem sua emergência marcada pós-revolução de 1948, quando o proletariado- como classe- começa a se organizar em torno de suas lutas políticas e aparece como ameaça à classe burguesa. Esse episódio demarca a reação conservadora não mais como volta ao passado aristocrático, mas sob novas características, muito mais elaboradas e complexas. Nesse quadro de mudança do pensamento conservador, este vai se expressar pelo abandono do:

[...] historicismo e totalidade, mediante a criação de várias 'ciências sociais particulares', todas marcadas, em última instância, por um positivismo que propunha tratar os fatos sociais como 'coisas' (Durkheim) e não como resultados de uma práxis histórica. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 10).

A resistência operada pelo conservadorismo moderno irrompeu de uma série de fatores criados pela própria burguesia, ou seja, a burguesia em seu momento

revolucionário envolvida pelos valores Iluministas: racionalismo, autonomia individual, humanismo e historicismo usou desses conhecimentos científicos e técnicos para desenvolver o fenômeno da industrialização. A cultura Iluminista permitiu o avanço das ciências e do conhecimento racional, essenciais para a onda industrializante.

Como pensar o desenvolvimento das forças produtivas sob bases religiosas e tradicionais? Para aquele momento histórico, esse avanço seria impossível sem a cultura Iluminista.

É durante o surgimento da sociedade burguesa que desponta o pensamento conservador. Contudo, a proposta restauradora de Burke (ESCORSIM NETTO, 2011), torna-se inviável porque as transformações que o capitalismo impôs às instituições sociais tornaram-se irreversíveis: novo modo de produção, novas relações econômicas, um Estado burguês para chamar de seu. Condições necessárias ao momento sócio histórico para o fim das relações monárquicas, mas mais que isso, condições que fizeram a burguesia desejar que essas mudanças se perpetuassem para garantia da manutenção de sua ascensão.

A burguesia deseja agora manter as instituições criadas pela mesma:

Nos primeiros conservadores, a recusa da revolução se expressa num repúdio à revolução burguesa (em Burke, particularmente, expressava um repúdio ao paradigma francês da revolução burguesa); nos conservadores que trabalham nas condições pós-48, com a evidência da inviabilidade da restauração, o conservadorismo passa a expressar o repúdio a qualquer revolução – ou seja, o pensamento conservador passa a se definir explicitamente como contrarrevolucionário (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 49).

Na análise da autora, o pensamento conservador deixa de lutar contra a burguesia para ser seu aliado na manutenção da sociedade de classes. Seu novo “inimigo” agora é o proletariado, a nova classe revolucionária.

O pensamento conservador irá se apresentar qualitativamente diferente; se apresentará como filosofia social- como conhecimento científico-social: ciência social ou teoria política. Sua preocupação precípua é a construção de uma corpo de conhecimento que sustente teórica, ideológica e politicamente a ordem burguesa.

Para isso, autores que se filiam a este pensamento defendem reformas sociais, desde que dentro da ordem burguesa. Para isso ocorrer, faz-se necessário

uma reforma moral, na qual o papel da educação é central. Para Durkheim, a educação possa a moldar as crianças. Nesta perspectiva considera que:

Na luta entre educador e as paixões da criança, apenas um deverá sair vencedor, o educador, para o bem do derrotado e em nome do Outro. Sacrifício que a criança deverá se submeter, mas que não contém, para Durkheim, “[...] nenhum grão de violência, pois é graças ao amor do outro e ao seu saber que o homem realiza plenamente a sua verdadeira natureza” (DURKHEIM apud FERNANDES, 1994, p. 75), sendo esta natureza a de ser criatura do Outro (LACERDA; GUEDES, 2006).

É com Durkheim que o pensamento conservador alcança sua maturidade, sendo refuncionalizado a favor da ordem burguesa. O autor irá construir uma teoria que apresenta as orientações para modelar a sociedade em face desse desenvolvimento capitalista. Ele considera que é necessária a garantia da homogeneidade na sociedade, sua ordem, sua coesão, e a chave para isto está na educação, a partir do momento em que se enquadra “a alma” da criança para integrar esta sociedade.

Com a educação, Durkheim estabelece uma diferenciação entre os homens de sensibilidade e os homens de ação, argumentando que nem todos os homens são dados à reflexão, cabendo a cada um ter seu lugar e função nessa sociedade para garantir a harmonia para o trabalho. Lembramos que esse argumento vai de encontro a necessidade de força de trabalho para a expansão capitalista.

Em relação à educação, o autor a compreende como um fato social necessário para socializar os indivíduos e que educar é preparar ou forçar a criança para a participação na sociedade, como futuros homens. Se assim não for, as crianças passarão a agir como selvagens. Por isso a educação deve instigar a disciplina e a obediência, esta primeira considerada como instrumento da moral uma vez que a ausência da disciplina coloca as crianças confusas sem reconhecer os valores morais de uma sociedade, como certo e errado, bem ou mal.

No texto “A Educação Moral”, Durkheim (2008), afirma que a ausência de disciplina causa até sofrimento na criança por esta desconhecer esses valores morais, haja vista que, o homem é governado pelo egoísmo e pelas paixões carecendo ser disciplinado desde sua tenra idade. Essa disciplina é que consegue garantir a reprodução de valores morais compreendidos como ideais para a sociabilidade burguesa, fato necessário para manter a coesão, a ordem a integração e o controle. Essa educação pela disciplina não objetiva o conhecimento, a ciência,

mas é uma necessidade social para transformar o homem num novo ser: obediente e consciente de seu lugar na sociedade burguesa.

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que não estão ainda maduras para a vida social. Tem por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais, que requerem dela, tanto a sociedade tanto a sociedade política em seu conjunto, quanto o meio especial ao qual ela é mais particularmente destinada (DURKHEIM, 2008, p. 53).

Assim a educação é necessária para garantir a ordem e o Estado deve ser o grande responsável por isso como fator necessário para ter sob seu controle as orientações e disciplinas junto às crianças. A educação proposta por Durkheim caminha para a manutenção, via rigorosa disciplina, uma educação moralizante, convencendo a sociedade de que a disciplina garante o comportamento humano para a nova sociedade em intensa expansão industrial. O autor avançou em forjar as futuras gerações para manutenção da sociabilidade burguesa e seu desenvolvimento.

Outro importante autor do Conservadorismo Moderno foi Talcott Parsons, que após anos de estudos apresentou sua teoria sobre a “ordem social”, num momento em que a discussão sobre a escolha racional e utilitária ganha expressão; em finais dos anos de 1930 nos Estados Unidos. Ele defende uma sociologia baseada na macro-sociologia; na estrutura, nos grupos sociais, porém não descarta o papel do indivíduo nessa relação. Para Parsons, a sociedade precisa ser reconhecida como um sistema estável e, para isso, os homens devem reconhecer que há um sistema de normas integrado. Assim, os indivíduos devem reconhecer esse sistema de valores comuns e serem regulados pelo mesmo só para posteriormente poderem agir. Há, na teoria do autor, uma lógica que cria uma estrutura de valores morais que precedem a existência dos próprios indivíduos.

Parsons desenvolveu uma complexa teoria “voluntarista da ação” na qual apresentou várias questões para superar a relação positivista-idealista, a qual segundo críticos não foi realizada. Contudo, em relação ao Pensamento Conservador, ele atesta que a ordem social (categoria do conservadorismo), não é algo imposto ao indivíduo, mas resultado da inteorização e interação desses sujeitos.

Para o autor, o elemento coercitivo interior é resultado de uma expressão humana e o elemento coercitivo exterior ocorre independentemente da vontade humana, o que faz com que os indivíduos naturalizem um sistema de valores comuns, sendo esse introjetado, formando as personalidades individuais (MELO, 2012, p. 136).

Assim, cabe aos indivíduos adequarem-se aos valores comuns da sociedade. O autor tem influência do pensamento de Durkheim, Weber e Freud, na construção de uma teoria fundada na valorização da ordem social como estática, a partir da qual os indivíduos devem interiorizar os valores morais (sem violência ou disciplina). Há em Parsons uma idealização da sociedade, uma vez que para ele, o conjunto de regras morais antecede o homem, numa ideiação de uma sociabilidade não construída pelos mesmos, como se já existisse a priori.

Enquanto Durkheim entendia a sociedade como um organismo, Parsons entende a mesma sociedade como um sistema. Para Parsons a educação é basilar para formar sistemas sociais, integrando-os; e também, para manter a coesão desses sistemas. Considera que a educação é a chave para que os indivíduos possam internalizar e reproduzir os valores morais para a manutenção desses sistemas.

O autor compreende a sociedade como a unificação de 4 sistemas: cultural, social, político e econômico, e para que haja a organicidade entre os eles, considera necessário um processo de adaptação; a consecução de objetivos; a integração e a manutenção da estrutura. Esses sistemas, para ele, são semelhantes aos sistemas da natureza.

Para Vares (2011), nas obras de Parsons,

A sociedade é vista como uma espécie de organismo, unívoco e funcional. O indivíduo cumpre etapas evolutivas se adaptando gradativamente à vida social. Neste aspecto, as teorias freudianas oportunizaram a Parson abertura para explicar, através da subvenção de sistemas e subsistemas, a integração e adaptação gradual do indivíduo à vida societária. A identidade aparece como fruto da articulação de sistemas estruturados. O subsistema cultural, por exemplo, é onde se absorvem valores, informações e regras que permitem ao indivíduo inserir-se e manter-se em sociedade, atuando dentro de um padrão considerado salutar.

Percebe-se que na teoria Parsoniana, que não há questionamento sobre a sociedade e suas relações sociais; sobre a internalização de regras, valores e hábitos transmitidos via educação. O indivíduo nessa teoria é um objeto a ser manipulado por sistemas “alheios” a sua construção, deixando sua capacidade de

construir e produzir novos valores e moralidade como ser social relegada à sociabilidade burguesa.

Outro autor adepto da teoria de que a sociedade é um sistema foi Robert Merton, estudioso de Parsons que avançou na sua concepção de teorias médias, ou seja, sua teoria não era explicativa para o conjunto da sociedade como as metanarrativas. Alguns autores apontam que Merton não construiu uma teoria, mas sim um método de observação e interpretação da realidade. Para Merton, a sociedade não é tão harmônica, e algumas disfunções podem ser importantes para a construção da sociabilidade (OLIVEN, 2009).

Segundo Oliven (2009), Merton, ao abordar a sociedade como um conjunto de sistemas, defende que aqueles grupos e indivíduos que não se apropriam do sistema burguês estão num estado de anomia e portanto carecem de intervenções necessárias para garantir a volta ao sistema normatizado. O estado de anomia depende dos padrões de sociabilidade de determinada organização social. Como exemplo, podemos citar uma família cujos membros estão desempregados. Numa sociedade burguesa onde o trabalho é tido como o caminho para o sucesso e sustentação do capital, esta família destoa em sua coesão social, não se adequando ao sistema e vivendo num estado de anomia. Cabe, então, a esta sociedade criar os meios para intervir nesta família voltando a harmonizá-la.

É interessante como o pensamento conservador mantém sua perspectiva de responsabilização individual às condições vivenciadas pelos homens, atribuindo aos mesmos a culpa pela supostas anomias que vivenciam.

Podemos inferir que o pensamento conservador toma a luta de classes como natural do desenvolvimento social, político, econômico e cultural da sociedade burguesa e ainda a tem como uma questão moral, individual de “desajustamento”. É como se a “questão social”⁴ e suas expressões fossem resultados da atividade individual e não criados pela contradição entre capital e trabalho. Para Yamamoto (2002, p. 24), o pensamento conservador “[...] tende a aderir aos contornos imediatos da situação com que se defronta, valorizando os detalhes, os dados quantitativos, os casos particulares, em detrimento da apreensão da estrutura da sociedade”.

⁴ Trataremos sobre “questão social” no próximo tópico.

Outra via da construção teórica do pensamento conservador é a que se expressa no pragmatismo que tem em Willian James (1979), um de seus grandes expoentes. Para esse autor, o pragmatismo é um método e também uma nova teoria da verdade. Em sua concepção a filosofia deveria seguir as leis da natureza, ser indutiva e empírica, assim ela poderia levar as reflexões a algum lugar. Nesta perspectiva, o autor critica a filosofia, pois para ele, o critério da verdade é a empiria, cuja fonte pode ser testada e comprovada. É a partir dessas premissas, que ele explica:

O método pragmático nesses casos é tentar interpretar cada noção traçando as suas consequências práticas respectivas. Que diferença prática haveria para alguém se essa noção, de preferência àquela outra, fosse verdadeira? Se não pode ser traçada nenhuma diferença prática qualquer, então as alternativas significam praticamente a mesma coisa, e toda disputa é vã. Sempre que uma disputa é séria, devemos estar em condições de mostrar alguma diferença prática que decorra necessariamente de um lado, ou de outro esta correto. (JAMES, 1979, p. 18).

James considera que várias disputas filosóficas, quando lançadas sobre sua praticidade, não têm resultados concretos e, portanto, não têm valor para a sociedade. De forma categórica, defende o pragmatismo como caminho para a veracidade, já que este sempre testa a realidade. Nega a racionalidade e sua metafísica e na crítica que constrói sobre elas, afirma que “o pragmatismo se sente mal longe dos fatos.” (JAMES, 1979, p. 25).

Por considerar o pragmatismo como método, tal autor não descarta as teorias, mas enfatiza que todas precisam ter um razão operacional e devem ser úteis, ou seja, devem ter uma forma prática. Para exemplificar esta tese, o autor cita o cenário de um hotel onde existe um corredor com vários quartos, cada um com uma pessoa fazendo algo, mas para chegar e sair dos quartos todos devem passar pelo corredor. O pragmatismo é esse corredor, assim as teorias para ser comprovadas como verdades devem ser postas à prova pelo método pragmático.

O referido método toma como verdade a aparência dos fatos, destituídos de sua essência e de suas determinações. Toma a prática imediata como critério de verdade, torna a sociedade burguesa pela sua aparência e qualquer fator que destoa dessa sociabilidade está fora dos padrões devendo ser adequados aos mesmos. Essa forma de pensar está tão absorvida pela sociedade que, por vezes, não percebemos que a análise da realidade e sua ação estão processadas sobre a

aparência da realidade de forma que esta seja a verdade. Essa realidade que para a teoria crítica é a “ponta do iceberg” para o pragmatismo ela é a verdade testada.

Enfim, no conservadorismo moderno é possível perceber que há uma alteração nas teorias que sustentam esse pensamento, uma vez que a sociedade burguesa vai se modificando. A sociologia como instrumento teórico do capital vai se adequando às novas condições burguesas, nas quais todas aqui apresentadas se isentam da crítica ao sistema, defendendo a necessidade de adaptar os indivíduos ao conjunto de normas sociais e morais estabelecidos nessa sociabilidade.

O pensamento conservador moderno se atualiza em defesa da manutenção do capitalismo. Reatualiza a ênfase na noção de ordem social, na coesão e idealização de papéis individuais para a harmonia de um todo social. Os valores que nascem e reafirmam esses propósitos transmutam-se, mas nunca deixam de se fazer presente nas construções teóricas conservadoras. Contrário a perspectiva conservadora; Marx critica a sociedade burguesa, entre outros aspectos, por não possibilitar a realização plena do homem. Para ele as condições da sociabilidade burguesa o limitam a ser objeto e não sujeito de sua história.

Na crítica marxiana, a sociologia emerge como ciência que responde às necessidades do trabalho da sociedade burguesa; a elaboração de um corpo teórico que se altera para justificar e explicar a sociedade burguesa sem a crítica fundamental da luta de classes. É nesta perspectiva que expoentes do pensamento sociológico, como Augusto Comte e Emile Durkheim, expressam um refinamento do pensamento conservador. Ou seja, entre Conservadorismo Romântico ao Moderno, cujas expressões estão representadas no interior na gênese da sociologia como ciência, assistimos a saltos qualitativos no sentido de garantir a análise da sociedade viabilizando um corpo teórico que se adeque ao capitalismo.

Em nossa pesquisa teórica, observamos alterações desse pensamento conservador, desde a recusa do fim do feudalismo e seus valores morais até o modelo do pragmatismo com sua empiria. Compreender aspectos dessas alterações nos permite fazer análise crítica dos fundamentos da gênese e profissionalização do Serviço Social, bem como da forma como a profissão se apropriou de expressões desse pensamento e passou a tê-lo como referência para sua formação e exercício profissional.

As categorias centrais desse pensamento – coesão social, organicidade, idealização da família e ordem social; - atravessaram o Serviço Social desde sua

emergência até a intenção de Ruptura nos anos de 1980 quando a profissão inicia seu processo de rompimento com a direção teórico-metodológica e ético-política conservadora, ainda que em sua dimensão operativa carecesse de melhores mediações. Essas categorias estão presentes, embora com roupagens diferentes, no catolicismo social que influenciará no processo gênese e institucionalização do Serviço Social no Brasil trazendo rebatimentos na compreensão do trabalho com famílias idealizadas pelos primeiros assistentes sociais brasileiros.

Se hoje apresentamos os valores presentes no Serviço Social em seu trabalho cotidiano marcado pela ruptura com o conservadorismo, ainda que não em sua totalidade, é porque pretendemos expressar o rompimento com o que denominamos de Serviço Social tradicional cujas determinações são postas no momento da gênese e institucionalização desta profissão no Brasil. Tal profissão nasce para responder às demandas postas pela necessidade de controle de expressões da questão social, começando a delinear seu ethos profissional a partir de moldes conservadores e, ao longo de sua trajetória sócio histórica, tende a reafirmá-lo. Mas de onde emergiu esse conservadorismo que marcou a gênese e desenvolvimento dessa profissão? Quais as orientações desse pensamento no Serviço Social, sobretudo na forma como expressa a direção do trabalho dos assistentes sociais com famílias?

1.3 SERVIÇO SOCIAL DE SUA GÊNESE ATÉ A DÉCADA DE 1950: EXPRESSÕES DE SEU TRABALHO COM FAMÍLIAS

Dentre as contribuições teóricas que apresentam o debate sobre o a gênese e institucionalização do Serviço Social no Brasil, estão às construídas em “Capitalismo monopolista e Serviço Social”, por José Paulo Netto (1992). Nela, o autor reflete sobre o que denomina de sincretismo ideológico no Serviço Social, alegando que este sincretismo orientou os valores morais da profissão em toda sua trajetória histórica e, invariavelmente, que esteve vinculada ao ethos burguês. Para autor, das protoformas profissionais ao Serviço Social em sua maturidade, esse sincretismo ideológico esteve presente, orientando abertamente o fazer profissional.

O Serviço Social emerge como profissão na passagem do século XIX para o Século XX quando se manifestam as primeiras intervenções estatais nas expressões da “questão social”, de forma sistematizada, contínua e organizada, diferente das

ações caritativas do século XVIII. Como estas expressões se espraiam para todos os setores da vida social, qualquer aspecto poderia ser objeto de intervenção para um agente profissional, como o Assistente Social. Todavia, a profissão não se esgota na “questão social”, mas a profissionalidade do Serviço Social está demarcada num momento sócio-histórico de intervenção do Estado, já capitaneado pela burguesia, nas expressões desta “questão social”. Nas palavras de Netto (1992, p. 18) “as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a ‘questão social’, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica”.

No Brasil, a presença do capital monopólico se realiza desde a sua emergência como colônia de Portugal. De acordo com Mazzeo (1989, p. 77): “Temos claro, assim, que as formações sociais coloniais se apresentam, já em sua gênese, como capitalista, que se articula com os pólos econômicos dominantes da Europa, integrantes, então, do vasto processo de acumulação do capital.”

Isso significa que mesmo com o trabalho escravo, o Brasil, estava incorporado ao processo global de produção e reprodução do capital. A sua particularidade de colônia atendia às necessidades de uma coroa portuguesa em processo de falência e ao sistema mercantil inglês. Mas no decurso do século XVIII, a tradicional burguesia agroexportadora, latifundiária e escravista começa seu domínio econômico e político (MAZZEO, 1989).

Mesmo com a ruptura das relações entre colônia e coroa (Brasil- Portugal) pela burguesia agroexportadora, esta não objetivou romper com o ordenamento capitalista, mas sim romper amarras com Portugal visando novas possibilidades de comércio e lucro. Ainda que existissem camadas médias no Brasil que pretendiam sua industrialização e urbanização, estas não tinham ainda expressão política e econômica suficiente para romper com o caráter ruralista do país.

O processo industrializante do país inicia com problemas pela sua inserção tardia e efêmera de produtos manufaturados em uma economia global e industrializada. O mercado consumidor no Brasil era débil e irrisório, a concorrência com as mercadorias internacionais era injusta pela qualidade inferior dos produtos brasileiros, assim o Brasil manteve sua inserção no sistema de global de produção do capital de forma periférica e insipiente.

A intervenção estatal nas relações contraditórias desse capitalismo periférico brasileiro, só vai ocorrer a partir da emergência do Estado Novo (1930-1945), de

forma mais contundente. A emergência da política social no país se realizará posteriormente às primeiras experiências no mundo capitalista central.

O que é importante destacar é que, mesmo com todas as diferenças estabelecidas entre o mundo capitalista central e o periférico como o Brasil, a criação e realização da política social só acontecerá a partir da resposta do Estado e de setores das classes dominantes à pressão da classe trabalhadora pelo atendimento as suas necessidades básicas, sobretudo em relação às condições de trabalho.

Um fato histórico de suma importância é a crise da oligarquia agrário-exportadora do café, no contexto da queda da Bolsa de Nova York (1929). As divisas geradas pela economia, impulsionada sobre o domínio de tal hierarquia, representavam mais de 70% do PIB nacional. Com a crise, este produto não encontra mais o mesmo espaço econômico no mundo e também passa a perder hegemonia interna com a disputa de outros setores produtivos, que ainda não tinham expressão política no Brasil, representando setores agrários produtores de carne, açúcar, entre outros (VIEIRA, 1983).

Decorrente desta disputa ascende ao poder, via golpe militar em 1930, Getúlio Vargas, representante da oligarquia do sul do país, e disposto a construir uma hegemonia em torno do seu projeto de nação, apoiado por outros setores político-econômicos.

Assim, chegam ao poder político outras oligarquias agrárias e também um setor industrialista, quebrando a hegemonia do café, e com uma agenda modernizadora. O movimento de 1930 não foi revolução burguesa no Brasil, com o incremento da indústria, como interpretaram muitos intelectuais e historiadores, mas foi sem dúvida um momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas no Brasil (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.105).

Reconhecidamente de caráter coalizador, o governo de Getúlio Vargas buscou garantir outra hegemonia no poder político brasileiro, com diferentes segmentos das oligarquias agrária, industrial e militar. Ao mesmo tempo, tornou-se para a classe trabalhadora o “pai dos pobres”, com ações paternalistas e assistencialistas no desenvolvimento das políticas sociais, mantendo o viés controlista também junto aos segmentos explorados.

Se, de forma ditatorial, Getúlio Vargas, mantinha-se no poder, ele realizou esta ação com traços marcadamente políticos, na regulamentação das relações de

trabalho para garantir a construção do Estado social capitalista, como as experiências internacionais apontavam, ainda garantindo sua marca personalista de governo. São do seu governo a criação do Ministério do Trabalho, o estatuto da carteira de trabalho, a legislação social e trabalhista e o atendimento a reivindicações sociais. Também é desse período a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, que reconhecia a categoria dos trabalhadores pelo Estado brasileiro e atrelava os

sindicatos à organização do Ministério do Trabalho⁵. (VIEIRA, 1983).

Em 1935 é criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública e a Assistência Social, política que requisita mais diretamente o trabalho dos assistentes sociais, terá atenção em 1942, com a criação da Legião Brasileira de Assistência - LBA⁶ sob o comando da primeira dama Sra. Darci Vargas, revelando a tutela e o clientelismo que marcariam as ações assistenciais no país.

O período Getulista, como ficou conhecido o governo de Getúlio Vargas (1930/45), marca o início da política social no país, enquanto que experiências semelhantes já ocorriam nos países capitalistas centrais, mas a especificidade política é que aqui “se concebeu e se pôs em prática aos poucos um conjunto de instrumentos legais, com a finalidade de permitir que camadas populares conseguissem perante o Estado a satisfação dos seus direitos.” (VIEIRA, 1983, p. 12).

[...] para ele, depois de 1930 o seu governo sondou as necessidades populares, venceu o egoísmo do que chamava ‘classes privilegiadas’ gerando não apenas um sistema de leis de proteção ao trabalhador da zona urbana, como ainda uma aceitação definitiva dos direitos relativos ao trabalho e à Previdência Social. [...] tal legislação figurava como um momento de antecipação governamental ao clamor dos trabalhadores [...]. (VIEIRA, 1983, p. 53).

Neste período refrações da “questão social” passam a ser administradas a partir de legislações e de intervenção estatal sistemática; o que vai incidir na instituição de um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social, ainda que a incorporação dos assistentes sociais no mercado de trabalho, na tradução de seus agentes profissionais, fosse motivada por um projeto mais vocacional do que profissional no marco de suas protoformas e de um projeto profissional com matrizes que expressavam a adesão a ideários do conservadorismo.

Outro aspecto histórico deste período é a reação católica em busca de recuperar sua influência política e social no país. Com o processo de laicização das famílias trabalhadoras, a Igreja reuniu esforços para conseguir obter de volta sua importância na sociabilidade burguesa em expansão no Brasil.

⁵ É somente no final da década de 1970, com o chamado “novo sindicalismo”, que passa a ser exigido o fim do atrelamento da estrutura sindical ao Ministério do Trabalho. O caráter meritocrático do direito no Brasil, instituído por GV, só terá fim legal em 1988, com a Constituição Federal, embora o arcabouço político-institucional por ele montado permaneça até hoje.

⁶ A LBA foi a precursora das agências de assistência social no país, sendo criada com o objetivo de auxílio às famílias dos pracinhas brasileiros que foram combater na Segunda Guerra Mundial

De acordo com Iamamoto e Carvalho (1982) a intenção da Igreja Católica era recuperar privilégios perdidos com o fim do Império no Brasil. Já nos primeiros anos de 1920, a Igreja Católica reclama seu direito, utilizando das liberdades constitucionais para o que considerava como projeto de recristianização da sociedade. Neste projeto, a Igreja interpretava a “questão social” aos moldes do proposto pelo Papa Leão XIII na Encíclica Rerum Novarum. A partir desse projeto se consolida o “Movimento de Reação Católica”⁷:

O pensamento elitista, reacionário e antirrevolucionário de Jackson de Figueiredo é a tradução laica do Movimento de Reação Católica, liderado no Brasil por D. Sebastião Leme, buscando a inserção nos costumes brasileiros de valores morais e religiosos. É uma tentativa da Igreja de, novamente, tornar-se influente na vida nacional, o que havia perdido já na época do Império. Para tanto, deveria seguir as orientações gerais do Papa, de reação ao positivismo, ao liberalismo e ao socialismo bem como a pregação contrária aos movimentos de rebeldia às autoridades constituídas (CARLOS, 2018).

Temos no Brasil no início dos anos de 1920, a formação do Partido Comunista, a realização da semana de arte moderna, as manifestações tenentistas, a emergência do ciclo do café e seus Barões e as próprias transformações sociais em andamento na sociedade brasileira fruto do aceleração do desenvolvimento do capital. Como resistência a todas essas alterações, a Igreja Católica inicia uma campanha de sensibilização do clero e leigos, que não tem repercussão satisfatória.

Todavia, é com a pastoral de Dom Sebastião Leme (1916), que este faz ataques à subserviência do clero e dos próprios católicos; apregoa o retorno das bases pastorais para a Nação Católica, desenvolvendo uma série de ações como a tentativa de resgatar o ensino religioso nas instituições educacionais públicas, o incentivo às obras e entidades de caráter público, sua superioridade sobre o Estado, entre outras. (IAMAMOTO, 2012).

No fim da República Velha (1930), a Igreja Católica estava cada vez mais afinada com o Estado da burguesia cafeeira, deixando em segundo plano as ações sociais voltadas às famílias trabalhadoras. Suas preocupações de suas ações eram a constatação das péssimas condições de vida dessas famílias e a exploração latente de mulheres e crianças, ainda com a crítica moralista sobre a

⁷ Todo o movimento de reação católica, no Brasil, foi estruturado a partir da chamada romanização da Igreja Católica. Esse processo caracterizava-se pela reestruturação da Igreja de cada país, segundo o modelo da Igreja de Roma. (CARLOS, 2018).

“promiscuidade” entre homens e mulheres e a desagregação da família (IAMAMOTO, 1982, p. 146).

Apenas a partir da década de 1930, é que a Igreja Católica se aproxima da sociedade civil, tentando exercer sua influência junto a sociedade civil, por meio da captura das expressões da “questão social” como objeto de sua intervenção social, em consonância com as orientações das Encíclicas Papais.

No bojo desta influência da Igreja, o Serviço Social emerge como profissão no Brasil. É inaugurada, em São Paulo (1936) a primeira escola de Serviço Social. E um ano depois, em 1937, a segunda escola, no Rio de Janeiro. Diante dessas condições sócio históricas, o Serviço Social presenciou uma formação fortemente doutrinária pela perspectiva da Igreja Católica. Os valores que orientavam a formação dos assistentes sociais estavam referenciados em pressupostos filosóficos e doutrinários que orientavam o Serviço Europeu, de origem franco belga. Dentre esses, o neotomismo. A partir desses referenciais, os primeiros assistentes sociais compreendiam o homem como:

[...] pessoa humana [...] portador de ‘valor soberano a qualquer outro valor temporal’ (FERREIRA, T.P, 1939, p. 28) e [que tem] sua existência regulada por duas instâncias, uma temporal e outra determinante sobre a primeira, atemporal, entendida como parâmetro último para a sua realização enquanto pessoa que caminha para a vida eterna (GUEDES, 2001, p. 8).

Nessa perspectiva do neotomismo, o homem, como pessoa humana, é um ser dotado de inteligibilidade natural, ou seja, ele é um ser dotado de razão e também espiritual, o que possibilita esse homem se adaptar aos períodos distintos. Assim ele pode se adaptar ao meio social em que vive e continuar cumprindo sua destinação cristã. (GUEDES, 2001).

A partir desses fundamentos, a ação profissional dos assistentes sociais tinha um caráter doutrinário; não era relacionada ao tempo histórico e sim à necessária relação com princípios imutáveis postos na Doutrina Social da Igreja Católica que, sobretudo através de grandes Encíclicas Sociais, a Rerun Novarum e Quadragésimo Ano, apontavam o compromisso dos assistentes sociais com um homem de corpo e alma, predestinado ao bem comum. A sociedade era entendida como um caminho para garantir a este homem a realização física e espiritual.

Os assistentes sociais negavam o movimento da história. Ou seja, negavam o liberalismo pela sua individualidade exacerbada e negavam o socialismo pela

compreensão materialista de mundo. Sugeriam uma terceira via, Com isso coube aos primeiros assistentes sociais que tinha como horizonte a idealização de um modelo societário em que a harmonia entre as classes sociais organizadas fosse expressão do bem comum. (GUEDES, 2001).

A defesa desse ideário revela a influência do pensamento conservador romântico nas primeiras manifestações da profissão a partir da influência da Igreja. Com vistas à garantia dessa orientação apregoada pelo catolicismo social nas primeiras décadas do século passado, os primeiros assistentes sociais acreditavam no retorno aos antigos modelos associativos das corporações medievais, assim negavam a história e o próprio capitalismo. Apresentavam uma visão romanceada da sociedade que poderia ser orientada para o bem comum.

Os assistentes sociais negavam o conjunto de valores morais criados pela sociabilidade burguesa, juntamente com sua direção política e econômica. Interpretavam que o mundo moderno teria afastado o homem do seu caminho, o caminho do bem que levaria à Deus, a temporalidade do homem, pelo mundo moderno, afastava esse homem do seu objetivo no mundo, ou seja, refere-se à promoção da dignidade humana, peculiaridade inerente ao homem que é criatura de Deus (Ato Puro) (GUEDES, 2001, p. 13).

A proposta brasileira era ter uma profissão que atendesse as expressões da “questão social” em efervescência devido fatores como: a industrialização; imigração; êxodo rural e, sobretudo, com a presença de famílias trabalhadoras se aglutinando nos centros urbanos e expostas a todo tipo de influência ideológica, inclusive anarquista e socialista. A profissão era interpretada como uma forma de intervenção ideológica na vida das famílias trabalhadoras, com base na atividade assistencial. Nas palavras de Iamamoto (2012, p. 20) “seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho”.

Na tradição dos primeiros assistentes tratava-se de profissão que se propunha a colaborar para a construção do bem comum e do respeito à dignidade humana. E para solidificá-la nesta direção, ancoravam-se, como já sinalizamos, em uma formação profissional que tinha em sua gênese influência de matrizes que sustentavam o Serviço Social franco-belga e das bases confessionais e políticas da qual tal influência se revestia. Contudo, já a partir da década de 1940, sobretudo pela necessidade de afirmar-se como uma profissão técnica, assiste-se à

confluência de outra matriz teórica nas análises sobre a formação e o exercício profissional do assistente social: a que advém do Serviço Social norte americano.

Há, entretanto, um denominador comum na história ideológica do Serviço Social, tanto europeu quanto norte-americano; ambos ao se submeterem ao ethos burguês, não conseguiram esclarecer o processo profissionalizante do Serviço Social e conseqüentemente não auxiliou compreender as diferenças da profissão na Europa e América do Norte (NETTO, 1992, p. 110). Para Netto (1992), após as Revoluções ocorridas na Europa durante o processo de ascensão burguesa, esta construiu um arcabouço teórico e ideológico com traços distintos, mas que garantiu a manutenção da ordem social; fato que causou forte impacto nas protoformas do Serviço Social.

O desenvolvimento das protoformas do Serviço Social na Europa Ocidental prende-se a três fenômenos, *aliás desconhecidos do outro lado do Atlântico*: uma traumática herança e experiências revolucionárias, a forte presença de uma cultura social restauradora e o peso específico da tradição católica. (NETTO, 1992, p. 110).

Assim a intervenção profissional dos assistentes sociais junto às famílias, neste período de confluência entre a recorrência a matrizes que sustentavam o Serviço Social franco-belga e o americano, orientava-se por uma compreensão que se sustentava na idealização de papéis a ela atribuídos aprioristicamente, sem sustentação na realidade social. Interpretava-se, assim, que a intervenção do assistente social nas dinâmicas familiares era necessária, porque a família era a célula mater da sociedade e que, é nela que os papéis sociais se apresentam e se definem, haja vista que os valores necessários a sustentação desses papéis seriam transmitidos em seu interior. Nesta concepção, é através da família que os sujeitos reconhecem seu lugar no mundo compreendendo a existência de uma hierarquia social e coesão da sociedade. Na análise desta concepção, Guedes (2001, p. 18) ressalta que para esses profissionais:

A preservação da ordem social não se faz sem a família. [...] Entende-se, neste contexto, que a família é um meio através do qual o homem pode desenvolver se para viver em harmonia na sociedade. É instância intermediária entre o homem e a sociedade e deve, portanto, ser a base da educação para a ordem social.

Em decorrência desse fato, se a família, como base da sociedade não cumprisse seu papel de transmitir valores, ela causaria problemas para si e para a própria sociedade.

Para os assistentes sociais do período existia um padrão de normalidade que a família deveria apresentar. Nas situações em que alguns desses elementos constitutivos desse padrão não estivessem contemplados, constituía-se como um caso para intervenção sistemática, com vistas a trazer essa família para a normalização pretendida.

Na análise do Serviço Social no Brasil, no período de sua gênese, Guedes, (2001), destaca que para os assistentes sociais, naquele período entendiam que a “preservação da ordem social não se faz sem a família”, entendida como: “[...] um meio através do qual o homem pode desenvolver-se para viver em harmonia na sociedade.” É instância intermediária entre o homem e a sociedade e deve, portanto, ser a base da educação para a ordem social. A autora afirma que para uma das protagonistas do Serviço Social naquele período, a “família gera problemas de natureza individual e social.” (JUNQUEIRA apud GUEDES, 2001).

Segundo Guedes (2001), a concepção dos primeiros assistentes sociais sobre o homem e família parte da concepção filosófica neotomista que orientava a formação e prática dos primeiros assistentes sociais. Sob os auspícios dessa formação e compreensão, o homem é tido como ser metafísico, atemporal, ou seja, o homem tinha um fim que era o bem, proporcionado pela vida eterna com Deus. Com esse fundamento a sociedade é para garantir ao homem a sua completude, e para isso os assistentes sociais negavam o liberalismo e o comunismo/socialismo, pois segundo Guedes (2001, p. 1):

[...] os primeiros assistentes sociais recusavam, como sugeria a Igreja Católica, o comunismo e o liberalismo. Interpretavam o comunismo como uma teoria social refutável porque postula um projeto societário erigido por uma compreensão materialista do homem. Refutavam-no, ainda, porque o entendiam como uma “doutrina totalitária”, com princípios incongruentes com o conceito de pessoa humana. E é por esta mesma via, pela sua incompatibilidade com a natureza humana, que estes assistentes sociais interpretavam os princípios do liberalismo como uma doutrina individualista.

Com as famílias os assistentes sociais deviam trabalhar para evitar que valor moral pretendidos pela Igreja Católica se pulverizasse nas atividades dos assistentes sociais. Para aquelas assistentes sociais o modo de vida das famílias

trabalhadoras geravam desestabilização social, pelas condições de moradia, os cortiços e incentivava a promiscuidade, os divórcios, as crianças na rua, o desemprego. Para Telles, citado por Guedes, 2001, nesse trabalho com famílias que vivenciam as expressões da “questão social” a ação deveria iniciar pelo próprio homem, para ter acesso ao mínimo bem estar, introduzindo neste homem o gosto pelo asseio e pela ordem.

Na tese de Sérgio Antônio Carlos (1993), intitulada “Gênese e estrutura do Serviço Social brasileiro no período doutrinário católico”, o homem, a família e a educação são elementos centrais nas discussões e na ação dos primeiros assistentes sociais orientados pelas Encíclicas Papais Rerum Novarum e Quadragésimo Ano. A presença do sincretismo ideológico na Europa Ocidental manteve sua postura restauradora, mas que ao negar os excessos cometidos pelo capitalismo e comunismo abriram a intenção para a construção de uma terceira via, a qual pleiteou o retorno da antiga ordem social. Traços dessa influência chegam ao Brasil quando das primeiras escolas de Serviço Social: a orientação ético-moral de restauração da ordem social.

Os assistentes sociais não comungavam de nenhuma crítica ao modelo capitalista em desenvolvimento no país, pelo contrário, interpretavam que seu trabalho consistia em orientar e manter a ordem para que as famílias pudessem aceitar suas condições de trabalhadoras. Em sua compreensão, o homem é tido com ser sociável por natureza, estando sob a autoridade de Deus. É um ser de corpo e alma, incompleto que carece da sociedade para realizar seu fim último: alcançar o reino dos céus. Este homem definido pelos assistentes sociais não é um homem temporal, é de uma visão abstrata e atemporal.

Em relação à família, Carlos (1993), a retrata, a partir das Encíclicas Papais, que esta é a sociedade primeira tendo prioridade sobre a sociedade. É nela que se transmitem os valores, os hábitos, o gosto pelo trabalho, o devotamento mútuo. É nela que está a fonte de uma vida equilibrada e ajustada. Há uma sacralização da família por considerar que ela apresenta um modelo ideal, o burguês, que tem suas raízes no modelo da sagrada família. Sendo assim as famílias brasileiras devem obrigatoriamente seguir essa tradição moral.

Dessa forma, nas situações em que era identificado que as famílias trabalhadoras não cumpriam seus papéis (o de provedor como o pai, de dona do lar e cuidadora dos filhos como a mãe), eram interpretadas como famílias

desorganizadas. Não se imputava essa atribuição de papéis e nem a responsabilidade pelo cumprimento deles à sociabilidade burguesa, e sim pela imperfeição humana. Interpretava-se que o homem imperfeito é algo natural de sua humanidade e que, desta forma sempre haverá famílias imperfeitas. Isso impacta no desajustamento dos indivíduos e conseqüentemente nos desajustes sociais. (CARLOS, 1993)

Outro aspecto a ser destacado é a interpretação da “questão social” como inerente às fragilidades do indivíduo como “questão moral”. O trabalho com famílias é no sentido da educação e da moralização da vida. As assistentes sociais defendiam moradia, tabelamento de aluguéis, “creches” para as crianças, mas não pelo direito às necessidades básicas, mas porque para se ter uma vida moral deve-se ter um mínimo de bem estar como está previsto nas Encíclicas Papais. (CARLOS, 1993).

1.4 EXPRESSÕES DO CONSERVADORISMO COM FAMÍLIAS NA ERA DESENVOLVIMENTISTA A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Já na década de 1950, no contexto da Guerra Fria e da política desenvolvimentista que nela se inscreve, a compreensão do trabalho com famílias adquire novas dimensões. Esse contexto tem seus marcos iniciais com o final da segunda Grande Guerra que desencadeia a emergência de dois projetos societários em disputa (o capitalista e o socialista real), protagonizados por duas grandes potências: Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Essa mesma conjuntura favorece também a expansão do Modo de Produção Capitalista (MPC-fordista/taylorista), nas sociedades européias e norte-americana, configurando-se uma nova forma de expansão dos direitos sociais.

Inspirados pelas idéias de John Maynard Keynes (1883/1946), que propunha um novo modo de intervenção estatal na relação capital x trabalho, os Estados capitalistas centrais passam a operar uma série de alterações com vistas a realimentar o sistema capitalista e os lucros privados, pois, “segundo a análise keynesiana, a operação da mão invisível do mercado não produzia a harmonia entre o interesse egoísta dos agentes econômicos e o bem estar global, como o demonstraram a grande depressão e a guerra.” (BEHRRING; BOSCHETTI, 2006, p. 85).

Para Keynes, caberia ao Estado, como regulador das relações sociais, estabelecer uma política de equilíbrio econômico que elevasse a demanda global, de modo a garantir o pleno emprego e o aumento da igualdade social. Para isto, sua meta era planificar a economia, intervir direta e abertamente na relação capital/trabalho, por meio de uma política social e de controle de preços, além de uma política fiscal e de créditos. Contudo, o mais destacado foi a intervenção sistemática e permanente do Estado na efetivação dos direitos sociais por meio de políticas sociais plenas. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Segundo Netto e Braz (2006), os “trinta anos gloriosos”⁸ que se seguiram após a Segunda Grande Guerra até meados de 1970, serviram para atender os monopólios, e para isso o Estado deveria ganhar legitimidade entre a classe trabalhadora, por isso este incorporava outros interesses sociais mantendo seu papel de “coesão”.

Na década de 1950, com o novo governo de Juscelino Kubitschek e sua proposta desenvolvimentista (desenvolver o país cinquenta anos em cinco), o Serviço Social encontra a direção necessária para creditar sua ação profissional comungando da expectativa de melhoria de vida das famílias trabalhadoras.

Nessa mesma década, o Serviço Social Internacional passa a questionar sua ação profissional e sua fundamentação católica conservadora. No Brasil, o Serviço Social inicia um movimento de revisão dessas bases profissionais haja vista as necessidades do capital no pós Segunda Guerra Mundial. Para Iamamoto (2012, p. 32, 33):

[...] o discurso profissional se aproxima dos fundamentos da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. Expressa-se na prática profissional, numa perspectiva voltada para mudanças de hábitos, atitudes e comportamentos do trabalhador, tendo em vista sua adequação aos novos ritmos do desenvolvimento. Este tipo de suporte mantém-se, porém articulado a metafísica aristotélica-tomista que informa a base filosófica da visão de homem e da sociedade, o que permite a profissão atualizar seu caráter missionário, preservando o componente utópico.

Ainda que a década de 1950 exija um profissional melhor qualificado técnica e instrumental, mantém os fundamentos de homem e sociedade numa perspectiva metafísica. O Serviço Social vai experimentar esta exigência técnica em seu lócus

⁸ Mesmo nestes “trinta anos gloriosos”, o capital passou por crises cíclicas, constitutivas do seu modo de ser, mas nenhuma tão catastrófica como a de 1929 e a futura de 1973.

de trabalho, como expressão de um processo de modernização capitalista, no bojo do qual, as empresas estatais e as agências privadas ampliam sua área de intervenção para garantir o controle e a reprodução da força de trabalho.

Esta nova condição de trabalho colocava para o Serviço Social a necessidade de se modernizar, exigia do Assistente Social outra postura profissional que não mais condizia com sua suposta identidade vocacional. Netto (1998, p. 123) afirma que:

[...] a racionalidade burocrático-administrativa com que a 'modernização conservadora' rebateu nos espaços institucionais do exercício profissional passou a requisitar do assistente social uma postura ela mesma 'moderna', no sentido da compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades dimanantes daquela racionalidade.

A exigência de um novo perfil profissional estabelecia uma nova exigência para as instituições formativas. Não obstante, o próprio Estado tratou desta questão ao proporcionar, no período ditatorial, a reforma do ensino superior, criando novos cursos de Serviço Social e integrando outros às Instituições de Ensino Superior, que pudessem romper com o confessionalismo presente, ainda, na formação profissional.

Esta redefinição da formação e orientação profissional, no bojo da necessidade do Estado de garantir quadros para os espaços de trabalho criados e/ou incentivados por ele, propicia que a profissão tenha uma nova base de legitimidade estabelecida pelo Estado.

Neste cenário estão postas as condicionalidades que provocarão no Serviço Social sua renovação, no contexto sócio-histórico da "modernização racional" que particulariza este movimento, buscando romper com o denominado Serviço Social "Tradicional" existente desde sua emergência no país. No bojo dessa modernização, até meados de 1960, não são visíveis na profissão grandes polêmicas acerca de sua proposta formativa e interventiva, como atestam Iamamoto (2012) e Netto (1998). O que ressalta é a necessidade de novo perfil profissional laico demarcado pela consolidação do mercado de trabalho nacional.

Para Iamamoto (2002), neste do processo de atualização do conservadorismo há dois elementos que marcam a prática profissional e como os Assistentes Sociais a percebem. Por um lado a redução das questões da economia política a problemas assistenciais, que a busca por benefícios poderia resolver e, por outro lado, a

reificação de métodos e técnicas de intervenção que obscurecem a consciência do Assistente Social e as reais implicações de sua prática.

O processo o trabalho com famílias é, portanto, quase trinta anos após a gênese do serviço social como profissão, é orientado por novas refrações do conservadorismo; sem romper com o que inspirava a profissão em sua gênese. Assistimos ao crescimento da influência da sociologia conservadora norte americana nas reflexões sobre o trabalho dos assistentes sociais articulada a princípios neotomistas para expressar alterações da sociedade burguesa, porém sem a devida crítica aos fundamentos dessa ordem social. No âmbito desta influência, as reflexões sobre a família estão demarcadas a influência do pensamento conservador moderno.

A definição de família, nos artigos produzidos nesse período no Serviço Social e aos quais tivemos acesso, tem como base a afirmação do papel da família na coesão e desenvolvimento social. A família torna-se a referência para a normatização da sociedade. Nota-se que ela não é mais divina, mas é situada na sociedade, ainda que com traços morais e religiosos. Para Drummond (1969), a família é a grande força de organização social; constituída pelo casal e sua descendência e cumpre funções inalienáveis. (SOROKIN, apud DRUMMOND, 1969, p. 44), tais como:

Satisfação das necessidades sexuais do marido e da mulher; procriação; obtenção dos meios de subsistência para seus membros; socialização e educação, especialmente da nova geração (mediante adestramento lingüístico, religioso, moral, mental. Físico e de trabalho para o fim de capacitá-la para a vida adulta); proteção devida, integridade e valores de seus membros, frente aos indivíduos e outros perigos; atenuação de seu isolamento psicossocial; desenvolvimento de sua felicidade.

É interessante destacar nesta citação, quando a autora estabelece papéis e funções, ela remete à família a um papel na sociedade, o de transmissão de valores e cultura que se perpetuam na sociedade e garantem a integração dessa família além de manter a hierarquização social e estabilidade. Observa-se como categorias como coesão, harmonia, organicidade, pilares fundamentais do pensamento conservador estão presentes nessas reflexões dos assistentes sociais.

Localizamos, em artigo publicado na Revista debates sociais (1966), um relatório sobre a “Infância e Juventude no Desenvolvimento Nacional”, no qual a autora, Leite (1966), argumenta que as mudanças sociais em curso no Brasil tem

afetado as famílias e suas estruturas; sobretudo aquelas carentes de renda. Considera que a família típica do Brasil era a patriarcal, baseada em laços de consanguinidade, com vínculos afetivos bastante fortes, reunida em torno do seu chefe-o pai. Considera, também, que era por meio dessa família, que eram transmitidos os valores e, usos e costumes eram transmitidos; uma transmissão que se dava , via geração dos mais velhos aos mais novos.

O avanço da industrialização, segundo a autora, obriga as famílias a saírem de suas terras e procurar melhores condições de vida nas cidades. Contudo, se antes o isolamento preservava a forma dessa família, não atendia as necessidades de desenvolvimento do país.

No curso desse desenvolvimento, era necessário que as famílias fossem buscar nas grandes regiões populacionais melhores condições de vida, mas o que encontrou, segundo a autora foi a desintegração familiar, sobretudo, de ordem econômica e social, mas que atravessava a moral familiar: “Basicamente, a antiga família patriarcal, de índole conservadora, se transforma em igualitária. Novos tipos de relações se inserem no grupo familiar e ampliam-se as relações extra-familiares. Surgem mudanças nas formas estilos de vida individuais e coletivas (LEITE, 1966, p. 21).

Para Leite (1966) a mudança não se deu apenas nas famílias de classe proletárias, mas nas de classe média e alta também, pelas influências de novas doutrinas. Destaca, nesta análise, a emergência de novas ideias que rompem com valores morais já estabelecidos previamente, causando a desagregação familiar e não coesão social.

Assim, conclui a autora, a família que se apresenta no Brasil está em crise, pois não conseguiu se blindar das novas influências trazidas pelo desenvolvimento, seduzidas pelo progresso, desconsideram os valores familiares tidos como universais e eternos, caindo na armadilha do novo.

Em 1968, um artigo que trata sobre o Planejamento Familiar, de autoria do Prof. Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira apresenta um estudo sobre o projeto de lei nº 241 que trata do planejamento familiar que regulará a limitação de natalidade dos casais ou mulheres que assim quiserem. O autor levanta questionamentos sobre esse fato alegando que a lei é simplista e que essa é uma decisão do casal e que não cabe o Estado legislar sobre tal tema. Utiliza para essa contestação a Encíclica Papal “Populorum Progressio” do Papa Paulo VI: “É certo que os poderes públicos,

nos limites da sua competência, podem interferir, promovendo uma informação apropriada e tomando medidas aptas, contanto que sejam conformes às exigências da lei moral e respeitem a justa liberdade dos cônjuges.” (apud OLIVEIRA, 1968, p. 36).

Oliveira (1968) propõe um órgão coletivo formado por moralistas, médicos, assistentes sociais e representantes das famílias, de alto nível para orientar e supervisionar esse controle de natalidade, considerando os aspectos morais, médicos, psicológicos e sociais, mas que exclua a imposição de lei de limitar a taxa de natalidade no país. O autor se apresenta contrário as mudanças morais que podem perpassar a composição familiar diante da autonomia da mulher em ter ou não filhos pelo uso de contraceptivos, deixando claro a todo o momento que esta decisão cabe ao “casal”.

Nesses artigos já se apresentam algumas mudanças na concepção de famílias, a qual passa influenciar o Serviço Social e seu trabalho com esse público, porém mesmo com a secularização da família, o debate ainda está no campo conservador.

1.5 DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA AO DESENVOLVIMENTO DE UMA PERSPECTIVA DE RUPTURA: NOVAS CONCEPÇÕES DO TRABALHO COM FAMÍLIA

Com o avanço da década de 1960, passam a coexistir no Serviço Social duas tendências: uma conservadora e outra crítica. Essas duas tendências disputam espaços políticos e ideológicos dentro da profissão com o objetivo de dar direção à formação e ao exercício profissional. Não obstante, a perspectiva crítica será subjugada pela ditadura militar a partir do Golpe de 31 de abril de 1964.

Anterior ao Golpe Militar, ainda na primeira metade da década de 1960, o Brasil experienciava duas situações políticas: uma intensa organização e mobilização da classe trabalhadora que lutava pelas denominadas “reformas de base” e a articulação pela burguesia e extratos da classe média para colocar fim a qualquer proposta mais progressista existente.

O movimento social de luta por reformas de base encontrou no governo de João Goulart a possibilidade de realização. No entanto, as forças conservadoras,

aliadas ao poder das forças armadas no país, com intuito de impedir o avanço do ‘comunismo’⁹, tomam o poder político, via Golpe de Estado.

A nova conjuntura política, com os partidos políticos de esquerda na clandestinidade, os movimentos sociais sendo contidos através de repressão violenta, os líderes políticos sendo exilados, presos ou assassinados, colocou impedimentos momentâneos à luta social. Apesar de toda repressão política e ideológica no país, o movimento de luta da classe trabalhadora passa a manifestar-se de forma heterogênea: desde atividades públicas até seqüestros e assaltos a bancos, todos com o objetivo de financiar e apoiar os movimentos de resistência que buscavam alternativas para colocar fim a ditadura militar e construir uma pátria livre, sob orientação democrática e socialista (IAMAMOTO, 2002).

No Serviço Social, a partir de 1965, se gesta uma iniciativa que, devido aos próprios questionamentos realizados pelos Assistentes Sociais sobre sua prática profissional, vai ancorar os debates para construção de um novo Serviço Social. A perspectiva progressista, neste primeiro momento, não tem grande expressão devido aos “anos de chumbo”¹⁰ da ditadura militar. As vertentes profissionais que ganham destaque são aquelas orientadoras da manutenção do conservadorismo profissional. Conforme Netto (1998) temos, neste primeiro momento, duas vertentes, com orientações teórico-metodológica e ídeo-política diferentes, mas não antagônicas entre si, nem contestatória dos processos histórico-sociais brasileiro: Modernização Conservadora e Reatualização do Conservadorismo.

Esta vertente conservadora da Renovação do Serviço Social, que mais terá aglutinado a massa da categoria profissional, mantém de forma seletiva o acúmulo profissional produzido na transição dos anos 1950/60, além de buscar referências teóricas no estrutural-funcionalismo norte-americano. Sua nomenclatura modernizadora advém da sua postura ídeo-política que não questionava o projeto societário vigente, nem os rumos impostos por este projeto no Brasil. Sua preocupação era capacitar teórica e tecnicamente os agentes profissionais para responder as demandas postas à época, o que configura a postura tecnocrática do Serviço Social.

⁹ Já estava estabelecida em Cuba a vitória do regime socialista que colocou fim em anos de exploração e dominação capitalista norte-americana.

¹⁰ Período onde todos os direitos individuais ficaram suspensos, com a instituição do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Segundo Netto (1998, p. 155), o desencadeamento desta vertente se deve a uma “instituição extra-universitária (no caso o CBCISS) porque o sistema universitário ainda não fora refuncionalizado pela autocracia burguesa.”

Dentre as expressões dessa vertente está o metodologismo, que tem como um de seu maior expoente José Lucena Dantas. O autor pretendia mostrar a importância do método para o Serviço Social e que este seria suficiente para sanar a crise na profissão.

No trato com as famílias, Dantas (1979) ressalta a importância do Estado para a promoção social das famílias com baixos níveis de renda, porém sua concepção de família se dá a partir de uma idealização de papéis e funções a serem alcançados, sobretudo por aqueles que não conseguem sanar suas necessidades. Para esses, propõe dois estágios:

O primeiro de debilidade da estrutura e das funções sociais básicas do grupo familiar. Ou seja, o trato da carência que impediria esse grupo de realizar seus papéis de cuidado, manutenção e transmissão de valores. O segundo estágio seria o cuidado com a desorganização da estrutura e das funções sociais básicas desse grupo familiar; isto porque, para ele, a família até tenta desenvolver os papéis, mas não em sua totalidade dado seu nível de carência econômico.

O autor avança ao responsabilizar o Estado com relação à proteção da família carente financeiramente, mas está presente em sua análise a concepção de família para a estabilização social. Se esta não consegue a satisfação de suas necessidades pelos seus recursos, o Estado deve intervir para garantir sua estabilidade.

Outra tendência que se espalha no Serviço Social, sob a denominação de Reatualização do Conservadorismo, se mostra mais resistente às mudanças desencadeadas no Serviço Social. Na referência crítica de Netto (1998, p. 157):

[...] trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórica-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana.

Esta vertente traz para o Serviço Social a intervenção baseada num viés microscópico, de cunho conservador, marcado pelo pensamento católico tradicional.

Seu caráter renovador está no traço de modernidade que confere às características mais tradicionais da profissão, desconsiderando os referenciais positivistas e negando aqueles de inspiração marxiana. Coloca-se como uma terceira via para a profissão. Outra questão é que ao se colocar num nível de distanciamento da ditadura induz a falsa ideia de crítica ao sistema; o que é visivelmente o contrário, pois o grau de irracionalidade que percorre esta vertente revela sua adesão ao projeto conservador (NETTO, 1998).

Recorre teoricamente às inspirações de temas que nascem na fenomenologia para “tratar” as demandas postas a profissão, numa valorização do indivíduo dentro de uma perspectiva “psicologizante”. Esta vertente não provoca como as outras duas polêmicas no Serviço Social. (NETTO, 1998).

Na década de 1980, ainda se apresenta nas produções do CBCISS essa perspectiva, a de que as famílias que apresentassem expressões cotidianas da “questão social” estavam em anomia com o sistema, ou ainda tinham problemas de ordem patológica. Nesta perspectiva, para autora, Nunes (1984) a família está doente, e apresenta patologias; uma vez que deixa de cumprir seus papéis; ela é atacada pela patologia da disfunção, com isso a sociedade corre o risco de ter sua ordenação, hierarquia e estabilidade social atingida. A partir deste fato, entende que, para as famílias que apresentam alto grau de carência econômica, o assistente social deve intervir por meio de um trabalho diretivo, educativo e normativo, sendo o educativo de maior destaque. Enfim, a autora retrata os problemas familiares como patológicos e a família como disfuncional ao sistema. No penúltimo artigo apresentado na pesquisa bibliográfica, apresenta o “Relatório do Brasil” em resposta ao questionário para a 23ª Conferência Internacional sobre o Bem Estar Social- ICSW- em Tóquio no ano de 1986¹¹. Foi escrito pelo sociólogo Carlos Alberto de Medina, a partir das respostas das organizações membros do CBCISS. As respostas apresentadas, e por ele sistematizadas, abordam a família como instituição básica da sociedade, um grupo regularizado pelo Código Civil que possui importante papel socializante, mas que durante as últimas décadas tem apresentado estar em crise devido ao avanço da modernização. No relatório, apresenta como características básicas da família, a nuclear com vestígio da família extensiva e a patriarcal a qual tem o homem chefe de família e mulher e filhos como seus

¹¹ A nossa pesquisa nas Revistas Debates Sociais era até o ano de 1985, mas consideramos esse artigo e 1986 porque condensou as informações sobre famílias as agências membros do CBCISS.

dependentes. Considera-se, nesse relatório, que a crise familiar é mais intensa nas famílias mais pobres porque a família nuclear passa a ser centrada na figura feminina da mãe, o que altera a idealização de família enquanto herança do patriarcado. Em relação à mulher; espera-se que ela cumpra o papel da mulher dedicada ao lar, esposa e mãe, e que além dessas funções, com as mudanças sociais, a mulher deve aliar o acúmulo de funções tradicionais as novas requisições da sociedade burguesa.

Sem causar alarde, nos parece que esta vertente, com diferentes matizes, se mantém no Serviço Social até os dias atuais. Determinados referenciais de trabalho do Assistente Social têm sido sustentados em teorias e metodologias alheios ao arcabouço teórico-crítico do Serviço Social, reatualizando práticas sob pretensos discursos progressistas numa moralização da “questão social”. Exemplos podem ser encontrados hoje no trabalho realizado com famílias, de orientação sistêmica, ou nas diversas terapias de grupo e de comunidades, só para referenciar algumas tendências.

Somente na transição da década de 1970 para 1980 que o Serviço Social caminha para a ruptura com o Conservadorismo na profissão. Diante do fim da ditadura militar e com o avanço das lutas democráticas, o Serviço Social se coloca como parte da classe trabalhadora e passa a se reconhecer como trabalhador.

Sobre os rumos da profissão, Iamamoto destaca a mesma:

[...] como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade (IAMAMOTO, 2012, p. 37).

Importante destacar que não havia uma hegemonia na profissão sobre essa orientação crítica, estando a profissão convivendo nos espaços de formação e trabalho profissional com as direções dessas duas perspectivas: conservadora e crítica. Iamamoto (2005, p. 366) explicita esta questão quando afirma que:

Dentro da diversidade de tendências que se propõem em negar o ‘Serviço Social Tradicional’ e a vertente modernizadora da profissão, afirma-se uma perspectiva que questiona a própria legitimidade da demanda e dos compromissos políticos subjacentes ao exercício da prática profissional. A existência e crescimento dessa tendência tem por efeito revigorar e polarizar o debate e a luta pelo controle de posições representativas no meio profissional.

Isto ocorre com a demarcação política e ética durante o Congresso da Virada em 1979, quando um grupo de profissionais desfaz a mesa de honra com representantes da ditadura e colocam em seu lugar representantes dos trabalhadores. A partir de então, torna-se visível que a vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo avança nos espaços de representação da categoria profissional.

Em relação às produções teóricas sobre famílias, encontramos traços dessa vertente no periódico Serviço Social e Sociedade. Nas produções que fazem referência a este período, os artigos apontam que a interpretação sobre família mudou, Gokhale (1980), define família como: “um grupo de pessoas que estão relacionadas umas com as outras pelo sangue ou pela lei (como no caso do casamento e da adoção).” (GOKHALE, 1980, p. 24). Ou seja, a definição de família passa pelas normas legais ou de consanguinidade. A autora atribui a responsabilidade à família com relação à transmissão de valores, educação dos filhos e apoio emocional, e acrescenta a responsabilidade da seguridade social para a família, ou seja, a satisfação de suas necessidades são de responsabilidade da família consangüínea ou legalmente formada.

Para essa autora, a visão de família tomada como sagrada mudou; ela já não comporta os valores religiosos e morais nem sua transmissão aos descendentes. Agora a família torna-se cada vez mais secular, ou seja, racional e pragmática. Essa mudança de paradigmas para a análise familiar se deve às alterações no papel da mulher que se ampliou a partir de sua inserção no mercado de trabalho. A mulher deixa de ser a dona de casa, dedicada ao lar pela necessidade de garantir a subsistência familiar. Com isso a família muda; se altera colocando a estabilidade social em risco.

Nesse artigo podemos observar que a autora trata a família de forma secular, mas apresenta mudanças nesses padrões de comportamento familiar, sugerindo que tais mudanças podem trazer a instabilidade social. Assim, nota-se um ecletismo na análise sobre família, uma vez que apresenta ainda categorias do conservadorismo (estabilidade social, coesão social, ordem) ao se referir sobre famílias.

Na década de 1980, a vertente de intenção de ruptura já se coloca de forma mais contundente no Serviço Social, iniciada pela experiência profissional conhecida

como Método BH, entre os anos de 1972 e 1975, que se desenvolveu junto aos quadros docentes da Universidade Católica de Belo Horizonte. Esta experiência de BH propunha uma alternativa global de atendimento à população: “uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação.” (NETTO, 1998, p. 263).

Como nos revela o Netto (1998), o Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latinoamericano foi datado em um período de dez anos (1965/75), o qual trouxe à luz diferentes vertentes que disputavam a sua direção política. Este movimento, muito embora tenha se encerrado em 1975, provocou no Serviço Social brasileiro um processo de Renovação que, chegando até os dias atuais, ganha inteligibilidade na análise dos processos sociopolíticos desencadeados pela autocracia burguesa no Brasil. O equívoco de entender estes dois movimentos como unidade faz com que conquistas profissionais sejam legadas a um ou outro processo histórico, desconhecendo a heterogeneidade que caracterizou o próprio movimento de reconceituação na América Latina. Mas é fundamental reconhecer que o avanço do Serviço Social crítico só foi possível porque segundo Barroco (2003, p. 143):

[...] a primeira etapa (dec.60/70) é fundamental porque nela estão dadas as determinações da gênese da nova moralidade profissional construída na participação política, no trabalho com os movimentos populares, na influência das vertentes críticas do movimento da reconceituação latino-americana, na aproximação com o marxismo e com os movimentos revolucionários, na militância católica progressista.

As décadas anteriores permitiram que o Serviço Social como profissão realizasse a escolha de um projeto profissional a ser construído. Assim, na década de 1980, a vertente de intenção de ruptura alcança as direções de entidades representativas da categoria, e com isso passa a desenhar para o Serviço Social uma nova forma de compreender mundo e homem. A aproximação, embora enviesada, com as teorias marxistas permitiram ao Serviço Social caminhar em direção a análise da realidade e participar da construção de novos caminhos para essa realidade sob o domínio do capital.

Iamamoto (2002) sugere em seu livro *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*, que dada a leitura enviesada das teorias críticas, alguns profissionais passaram a assumir papéis mais militantes e messiânicos no exercício profissional,

tomando para si a responsabilidade de transformação social no Brasil. Quando não movidos por essa direção, alguns apontavam que não haveria possibilidade de mudanças sociais e assim apenas reproduziam a “cartilha” orientadora do seu trabalho, numa perspectiva pragmática e fatalista.

Reconhecemos que a mesma década de 1980, com a reforma universitária (produzida pela Ditadura Militar) há uma produção de conhecimento pelos quadros docentes vinculados às universidades e a pós-graduação, a proximidade dos quadros profissionais às massas trabalhadoras culmina com algumas rupturas na tradição conservadora. Podemos perceber isto com o periódico Serviço Social e Sociedade nos quais apresentam artigos que tratam de família e/ou o trabalho do assistente social com estas.

Os autores dos artigos que escreveram neste contexto referem-se à família como uma instituição social fundamental ao modelo capitalista, assim como a propriedade privada; considera-se a família como uma unidade de consumo.

Para a autora Maria Cecília Tobom (1996, p. 77), a família é reconhecida: “[...] como uma unidade de produção e reprodução dentro do sistema capitalista social, destacando a função que cumpre em relação, tanto aos processos individuais de socialização e apoio afetivo, como seu papel na manutenção da vida e de todos seus integrantes.”

A autora considera que as contradições da sociedade burguesa perpassam a família e estando essa sociedade em crise a família será impactada por essa crise. A família, nesse contexto, passa por um momento de refuncionalização dos seus papéis exigindo um reordenamento de tarefas e funções.

A família se divide entre as necessidades dos seus membros versus o desempenho das funções que o Estado exige (proteção, reprodução), mas que diante da crise vivenciada na sociedade a família não consegue cumprir.

A revista serviço social e sociedade número 46 de 1994, traz dois artigos sobre famílias, o primeiro, de José Rogério Lopes (1994), apresenta a discussão sobre as mudanças no modelo de família a partir da romantização da mesma, ou seja, o amor que mantém os laços familiares. De acordo com o autor, há mudanças ocorridas na família que demonstram que o amor romântico não tem mais sido referência para as uniões e para a permanência das mesmas em relacionamentos duradouros, uma vez que a sociedade moderna alterou a forma de vida das famílias.

A “conversa” sobre famílias “desequilibradas” não tem sido suficiente para responder a novas famílias recombinadas.

“A família ainda se mantém, mas sob outros acordos e novas alianças, recombinando-se numa diversidade de relações que cresce proporcionalmente ao número possível de negociações entre homens e mulheres e entre eles e seus filhos.” (LOPES, 1994, p. 17).

A inserção da mulher no mundo do trabalho, a vida cada vez mais pública, a crescente alteração na vida conjugal, a autonomia da mulher sobre ter filhos, todas essas mudanças permitiu que as configurações familiares deixassem seu modelo ideal, tido pela burguesia, para se configurar conforme a necessidade desta família trabalhadora.

No artigo “Família: a crise de um modelo hegemônico” de Adolfo Ignacio Calderón e Rosamélia Ferreira Guimarães, os autores apresentam a discussão de família a partir de Philippe Áries. Nesse artigo, a família é apresentada como representante de um modelo construído há séculos, a família contemporânea nuclear. Esta família, dada as mudanças sociais, entra em crise e passa a se reordenar para manter-se como família (CALDERÓN; GUIMARÃES, 1994).

Os autores argumentam que há sim um modelo de família que é tida como ideal: a família nuclear burguesa e que esta se colocada como modelo de normalidade. “Observa-se que ainda predomina no imaginário coletivo da nossa sociedade a idéia de uma família perfeita: seguidora das tradições, formada pelos pais e filhos, vivendo numa casa harmoniosa para todo sempre” (CALDERÓN; GUIMARÃES, 1994, p. 25).

No artigo há uma crítica a esse padrão familiar, mas os autores alegam existir uma crise familiar e que isso se deve as uniões livres, o divórcio, as mulheres/mães que são as provedoras da família, as uniões homoafetivas, as produções independentes, as uniões formadas sem vínculo de consangüinidade.

No artigo em pauta, aponta-se a necessidade de compreender a família pensada (tido como ideal) e a família vivida (aquela da realidade cotidiana), mas que nessa relação permanece a idealização da família pensada como modelo, inclusive para as políticas de atendimento às mesmas. Os autores destacam a necessidade revisão de padrão ideal de família para uma concepção que fuja de uma visão moralista e preconceituosa.

Em vez de compreender a família pela sua composição, tomando como referência a família nuclear, deve-se procurar compreendê-la pelos valores nela existentes, bem como pelas relações de afeto, respeito, dependência, reciprocidade e responsabilidade que possam existir. (CALDERÓN; GUIMARÃES, 1994, p. 33).

A perspectiva de família que se apresenta no artigo é bem próxima da compreensão contemporânea sobre a mesma, não determina papéis, nem funções, não é regulada por laços de consanguinidade, deve ser compreendida a partir de sua vivência e ser protegida pelo Estado.

Essa forma de apresentar a família não era hegemônica no Serviço Social, a vertente de intenção de Ruptura está se materializando pelos marcos legais da profissão, nesta década não encontramos publicação nos periódicos em tela argumentos que demonstrassem a forma de trabalho dos assistentes sociais com famílias que apresentassem essa linha de criticidade aos valores morais e pré estabelecidos para as famílias atendidas.

Ainda que as publicações sobre família nos dois periódicos apresentem, em sua maioria, uma família em crise, sem cumprir seus papéis, há uma diferença nos argumentos apresentados.

Nos artigos publicados na revista Debates Sociais, a família possui uma norma de conduta que estabelece que suas funções, e quando este não ocorre, configura-se um problema individual de cada família. Assim a figura ideal de família entra em crise e essa crise pode abalar a hierarquização e estabilização social. A família é projetada para repassar valores religiosos, morais que possam contribuir com a sociedade capitalista.

Nas publicações da revista Serviço Social e Sociedade, a família é considerada uma instituição secular, assim suas funções e papéis são estabelecidos de acordo com os interesses da ordem do capital e se esta ordem está em crise, conseqüentemente a família como instituição social deste sistema entrará em crise também. Nessas publicações defende-se que, para garantir que a família e seus membros possam acessar suas necessidades básicas, cabe ao Estado protegê-la e promovê-la, uma vez que este papel familiar ficou comprometido com a crise estrutural capitalista.

Há, portanto, uma mudança em relação ao modo conservador de pensar a família. Não alegamos uma ruptura pela discussão permanente dos papéis e

funções e como instituição social, mas há uma secularização da família e a aproximação da interpretação da família vinculada ao modo de produção capitalista.

Nesse caminho, Miotto (1997), em seu artigo intitulado “Família e Serviço Social, contribuições para o debate” chama atenção para o fato do Serviço Social ter a família como alvo de suas ações profissionais, ainda que esse fato não se apresente nas suas produções teóricas, sendo incipiente sua produção de conhecimento sobre tal categoria. A autora alega que em seu debate, a família tem um traço cultural e não exclusivamente biológico.

A autora o traz a discussão sobre família e sobre o trabalho do assistente social com famílias no cerne da sociedade capitalista. O conceito trabalhado por ela não apresenta vetores de conservadorismo, pelo contrário, situa a família no tempo presente com todas as suas realidades e subjetividades marcadas pela forma de sociabilidade burguesa.

A autora argumenta que não existe família, mas sim famílias, e que esta definição é possível abarcar a diversidade de arranjos familiares presentes na sociedade brasileira. Entende-las no contexto social e compreender que há individualidades dentro dessas famílias. São definições que estão longe do modelo familiar nuclear burguesa, ou ainda que apresente definições de papéis ou funções.

A família é uma instituição social historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a sociedade na qual esta inserida. Isto pressupõe compreender as diferentes formas de famílias em diferentes espaços de tempo, em diferentes lugares, além de percebê-las como diferentes dentro de um mesmo espaço social e num mesmo espaço de tempo. Esta percepção leva a pensar as famílias sempre numa perspectiva de mudança, dentro da qual se descarta a idéia dos modelos cristalizados para se refletir as possibilidades em relação ao futuro. (MIOTTO, 1997, p. 128).

Este argumento de Miotto (1997) retira a crise da família e coloca esta como uma organização na dinâmica da sociabilidade burguesa.

O artigo presente na Revista Serviço Social e sociedade número 57 de 1998 sobre o título de “Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida” de Luiza Carvalho apresenta a mudança ocorrida no Brasil a partir da ocupação pelas mulheres das “chefias” familiares. A autora argumenta que o conceito de família conjugal e nuclear não serve para compreender atualmente as famílias brasileiras. O Argumento da autora se referênciam nas mudanças ocorridas na sociedade capitalista e na inserção no mercado de trabalho das mulheres. Ou

seja, para a autora não há como manter uma análise conservadora de família se a vivência dessa família é disparadamente distante do objeto de idealização.

Também não se identificam nesse artigo alusões às famílias em crises ou com funções/papéis alterados, mas sim a preocupação de que há um fenômeno a ser investigado como categoria da realidade: famílias chefiadas por mulheres e a forma como o Estado tem respondido as expressões da “questão social” vivenciadas por estas.

Para avançarmos com a direção crítica no trabalho com famílias nas décadas posteriores, foi preciso o avanço nas concepções de família presente também nas legislações sociais e sua apropriação no desenvolvimento dessa políticas a partir dessa nova orientação. Assim, reconhecer o novo conceito de família e como ocorre esta apropriação pelo Serviço Social e pela PAS é fundamental para a elaboração de ações cotidianas críticas que ultrapassam o conservadorismo moral ainda presente em nossos trabalhos.

CAPÍTULO 2

DEBATES TEÓRICOS SOBRE A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE: SUBSÍDIOS PARA SUPERAÇÃO DO CONSERVADORISMO NO TRABALHO COM FAMÍLIAS

Consideramos que, na contemporaneidade, há uma disputa de significados sobre a família e o trabalho social no SUAS que pode ser organizada em duas grandes tendências. Uma dessas, a que defendemos nesta tese, é a necessária crítica a reprodução de; dentre esses, a apologia ao ideal meritório dado por padrões de consumo e a culpabilização do sujeito. Essa crítica é construída por autores do Serviço Social na contemporaneidade. Dentre esses autores, Mito (2010, p. 168), nos convida a compreender a família:

[...] nas suas mais diversas configurações constitui-se como um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado . Reconhece-se também que além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos.

A família é atravessada pela “questão social” e sofre todas as suas refrações, por se relacionar de forma privada e pública com a sociedade burguesa. Essa compreensão fruto de intensos debates e investigações, trouxe para a profissão uma avanço para pensar famílias e o trabalho com elas.

Na pesquisa realizada junto a Revista Serviço Social e Sociedade entre os anos de 2000 e 2017, identificamos uma nova direção para pensar família e as políticas sociais que são direcionadas a estas. Mas, observamos a existência da disputa de projetos que ainda insistem em manter um viés conservador no trato com famílias, sobretudo o empreendido pelo Estado, e uma perspectiva crítica que se coaduna com a orientada pelos autores que chamam a atenção para esse projeto familista de política social. É possível observar o trato com o conceito de família presente nos artigos que em sua maioria são de autoria de assistentes sociais na Revista Serviço Social e Sociedade. A análise destes permitiu que se observasse o trânsito de uma discussão com aspectos conservadores presente nas revistas nos anos de 1980 para o debate crítico nos anos de 1990 e que se seguiram.

Na revista número 64 de 2000, no artigo “Desenvolvimento da Política sueca para a família”, o autor traz o debate sobre as políticas públicas que atravessam o universo familiar numa experiência européia, na caso a Suécia (FARIA, 2000). Ele destaca que as políticas públicas além de garantir o bem-estar dos membros, elas ainda fazem o controle demográfico, fomentam a igualdade de gênero, as disparidades sociais.

No artigo “Poder Judiciário e a violência doméstica contra a mulher: a defesa da família como função da justiça”, a autora alega que o modelo de família estabelecido na sociedade, e inscrito sob forma legal, contribui para a reprodução de relações familiares com base no poder, na violência e na hierarquia (ROCHA, 2001). Para esta autora, a defesa das instituições familiares acaba justificando o silêncio, a omissão e até o conformismo diante da violência doméstica. Esta situação ocorre porque ainda se mantém como referência legal a família tida como modelo idealizado, ou seja, a família formada dentro da sociabilidade burguesa, hierarquizada, harmônica, coesa e que sustenta a ordem social. Nesse sentido, o poder judiciário não consegue romper com esse modelo de família e que está presente nos processos sobre violência atendidos por este poder.

Na mesma revista, o artigo “Família de apoio: uma experiência inovadora” de Abigail Aparecida de Paiva Franco apresenta uma proposta de atendimento aos direitos de crianças e adolescentes em processos de acolhimento pela via de família de apoio, como forma de evitar a institucionalização destes (FRANCO, 2001). Narra a experiência da família de apoio em Franca. Destaca-se nesse texto, na experiência relatada, as famílias atendidas se veem de forma idealizada, ou seja, interpretam a família como um lugar de amor esquecendo que a mesma é uma construção social e de contradições.

No artigo “Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudanças”. O próprio título nos chama a atenção para um papel destacado para às famílias com relação ao cuidado de seus membros. No senso comum, o cuidado e proteção é uma ação precípua da família, como se estivesse em seu gene ser protetora. O conceito anunciado pela autora Heloisa Smyanski (2002, p. 9) tem como conceito de família “uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo.” Aqui já se apresenta uma noção idealizada de família, exclusivamente como protetora e cuidadora enveredada por laços de afeto. A autora considera as novas formações

familiares, porém enfatiza a centralidade na relação: família, laços afetivos e compromissos. A autora reconhece as mudanças societárias e seus impactos nos grupos familiares, e destaca a importância do “cuidado” do Estado com a proteção das famílias pobres, mas não problematiza as condições em que se dão as escolhas de ser família, de ser cuidado ou desproteção. Ainda sugere a ação do Estado numa família para ela possa manter a urgente tarefa de cuidar dos seus membros.

No segundo artigo desta mesma revista, “Perspectivas jurídicas da família: o Novo Código Civil e a violência familiar”, a autora Silvia Pimentel aborda a igualdade jurídica entre homens e mulheres proposta na Constituição Federal de 1988, mas só referendada em 2003 com o Novo Código Civil (PIMENTEL, 2002). Considera que a questão da legalidade num Estado democrático de direitos é fundamental para reivindicar, no cotidiano, os direitos conquistados e que devem ser transformados em políticas públicas para serem materializados. Mas quando essa garantia demora a tomar “corpo”, pode-se perceber a resistência de grupos conservadores no avanço de mudanças que alteram a ordem social, tida como natural e harmônica.

Nesse artigo, a autora apresenta mudanças substanciais no Novo Código que coloca em tom de igualdade jurídica mulheres e homens, retirando da legislação passada os ranços de conservadorismo no que se refere ao papel atribuído à mulher e à família (Pimentel, 2002).

No artigo de Amália Vitale (2002), sobre “Famílias monoparentais: indagações”, a autora apresenta uma preocupação com a forma dos trabalhadores se relacionarem com essas famílias a partir de sua experiência vivida de família, com o risco de tomar as famílias com as quais trabalham como desiguais ou incompletas. No texto, Amália se preocupa com as famílias monoparentais, aquelas cujo responsável é apenas um dos pais. Existe quase uma relação direta entre famílias monoparentais e mulher, pois são as mulheres as maiores responsáveis pelas famílias monoparentais; ainda que existam homens com a responsabilidade de cuidar da prole, é a mulher que em sua maioria se torna a “chefe de família”.

Uma questão que a autora destaca é que existe uma relação entre monoparentalidade e pobreza, e que os programas de atendimento às famílias pobres apresentam uma direção às mulheres, chefes de famílias e pobres. Assim a pobreza acaba apresentando um perfil junto às políticas socioassistenciais: mulheres, mães, pobres e, por vezes, negras. Contudo, a atenção recai para a forma como os profissionais reconhecem essa monoparentalidade.

Vitale argumenta que a monoparentalidade é um momento e não algo estático, podendo essas mulheres tecerem novos relacionamentos. Assim cabe compreender esses movimentos e se aproximar dessa realidade para construir intervenções sólidas e que possam contribuir com a superação da condição de vulnerabilidade dessas famílias.

Virgínia Paes Coelho (2002) com o artigo “O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida”, faz uma discussão sobre a condição da mulher das áreas urbanas que trabalham e o impacto dessa condição nas famílias. O artigo é resultado de um longo período de pesquisa com mulheres de duas gerações: as que vivenciaram o período da ditadura e as que vivenciaram a transição para uma sociedade democrática. A mulher assume destaque em todos os estudos que apresentam mudanças na família: pelo seu ingresso no mundo o trabalho. Ainda que apresentem maior grau de instrução, as mulheres recebem valores salariais menores que os homens. A autora discorre sobre a discriminação sofrida por essas mulheres, sobre sua sobrecarga de trabalho, pois ainda são referências nos cuidados com os filhos, com a casa; enfim com a família.

O perfil da mulher no trabalho, segundo a autora também mudou. Na década de 1990 era composto, em sua maior parte, por mulheres jovens e solteiras e sem filhos; passou a ser mais representativo o universo de mulheres casadas, mais velhas e com filhos e que permaneceram no mundo do trabalho ou se inseriam nestas condições. A questão dos filhos é o que mais interfere na presença as mulheres no trabalho, uma vez que a responsabilidade pelos cuidados com suas crianças ainda recai sobre elas. A autora chama atenção para que o Estado assuma a responsabilidade de gerenciar programas e políticas de atendimento a população e que traga nessas políticas o recorte diante as necessidades das mulheres e da sociedade (COELHO, 2002).

Ainda nessa revista, “A família na Amazônia: desafios para a Assistência Social”, de Carlos Alberto Batista Maciel (2002) reflete sobre a relevância da instituição familiar na sociedade. Fala sobre a importância desta unidade na atenção por parte das políticas públicas, fazendo a ressalva para a importância de problematizar as complexidades e contradições dessa instituição social. Traz também o conceito de família como lugar privilegiado de socialização primária, como unidade de renda e de consumo e de como a família significa, especialmente nos núcleos mais pobres, a possibilidade de “maximização dos recursos de todos os

seus membros” (MACIEL, 2002, p. 125, grifo do autor). Para fins de sobrevivência, as famílias adotam as mais diversas estratégias e organizações solidárias.

Para o autor, o território da Amazônia legal é multiforme e deve ser visto não apenas do ponto de vista de sua beleza e riqueza natural, mas também em toda a sua historicidade e carências de serviço e estrutura pública que atenda as demandas e modificações neste tão vasto território. O que se vê é uma população estigmatizada e marginalizada frente aos processos desregulados de exploração e ocupação da região.

A partir de dados e pesquisas já existentes, o autor evidencia a situação de extrema vulnerabilidade social, e o acesso a renda extremamente precário. Conclui que o poder público não possui informações razoáveis acerca das características da região que dariam condições de identificar melhor as múltiplas e reais demandas das famílias em suas diferentes formas de organização.

Propõe também o rompimento da atuação do Serviço Social em práticas clientelistas e paternalistas, tão tradicionais na região. Defende o desenvolvimento de ações concretas e reais frente às necessidades das famílias; contudo, sem deixar de considerar as relações contraditórias de poder existentes nesse núcleo, avaliando também a “gama de características que podem influir na constituição das famílias amazônicas” (MACIEL, 2002, p. 134).

Num outro artigo, “Famílias: uma experiência em grupo” de Rosamélia Ferreira Guimarães trata de uma análise sobre a abordagem grupal e sua operacionalização com famílias pobres, a partir de uma experiência de supervisão no Programa de Renda Mínima no Município de Santo André (SP).

O texto refere-se exclusivamente à modalidade de trabalho em grupo com famílias, enquanto espaço terapêutico de intercâmbio, ajuda mútua e solidariedade. Os temas abordados inicialmente giravam em torno da questão da drogadição, sexualidade e violência. Depois, os novos temas solicitados foram divididos em três eixos temáticos: modelos culturais, conjugalidade e parentalidade.

Guimarães (2002), fala do espaço grupal enquanto possibilidade para que as pessoas possam rever suas histórias de vida e suas ações perante a família e o mundo. Observa, nas famílias que acompanha, uma certa frustração com a realidade por eles vivida em comparação com o conceito ideal de família posto pela sociedade. Entende que a família “é um espaço de construção de afetos, solidariedade interdependência e reciprocidade. Mas a família também é o espaço

da violência, dos maus tratos, da mendicância.” (GUIMARÃES, 2002, p.175). Conclui que o trabalho grupal não encontra dificuldades em aglutinar pessoas, Afirma que essa modalidade de trabalho facilita o “envolvimento, troca, participação, comunicação”, e coloca aos técnicos, a responsabilidade de desenvolver uma perspectiva crítica nas abordagens das situações trazidas pelos participantes. É um espaço que previne o isolamento psicológico e social e favorece a reconstrução de histórias de vida.

No artigo “Os saberes construídos sobre a família na área da saúde mental” de Lúcia Cristina dos Santos Rosa” (2002) faz um levantamento da produção teórica quanto a relação da família com o “portador de transtorno mental (PTM) e percebe que, a abordagem sobre família relativas a área da saúde mental, é determinada pelas condições históricas ocidentais e do país em que se situa; também é determinada pela organização da política de assistência psiquiátrica centrada no modelo hospitalocêntrico. Para a autora, na década de 1980, com o processo de redemocratização do Brasil e através do movimento de reforma psiquiátrica, a família ganha maior destaque e importância na área da saúde mental. Considera, também, que a partir de novas diretrizes e orientações, como a portaria nº 251/GM de 2002, há uma mudança na relação entre os serviços da área e sua relação com a família do paciente; o enfoque dos processos terapêuticos passa a contemplar a inserção domiciliar e retorno à residência, sendo necessário a devida orientação dos envolvidos quanto ao diagnóstico e continuidade do tratamento.

Rosa (2002), reflete sobre o papel primordial da família na construção de possibilidades e alternativas para seu ente enfermo, destacando a importância de os trabalhadores do campo saúde mental direcionarem corretamente os recursos que as famílias detiverem, como recursos econômicos, emocionais e temporais.

Para Dalva de Azevedo Gueiros (2002), no artigo “Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar”, à medida que o Estado reduz sua participação junto às demandas da população, a família é incumbida de preencher esta lacuna, sem no entanto, receber o devido suporte do poder público para tal responsabilidade. O apelo à solidariedade social aumenta à medida em que a intervenção estatal no campo social é reduzida; crescem as alternativas privatistas para a questão social. Diferentemente do modelo de família conjugal focada no parentesco das classes mais abastadas, nas camadas mais populares, a definição de família perpassa pelo conceito de rede de obrigações e confiança. Considera

que, diante disto, é importante que os profissionais de Serviço Social conheçam as famílias em suas múltiplas configurações.

Para esta autora, é cada vez mais tênue a complementaridade Família-Estado e a sobrecarga de responsabilização de arranjos familiares não reconhecidos socialmente torna-se consideravelmente maior frente ao preconceito vivido nos diversos campos da vida em sociedade (GUEIROS, 2002). Numa realidade onde a garantia de trabalho e renda é cada vez mais escassa, a sociabilidade familiar torna-se ainda mais valorizada. Ela conclui, destacando a importância da prática profissional compreender a inserção social e o atual papel destinado às famílias; sendo fundamental que o indivíduo e a família tenham a devida autonomia e sejam respeitados em seus direitos sociais e civis, questão tão importante à construção da cidadania.

No artigo “Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso Acari” de Rita de Cássia Santos Freitas (2002), retrata aspectos tratados na tese de doutorado, traz o caso das “mães de Acari”, ocorrido na década de 1990, quando 11 jovens misteriosamente desapareceram. A partir deste doloroso pano de fundo, e do descaso sofrido por elas, trata de um novo papel para as mulheres, que contraditoriamente a partir da dimensão materna, fez com que muitas, saíssem do ambiente de suas casas, e encarassem as ruas a fim de se fazerem ouvidas mediante o sofrimento que tinham em comum.

Estas mães começaram uma busca pelos próprios filhos e por justiça. Através deste caso de violência urbana, Freitas (2002), aborda a questão do protagonismo das mulheres e a construção de uma nova figura de mãe, uma mãe lutadora, que enfrenta e questiona situações vivenciadas em seu cotidiano. A partir da transversalidade da figura materna, defende a possibilidade de formação de redes de articulação entre mulheres de classes sociais e culturas diversas. A partir de diálogos com as mães de Acari, percebe diversas contradições vivenciadas no cotidiano das mesmas, da concepção de uma maternidade naturalizada, a ausência da figura do homem e pai de tais jovens, e do grande potencial de luta política e do tradicional associativismo feminino. Traz, por fim, questões afetas ao conceito de cidadania, marcada por busca de laços, de solidariedade de interesses, da luta por respeito e pela construção de uma sociedade melhor.

Na revista número 75, o artigo sobre cuidadores familiares discute o papel dos cuidadores de idosos dependentes como aliados das equipes profissionais de

saúde (KARSCH, 2003). A autora considera que o papel de cuidar de alguém é uma forte tradição na vida da mulher brasileira, mesmo não abordando a questão da família a partir de conceitos e análises;

Na Revista 76 e 80, temos dois artigos dos mesmos autores e com o mesmo tema, famílias multiproblemáticas, este termo não é utilizado no Brasil, mas é um termo abordado em Portugal, na cidade de Aveiro. As autoras apresentam uma pesquisa sobre o “ponto de vista” de técnicos e famílias atendidas por estes sobre o que pensam sobre seus problemas vividos. Na análise dessas autoras as famílias pobres são multiproblemáticas.

Consideram como problemas a sua desestrutura, disfunção e desorganização. Ou seja, elas tratam a família como um modelo idealizado de que a família não deve apresentar problemas, muito menos fugir de seus papéis atribuídos historicamente e aprioristicamente, considerando a família um sistema.

No artigo “Direito à convivência familiar”, de autoria de Dalva Azevedo Gueiros e Rita de Cássia S. Oliveira, esta aborda-se o direito a convivência familiar como direito de crianças e adolescentes. As autoras referem-se à família como uma construção histórica e sociocultural (GUEIROS; OLIVEIRA, 2005). Revela-se, assim uma orientação crítica a respeito do “ser família”, negando o debate de que família seria o locus privilegiado de afeto e convivência sendo este resultado da sociedade moderna. Para estas autoras, esta sociabilidade moderna provocou o empobrecimento das famílias, sendo esta a causa primeira de entrega dos filhos à adoção por parte dos pais. Assim desconsidera a família como local de proteção e cuidado.

Em 2006, temos um artigo intitulado “Gênero, políticas públicas e a centralidade na família”, no qual a autora, Cássia Maria Carloto, tece críticas sobre a centralidade da família nas políticas públicas de combate à pobreza, pois submetem mulher a responsabilidade da superação dessa pobreza (CARLOTO, 2006). A autora apresenta a necessidade de tratar a discussão de gênero para a melhor análise dessas políticas, uma vez que estas colocam a mulher como instrumento para sobrevivência sua e dos membros da família. Cita como exemplo a preferência de ser a mulher a ficar como Responsável Familiar no Cadastro Único do governo Federal e o fato de ser a mulher a portadora do cartão de benefícios socioassistenciais. Carloto (2006) aborda que a centralidade na família das políticas sociais torna-se uma centralidade na mulher-mãe de família.

No artigo da revista número 92 “Uma reflexões sobre o acolhimento familiar no Brasil”, temos uma reflexão contrária à análise crítica acima (VALENTE, 2007). No artigo aqui analisado ainda compreende-se a família como local de vivências e experiências significativas na vida do ser humano; sendo esta base de apoio para enfrentamento de conflitos da vida e de desenvolvimento humano; o que gera o cuidado para preparar outra geração. A autora trata a família exclusivamente como cuidadora e protetora sem considerar que a mesma é perpassada por diferentes valores, sujeitos, que sofrem com as determinações políticas, culturais, sociais e econômicas da sociedade.

No artigo da revista 103, “Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres”, de Verônica Gonçalves Azevedo, o texto aborda o lugar da mulher nas famílias pobres. Considera que é atribuído a estas famílias as principais responsáveis pelo cuidado e provimento familiar (AZEVEDO, 2010). Numa sobrecarga de trabalho e responsabilidade. Critica o modelo dominante de família instituído pela modernidade no qual, a mulher cabe o espaço doméstico, local do cuidado e de sua proteção. Considera que se torna necessário pensar a família no plural pelas diversas relações vividas por estas famílias, pois estas são espaços de ambigüidade e contradições.

Azevedo (2010), aborda a incidência da desigualdade de gênero sobre a condição de pobreza e formas de proteção das famílias, trata do lugar das mulheres nas famílias pobres, que ao assumirem a identidade de mães, tornam-se as principais provedoras e cuidadoras de suas famílias, e encontram como alternativas a criação de redes de apoio e proteção entre si, que minimizem as inseguranças sociais, atuando em “locais” onde o Estado e o mercado não chegam.

Para essa autora, as oportunidades desequilibradas e injustas deste contrato sexual truncado afeta a mulher de múltiplas formas, obrigando-a conciliar a responsabilidade dos afazeres domésticos com o trabalho fora de casa para fins de sobrevivência da família. A conciliação de tempo para esta dupla jornada, ganha reforço com a popularização de algumas tecnologias facilitadoras de serviços domésticos, além dos equipamentos sociais como centros de educação infantil e escolas e serviços públicos, tais como os que oferecem atendimento à saúde reprodutiva tem contribuído com a autonomia econômica das mulheres.

A autora considera, ainda que as mulheres responsáveis pela provisão da família vivem, via de regra, uma condição de vulnerabilidade acentuada, e riscos

sociais aumentados; são obrigadas a criar as estratégias de rede de solidariedade, que, em geral, são constituídas por familiares e vizinhas. Conseguem demonstrar o poder do enfrentamento mediante as privações vividas (AZEREDO, 2010). Privações materiais e simbólicas, reproduzidas inclusive por parte das políticas públicas, que apesar de ter como alvo preferencial o público feminino, ainda não se voltaram de forma correta para a perspectiva de gênero.

Num outro artigo de relevância para nossa tese e para o Serviço Social, “Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo” Mioto (2015) faz um debate sobre a relação contraditória entre família e política social, a partir da questão do trabalho familiar, apresenta a cisão entre mundo da produção e da reprodução e a incorporação deste tipo de trabalho pela política social. O debate sobre família é abordado a partir de duas formas:

A primeira tem nas políticas de seguridade social a apropriação do trabalho familiar como recurso importante para atender as necessidades da família. Nesse caso o Estado intervém quando as famílias não conseguem desenvolver estas ações. Na segunda possibilidade, é através de políticas de conciliação entre o campo do trabalho e família - no contexto de crise atual do capitalismo, e da indução à privatização da seguridade social, a família é vista como uma grande alternativa de responsabilização nos cuidados de seus membros dependentes, é desta maneira, recolocada como elemento central na organização dos sistemas de proteção social. Contraditoriamente, percebe-se e a divisão artificial entre o mundo da produção e o mundo da reprodução como um mecanismo de sustentação do capitalismo. Outro ponto a ser considerado nesta discussão é o risco de enfraquecer os pactos de solidariedade pública.

Em nosso último artigo pesquisado é “A atuação da/o assistente social nos casos de alienação parental” de autoria de Thais Tononi Batista (2017). O artigo discute o tema da alienação parental, e faz sua análise a partir de elementos importantes à atuação do assistente social, como o Estado, a questão social, as políticas sociais, direito e processo de judicialização. Observa que nos estudos pertinentes à alienação parental, a maior parte dos autores dedicam-se a debater sobre o contexto social e os papéis parentais, e o debate foca-se na questão da família e das mudanças nas relações familiares.

Trata sobre o primado materno em relação à prole, e do papel de menor importância à figura paterna, dado pela. A crença geral sobre a maior capacidade da

mulher realizar os cuidados dos filhos aparentemente repercute também nas decisões do Poder Judiciário de todo país, que na maioria das vezes concede guarda unilateral a mãe.

Essa autora considera que as transformações macrossociais repercutem na individualidade, logo a mudança nas relações familiares é algo a ser devidamente considerado nas abordagens dos assistentes sociais desta área. Os desafios do trabalho na área sociojurídica são consideráveis, uma vez que o estado tende a reduzir cada vez mais sua intervenção enquanto políticas públicas e sociais e torna-se cada vez mais um Estado Penal. Considera, ainda, que ao atuar sobre a questão da alienação parental, o assistente social deve trazer a tona a questão social e suas múltiplas expressões, além das políticas sociais, ultrapassando o senso comum e o imediatismo. Deve agir com cautela diante das alegações de ambas as partes envolvidas, observando devidamente os processos sociais envolvidos relativos ao convívio, à construção de laços familiares e comunitários, a história de vida dos envolvidos e as possibilidades de acesso dos indivíduos às políticas públicas. Desenvolvendo um projeto profissional crítico que considera as modificações nas relações familiares e na sociedade como um todo.

Percebemos que no estudo realizado nas revistas Serviço Social e Sociedade, há uma direção crítica sobre a compreensão do papel das políticas sociais e sua relação com as famílias, bem como uma análise crítica de como estas famílias se configuram no Estado brasileiro e como o Estado se ausenta da proteção e cuidados destas, ou seja, a direção familista presente nas ações estatais e presente nas críticas dos autores contemporâneos que tratam de políticas sociais, a política de Assistência Social e trabalho com famílias.

CAPÍTULO 3

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A MATRICIALIDADE SÓCIO-FAMILIAR

Considera-se, nesta pesquisa que trabalho social com as famílias é um dos temas mais polêmicos em relação ao trabalho cotidiano do assistente social, especialmente a partir do marco da constituição federal de 1988, no qual se delineiam duas tendências: por um lado apresenta propostas de novo ordenamento jurídico de uma maneira geral e, especialmente, para a política social; por outro lado assiste-se a um forte movimento reativo à implementação dessa política. Na contemporaneidade, vivemos uma radicalização dessas tendências; uma implosão do pacto que sustentou a afirmação da seguridade social.

Assistimos desde os anos de 1990 uma erupção de crises do capital (típicas desse modelo de sociedade), as quais incidem na condição de ser e viver da classe trabalhadora. No Brasil, a partir da introdução das políticas neoliberais, houve um avanço nos desmontes das políticas sociais de atendimento à população, nos seus mais diversos direitos, impactando com isso a PAS.

Destacaremos agora a construção dessa política no Estado brasileiro. Participando do Tripé da Seguridade Social, junto com a saúde e a previdência Social, Política de Assistência alcança o status de Política Social universal, não contributiva, destinada para aqueles que dela necessitar. Em especial no artigo 203 da Constituição Federal de 1988, se refere à Assistência Social:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I. a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II. o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III. a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV. a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V. a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

A política de Assistência Social emerge dentro de algumas contradições: o seu reconhecimento como direito social quando o Brasil entra numa programática neoliberal de redução de investimento na área social, atendendo os interesses do grande capital; a morosidade em transformar o direito constitucional em lei regulamentada, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); a falta de investimento do governo federal para implementar a Loas; a manutenção e incentivo federal a ações paralelas como o Programa Comunidade Solidária de Ruth Cardoso que visava o empenho da sociedade civil na condução de ações de proteção social. Assim, se manteve a continuidade da “velha estrutura” da assistência social para atender o novo direito.

A assistência social seria, para alguns, o atendimento da caridade institucional para aqueles que apresentassem uma situação de pobreza absoluta e de que seu acesso dependeria do reconhecimento de situações de ausência, falta, carência, necessidade, pela incapacidade de atendê-las via mercado. Para outros, defensores dessa política, a assistência social seria um direito que atenderia de forma universal os sujeitos e famílias que apresentasse alguma condição de necessitado. Esta segunda tendência é refratária do texto legal que estabelece em seu Art. 1º, que,

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1988).

Em 1993, a Loas é aprovada e seu texto a apresenta como não contributiva, e de acesso universal a partir da necessidade. Ainda que não contributiva, apresenta uma concepção restrita de universalidade; ou seja, ela é relacionada apenas àqueles que necessitam, ou seja, famílias e indivíduos que não apresentam condições suficientes para garantir sua subsistência. Ainda que o patamar de acesso seja a necessidade social, em diversas situações, o critério de renda familiar torna-se determinante para o atendimento por esta política.

Cabe ainda considerar, que no Brasil, há uma disparidade entre o texto legal e a política que é efetivada. Assim, uma política que em seu texto já se colocou de uma forma reducionista, como é o caso do BPC e seus critérios de seletividade, nos

traz grandes desafios, sobretudo, no trabalho com famílias. Tais desafios se evidenciam, ainda mais, na descrição dos objetivos da política.

O Art. 2º estabelece que: A assistência social tem por objetivos¹²:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. (BRASIL, 1993a).

Observe-se que nesses objetivos, a PAS evidencia a preocupação com a proteção da família e sua capacidade protetiva. Isso, contudo, não significa que a Lei estabeleça um modelo familiar a ser seguido, mas que ela reconhece que a família, independente de sua organização, carece de proteção e de proteger. Ou seja, dentre estratégias utilizadas para a afirmação da seguridade está consolidação da política de assistência cuja centralidade está na família. Esta centralidade não é neutra no sentido de uma escolha apenas de metodologia de trabalho numa política, mas a PAS entendeu que para se constituir num sistema organizado e operativo o seu campo protetivo deveria sair da proteção individual, e alcançar o grupo familiar na qual o sujeito esteja vinculado.

Outro aspecto a destacar é que a centralidade da família nas políticas sociais, e no caso na de Assistência Social no Brasil, não é aleatório; existe uma tendência de interpretar a família como central nos serviços de proteção social e garantias de direitos. Uma tendência que direciona para a proteção social de grupos familiares com a preocupação de garantia de direitos universais. Há, também, outra tendência: a de eleger a família como central para que, na ausência do Estado, esta família se responsabilize pela sua proteção e dos seus.

Em relação a PAS no Brasil, existe uma crítica teórica de algumas estudiosas¹³ que convergem para afirmar que a centralidade na família estabelecida por esta política caminha para um viés de responsabilização da família e,

¹² Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011.

¹³ Estudiosas que são utilizadas nesta tese: Mito, Campos, Teixeira, Carloto.

sobretudo, da mulher para realizar o papel protetivo. A este respeito, um dos sujeitos de nossa pesquisa explica:

E esse olhar sobre o responsável familiar que na maioria das vezes é a mulher, é um olhar muito culpabilizador. Mas por quê? A charge, (apêndice 2, figura 1) traz um pouquinho disso né: olha o anticoncepcional aqui (sujeito 4)

Nessa formatação de política, com a tendência a responsabilização das famílias, o Estado se apresenta apenas para atendê-las quando elas não conseguem, por si só, arcar com o cuidado, provisão e proteção familiar.

Ainda que a PAS seja uma política no âmbito da proteção social, está vinculada ao Estado capitalista e tem sua efetividade nos limites da sua funcionalidade ao estado. A este respeito, um dos sujeitos da pesquisa, reflete:

[...] a proteção social no âmbito da assistência social. Da política de assistência que embora quase a gente não diga isso ela tem um caráter muito compensatório. O alcance dela, a efetividade dela de fato precisa ser discutida (sujeito 4).

Assim, até os benefícios de transferência de renda, segundo o mesmo sujeito, “*que deveria garantir segurança de sobrevivência, minimamente, ele não garante*” (sujeito 4). Este fato alia-se à interpretação desses benefícios não como direitos, mas como contribuições oferecidas aos usuários das políticas. Fato que revela aspectos conservadores na forma como a PAS foi pensada e ainda é gerenciada junto às famílias. Por isto, é uma política, que para o sujeito 4 da pesquisa necessita ser debatida para que seja possível reconhecer e ampliar sua cobertura.

A este respeito, na análise das orientações políticas para as políticas sociais, Miotto (2015, p. 143), argumenta que o processo de disputas de projetos políticos na sociedade brasileira tem nas políticas sociais papel fundamental: “Nesse âmbito, o processo é caracterizado, por um lado, pela tensão entre a afirmação da proposta de institucionalização da proteção social nos moldes definidos pela Constituição de 1988 e sua desconstrução através da retração do Estado”.

Essa disputa chega aos dias atuais, ou seja, a partir de quase 13 anos de governo do PT (01/01/2003 a 12/05/2016) e sua direção democrático-popular que se mostrou insuficiente para implementar as políticas sociais de cunho protetivo não familista.

A política implementada nos governos Lula e Dilma, sem confronto com o capital, atestou a inépcia e a inutilidade da proposta de natureza social-democrata travestida de “democrático-popular”, de tentativa de refundar o papel político e social do Estado, considerando a frágil correlação de forças existente entre as camadas populares e a burguesia, fruto de vinte anos de ditadura militar; implantação do neoliberalismo e cooptação de parte significativa dos movimentos sociais, partidos e sindicatos (CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017, p. 453).

Para as autoras acima, os governos Lula e Dilma não conseguiram apresentar um governo que rompesse com o projeto neoliberal de atendimento ao grande capital especulativo e financeiro ao manter as altas taxas de juros; os assaltos ao fundo público; as reformas previdenciárias que prejudicaram os trabalhadores em especial do serviço público, as privatizações e, no caso da nossa tese, uma direção política voltada à construção de políticas sociais que não romperam com o padrão familista, ou seja, estas continuaram focalizadas nas famílias que não possuíam condições de cuidar e proteger de seus membros em razão da extrema desigualdade estrutural no país.

A transição do governo Lula para o governo Dilma deu continuidade à política econômica e social que se baseava principalmente no estímulo por parte do Estado brasileiro à formação de grandes oligopólios, comandados por expressivos grupos econômicos nacionais e internacionais privados que passam a controlar e regular a esfera econômica e política, assim como a continuidade programas de transferência de renda de cariz estatal que buscavam incentivar o consumo interno, por meio, entre outros, da elevação do salário mínimo e da expansão do Programa Bolsa Família (CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017 p. 454-455).

As ações estabelecidas pelos governos do PT não alteraram a condição das famílias no sentido de sua superação da pobreza e situações de vulnerabilidade, mas elevou suas condições de consumir por meio de transferência de renda. Todavia, a saúde e a previdência social não tiveram nenhum grande avanço e investimento nos quase 16 anos desses governos.

Em relação a PAS, o governo Lula aprovou sua atualização e firmou-a em um sistema; contudo, suas ações se pautaram no enfrentamento à pobreza extrema e nas ações municipalizadas de proteção social nas quais se processaram a implantação do Cras e do Creas como referências de proteção social básica e especial, respectivamente. O atendimento nos territórios, a vigilância socioassistencial e demais normativas que estabeleceram a PAS num sistema organizado e participativo.

Nesta tese, reconhecemos os avanços desta política durante o governo Lula em relação às ações de FHC, pós Constituição Federal de 1988. Mas o que problematizamos é que os avanços não romperam com o projeto político de responsabilizar a família e o mercado pelo acesso a bens e serviços que o Estado não oferta. No que tange às famílias mais vulnerabilizadas, as ações tendem a reproduzir a perspectiva conservadora de manutenção de papéis e valores que reforçam a família tradicional patriarcal.

Com a crise do capital, em meados de 2008, o Brasil não resistiu aos seus impactos e a crise interna foi se adensando. Com isto, houve um processo que reordenou o bloco no poder intensificando a disputa de projetos políticos no Brasil.

O governo Dilma se viu diante de um cenário caótico de estagnação econômica, com crescentes gastos governamentais e falta de controle das taxas de inflação impostas pelo próprio governo, indicando um quadro de possível recessão. Esse contexto de instabilidade possibilitou a efetivação do golpe jurídico-parlamentar que alterou a base de sustentação do governo Dilma e permitiu a ascensão do governo ultrarreacionário e ilegítimo de Michel Temer, em uma ampla coalizão que assegurou a intervenção econômica por meio de um duro plano de austeridade (CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017, p. 455-456).

No governo ilegítimo de Temer (2016 a 2018), as ações contra a classe trabalhadora são mais deletérias. Nos últimos dois anos, presenciamos na PAS, uma tendência maior na focalização, no não cumprimento de acordos via Conselho Nacional de Assistência Social, na negativa de maior financiamento dos Programas e Projetos. Além dessa tendência, assistimos a cortes nos recursos para o Programa Bolsa Família (PBF) e novas normatizações que dificultam ou ainda impedem que as famílias acessem Benefício Prestação Continuada (BPC) ou PBF. A tais cortes, somam-se propostas de novos programas que contrariam a dinâmica do Suas; dentre estes está o Criança Feliz¹⁴. Seus programas que remontam à PAS,

¹⁴ O programa Criança Feliz sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), integrará ações nas áreas de educação, saúde, justiça e cultura, para promover o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 3 anos. De acordo com o presidente, o programa é um reforço à rede de proteção social nos primeiros mil dias de vida das crianças. “Cuidar da criança de hoje é cuidar dos homens e mulheres do amanhã”, afirmou. “Afinal, a infância marca o nosso destino.” A primeira-dama da República, Marcela Temer, que participou do evento e é embaixadora do programa, destacou a importância dos cuidados e estímulos às crianças na primeira infância. “Cada brasileiro e cada brasileira, desde a gestação, importam para o desenvolvimento do Brasil. A ciência comprova que nós, pais, cuidadores, influenciamos de maneira decisiva o futuro da criança.” (BRASIL, 2017). Para grande parcela dos profissionais e analistas do Suas esse programa é um retrocesso: “Somos contra o Criança Feliz porque ele sobrepuja ações que já são executadas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS),

ao primeiro damismo e à ausência de regulamentação, num claro retrocesso de caráter conservador.

Neste ano de 2018, o governo federal lançou um novo programa chamado “O futuro nas mãos” no qual pretende implantar oficinas sobre educação financeira às mulheres do PBF:

Melhorar a gestão do orçamento familiar, quebrar o ciclo da pobreza entre gerações e garantir o bem-estar de milhares de brasileiros beneficiários do Bolsa Família. As metas fazem parte do programa *Futuro na Mão: dando um Jeito na vida financeira*, lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), nesta segunda-feira (14), em São Paulo (SP). (BRASIL, 2018b)

Este programa mais uma vez reforça a lógica do familismo na política de Assistência Social, afirmando a incapacidade das famílias de gerar a renda familiar, sobrecarregando mais uma vez as mulheres/mães com relação à responsabilidade econômica dos seus membros. A este respeito, o sujeito 04 da pesquisa, reflete:

[...] vai caber a ela [mulher] garantir esse cuidado ou não. E aí se ela falha, toda culpa recai sobre ela que violou o direito, que não foi capaz de cuidar que não foi capaz de proteger [sua família]. A pobreza é basicamente feminina mesmo. Dessas meninas, dessas mulheres terem que dar conta de tudo sozinha. Isso está se perpetuando, se reproduzindo cada vez mais. Mas ainda assim com toda precariedade, elas ainda dão conta de muita coisa.

As mulheres são chamadas na perspectiva familista das políticas sociais cada vez mais a se responsabilizarem para garantir a manutenção e reprodução da família, fator de cuidado e proteção construído ao longo da história das famílias burguesas.

3.1 SUAS E A CONSTRUÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ATENDIMENTO A FAMÍLIAS: AVANÇOS E REITERAÇÕES CONSERVADORAS

A literatura que trata de proteção social às famílias entende que os agentes de proteção social tanto históricos como contemporâneos sempre foram: Família,

padronizados em âmbito nacional. Além disso, nos preocupa o fato de que o trabalho seja feito pelo voluntariado, numa perspectiva assistencialista, e não por trabalhadores formados e remunerados, que integrem o Sistema Único da Assistência Social (SUAS)”, critica a gestora pública e assistente social Maria da Páscoa Andrade. (OLIVEIRA, 2016).

mercado, Estado e ONGs (TEIXEIRA, 2016). Sua variação está de acordo com as decisões políticas assumidas por diferentes governos na condução dessas políticas de proteção, ora maior responsabilidade do Estado ora do mercado e famílias.

Teixeira (2016) detalha que em países onde a ação do Estado é maior na proteção social, temos o que se chama de “desfamiliarização”, ou seja, a coletivização das necessidades das famílias é atribuída ao Estado e seus serviços e programas, tais como: cobertura em creches, cuidados com idosos e pessoas com deficiências, serviços domiciliares, renda. Em países onde não há um Estado de Bem Estar Social, o Estado ocupa papel subsidiário, ou seja, atua na impossibilidade ou na incapacidade das famílias acessarem bens e serviços, como é o caso do Brasil.

Nesse cenário regressivo, com o avanço do neoliberalismo, a família e a sociedade civil (mercantil e não mercantil) são corresponsabilizadas pelos enfiamentos da questão social, formando, junto com o Estado, uma rede de políticas públicas na qual todos os sujeitos podem contribuir na implementação das políticas, com seus recursos internos, sua infraestrutura, seu trabalho voluntário e sua boa vontade, dentre outros (TEIXEIRA, 2016, p. 33).

Enfim, no Brasil, a PAS tem evidenciado uma perspectiva familista, fruto da escolha política dos governantes do país. Ora com maior incentivo do Estado, ora com o apelo a sociedade civil. Como está hoje pós o governo ilegítimo de Temer.

Ainda que a PAS avance na compreensão de família, precisamos reconhecer que a ela está dentro do contexto de políticas sociais do Estado capitalista; seu avanço não passará dos limites desta condição de atender direitos burgueses. Esse fato é evidenciado, entre outras iniciativas governamentais, no lançamento do Programa “Comunidade Solidária” lançado pelo o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em seu primeiro mandato (1995-1999). Foi lançado no período que sucede à aprovação da Loas e a disputa política para sua implantação e implementação nos municípios e estados. É um programa que evidencia o desenvolvimento de ações paralelas àquelas estabelecidas pela Loas, numa negação desta como política social pública. Contudo e, mesmo mantendo uma característica difusa, a assistência social foi projetada no campo da Seguridade Social.

Para Sposati (1997, p. 34), tal projeção “supõe definir os riscos, as coberturas de proteção social de que ele [estatuto de seguridade social] se ocupa como

procedem suas parcerias, a previdência social e a saúde”, e não como ainda é realizada em parte do país, supõe, também, a descrição do atendimento no campo da generalidade e da emergência, àqueles que não chegam ao patamar de consumidores. Para estes, cabe ao Estado ser responsável para prover os “mínimos sociais”, num patamar minimalista; ou seja, cabe garantir as necessidades de sobrevivência e reprodução da força de trabalho daqueles excluídos do mercado de trabalho.

Com este foco, a política de assistência social reproduz a contradição que cerca a própria política social, exigindo a pressão, da classe trabalhadora sobre o Estado, que por sua vez, vai atender suas reivindicações na medida em que isto não coloque em risco a ordem capitalista por ele defendida.

De forma compensatória, a política de assistência social se destina àquela parcela da população sobre a qual recai o maior peso das políticas econômicas, numa tentativa de minorar os efeitos nocivos da política econômica. Ainda que seja reconhecida no campo do direito, mantém-se a contradição entre o direito e sua efetivação no país. Ou seja, a política não garante o atendimento aos mínimos sociais, o que leva um dos sujeitos da nossa pesquisa: “*A efetividade dessa cobertura ela é muito precária.*” (sujeito 4)

Nesta perspectiva, a própria orientação da LOAS, que apresenta uma série de avanços - uma diretriz democrática de participação da sociedade na gestão e controle de sua realização, nega o viés assistencialista que marcava a política de assistência anterior a ela, preocupa-se com o atendimento às necessidades dos mais vulneráveis, ainda apresenta fragilidades em sua operacionalização. Não pela sua responsabilidade, mas pelo caráter das políticas sociais públicas no Brasil, pós 1990.

Para Raichelis (1998, p. 81-82):

A Assistência Social vive hoje um processo de mutação: de um lado, a dinâmica societária que impulsiona seu deslocamento para o campo dos direitos. De outro, o intenso movimento de difusão de práticas associativas e de organizações da sociedade civil, inclusive no campo empresarial, que reciclam e atualizam seu discurso, passando a atuar de modo crescente em programas assistenciais de enfrentamento da pobreza como resposta à crise do Estado e a redução das ações na área social.

Ainda em 1995, inicia-se o processo de realização das Conferências da PAS em todo território Nacional em nível municipal, estadual e nacional. A intenção é que

como a LOAS se propõe participativa, exige-se que seus espaços de deliberações sejam transparentes e democráticos. As Conferências municipais e estaduais da PAS se realizam a cada quatro anos (BRASIL, 2012a, p. 47):

Art. 116. As conferências de assistência social são instâncias que têm por atribuições a avaliação da política de assistência social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Art. 117. A convocação das conferências de assistência social pelos conselhos de assistência social se dará ordinariamente a cada 4 (quatro) anos. §1º Poderão ser convocadas Conferências de Assistência Social extraordinárias a cada 02 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros dos respectivos conselhos. Outra forma encontrada para configurar a assistência social como política social pública foi reorganizá-la em um Sistema Único de Assistência Social, ponto de luta presente em assembleias, fóruns, conferências de assistência social. Um sistema público e participativo que daria à assistência social, ainda que num momento neoliberal de realização das políticas sociais, uma nova afirmação como política social pública, além da melhoria no atendimento de suas ações.

A intencionalidade da PAS é que pela realização desses espaços de debate e controle social, garantam ampla participação dos sujeitos usuários dessa política, bem como dos gestores e prestadores de serviços, partilhando de sua construção coletiva. Ainda que com retrocessos, durante a década de 1990 devido ao neoliberalismo encabeçado no país por FHC, a PAS conseguiu avanços a partir dos anos 2000, como o início de um novo governo de “centro esquerda”.

Na IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003, foi aprovada a organização da assistência social em todo território nacional num Sistema Unificado da Assistência Social – SUAS. Em 2005, também é aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a Política Nacional de Assistência Social-PNAS e a Norma Operacional Básica-NOB-SUAS, que estabeleceram os novos parâmetros de organização da política de assistência social no país, num momento ímpar de sua realização como política social pública. É estabelecido que:

Art. 1º A política de assistência social, que tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Parágrafo único. A assistência social ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia, e deve ser financiada com recursos previstos no orçamento da Seguridade Social. (BRASIL, 2012b)

A Nob-Suas estabeleceu novas orientações e responsabilidades estatais aos entes federados, e também colocou para a própria política o reordenamento técnico, político e ético para atender as famílias e sujeitos usuários dessa política. Nesse sentido, há um avanço na configuração da mesma, ainda que sua operacionalização, implementação e financiamento:

Desde 2004, abriu-se um novo momento da Assistência Social brasileira, quando acompanhamos nacionalmente uma espécie de choque de gestão e regulação nessa área, que se expressa principalmente: a) por meio da criação do SUAS; b) na política nacional de assistência; c) na Norma Operacional Básica (NOB) /SUAS de julho de 2005, que materializa os fluxos de gestão do SUAS; e d) na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (2006), que estabelece uma perspectiva de gestão do trabalho e diretrizes para os planos de cargos e carreira, diretrizes para capacitação, responsabilidades dos/as gestores/as em relação aos/às trabalhadores/as nos vários entes federativos. Há ainda um “sem número” de decretos e orientações normativas, que vêm sendo produzidos a partir da presença desse grupo no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), além do SUAS Web e da realização de conferências bianuais (BEHRING, 2011, p. 86).

Em 2006, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos-NOB-RH, chama a atenção para o conjunto de profissionais necessários para operacionalizar cotidianamente a PAS. Essa norma operacional apresentou também os compromissos dos chamados trabalhadores do Suas para com essa política e para o público usuário:

1 A Assistência Social deve ofertar seus serviços com o conhecimento e compromisso ético e político de profissionais que operam técnicas e procedimentos impulsionadores das potencialidades e da emancipação de seus usuários; 2 Os princípios éticos das respectivas profissões deverão ser considerados ao se elaborar, implantar e implementar padrões, rotinas e protocolos específicos, para normatizar e regulamentar a atuação profissional por tipo de serviço socioassistencial. (BRASIL, 2006).

Esta norma ainda apresenta proposta de carreira profissional, gestão do trabalho, capacitação permanente, gestão do trabalho, responsabilidades dos gestores públicos sobre o trabalho no Suas.

Já em 2009 é aprovada a Lei 12.201, que estabelece a certificação das entidades socioassistenciais que prestam serviço na área da PAS e a resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social que tipifica os serviços socioassistenciais em todo território nacional, padronizando: serviços, programas, benefícios.

Outro avanço é que em 2011, cria-se a Lei número 12.435, denominada Lei do Suas, assim um novo texto veio referendar a LOAS e avançar em algumas definições e orientações sobre a PAS. Sobre este aspecto, Colin e Jaccoud, salienta:

Os avanços normativos fundamentaram a organização da assistência social ao longo da última década. Mas foi com a aprovação da NOB/SUAS que a

política ganhou institucionalidade nos territórios, passando a alcançar a população com a oferta de serviços e programas, e ampliando sua efetividade no campo dos benefícios. Para efetivar sua oferta, fazia-se necessária a instituição de unidades públicas, o fortalecimento dos recursos humanos, a organização de uma sistemática de financiamento que assegurasse repasses regulares a partir de critérios republicanos e transparentes, além de processos contínuos de aprimoramento da gestão (COLIN; JACCOUD, 2103, p. 49).

Da Loas ao Suas se passaram 11 anos. Tempo suficiente para reordenar o Sistema descentralizado, participativo e operacional que visa atender os indivíduos na qualidade de cidadãos. Com a Loas, mas sobretudo o Suas, há uma ruptura dos valores assistencialistas de proteção aos indivíduos. Estes são reconhecidos como cidadãos e para tais necessitam do Estado para atender seus direitos.

Art. 1º Os arts. 2º, 3º, 6º, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 28 e 36 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais." (NR). (BRASIL, 2012a, p. 1).

A nova redação da PAS pretende garantir a prevenção de riscos sociais e formas de desproteção social e que seus serviços e benefícios possam atender, de maneira mais ampla, as famílias e sujeitos usuários dessa política. Reconhecemos o avanço da PAS, a universalidade e cobertura em todo território nacional, exemplo disso é a existência dos serviços padronizados em todo território brasileiro, nos quais são utilizadas as mesmas formas de acesso aos serviços socioassistenciais.

A partir do Suas, os princípios da descentralização e da participação que orientam a Loas, se consolidam como sistema democrático e participativo. A necessidade de reverter a fragmentação de suas ações também foi ponto de alterações pela nova modalidade de atendimento, baseada em serviços

permanentes com níveis de complexidades hierarquizados em atenção básica e especial e não mais benefícios.

Art. 6º A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos: I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva; II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º-C; III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social; IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais; V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos (BRASIL, 2012a, p. 2).

O Suas deixa mais objetivo a forma de partilha entre os entes federativos na condução da PAS, os instrumentos normativos, as formas de gestão, o financiamento, o controle social, as comissões de pactuação, entre outros. É visível o avanço na construção da política de Assistência Social e sua forma de operacionalização no país. Ainda que os recursos atualmente (2017) estejam repassando por grandes cortes, a PAS conseguiu garantir acesso a renda, benefícios e serviços a uma população que há poucos anos conseguiu reconhecimento legal de cidadão.

Para repasse de recursos é considerado o porte do município e a sua capacidade de gestão.

Para fins de partilha dos recursos da União, a NOB-SUAS/2005 estipula o número mínimo de CRAS de acordo com o porte do município. Determina ainda dimensões de território, definidos por um número máximo de famílias nele referenciadas, a saber:

- Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas
- Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até 3500 famílias referenciadas;
- Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
- Grande Porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5000 famílias referenciadas;
- Metrôpoles – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas (BRASIL, 2012a).

Isso revela que, independente do tamanho geográfico ou populacional do município, todos participam dessa forma de gestão, uma vez que o Suas funciona como um sistema nacional.

Um marco importante na concepção e sistematização do SUAS é o trânsito do indivíduo para a família. Anteriormente, a atenção da política de Assistência

recaía sobre o indivíduo e sua necessidade. Era o cidadão de direitos que ao buscar os serviços para atendimento às suas necessidades socioassistenciais tinha o acesso a esses direitos contemplados ou não. Isso não significava a inexistência de preocupação com a família desse cidadão. Ao contrário, o cidadão que buscava “auxílio” era geralmente a mulher e a mãe preocupada com sua família. Todavia, com mudança na legislação socioassistencial, existe agora uma nova direção que determina que o cidadão/ã que busque o serviços sociassistenciais sejam vislumbrados na perspectiva familiar e comunitária.

Para Campos (2016, p. 201-202):

Ao mesmo tempo, o marcante deslizamento da política social para a priorização da luta contra a pobreza – travada hoje mundialmente, mesmo em países ricos-, prejudicou a anterior ambição universalista de extensão de direitos sociais, além dos civis e políticos. Veio, ainda, reforçar a necessidade de tomar a família como apoio, apontada como capaz de contribuir pra a harmonia social e para o melhor aproveitamento dos escassos recursos com que contam as famílias para sobreviver.

Nesse modelo centralizado na família, se pressupõe que a proteção familiar seja mais efetiva em relação ao indivíduo do que se este estivesse sozinho; por outro lado, há uma intervenção menor do papel do Estado que repassa à família parte da responsabilidade de cuidar dos indivíduos. A este respeito, um dos sujeitos da pesquisa reconhece essa importância da família no cuidado e proteção dos indivíduos e na relação com o trabalho cotidiano dos assistentes sociais, ao se referir assim:

Mas eu considero a família extremamente importante. Essa organização [a família] que vai dizer qual caminho que a gente vai seguir. Porque a gente não pode chegar também e [esperar] família margarina. A gente tem que respeitar a autonomia daquelas famílias, o direito de escolha, a gente sugere, propõe, em cima dessa aceitação ou não a gente vai saber como a gente vai trabalhar. E pensar em outros caminhos. Mas eu acho extremamente importante e acho porque a família é a primeira rede de apoio que a família tem, que eu posso conversar para se aproximar dele pra tentar adesão a algum encaminhamento. Eu acho a família extremamente importante, é o primeiro grupo de apoio que a gente encontra. (sujeito 3)

Existem na PAS, cartilhas que orientam quem são as famílias prioritárias; qual o atendimento de que necessitam e em qual serviço devem ser atendidas numa organização de referência e contra referência de serviços, como expressa a orientação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no site:

O acompanhamento familiar é um dos serviços oferecidos pela rede da assistência social e deve ser ofertado às famílias em descumprimento de condicionalidades, prioritariamente àquelas que estão com o benefício suspenso.

A partir das situações de vulnerabilidade e risco social apontadas durante o acompanhamento das condicionalidades, é possível identificar e localizar, no território, as famílias que necessitam do trabalho social, além da visita da própria família aos CRAS ou aos CREAS.

O trabalho social dá apoio à família na superação de vulnerabilidades sociais e no enfrentamento dos riscos que estão associados à pobreza. O serviço, aliado à garantia de renda por meio da interrupção dos efeitos do descumprimento efetuada no Sicon, potencializa a capacidade de recuperação, preservação e desenvolvimento da função protetiva das famílias, contribuindo para sua autonomia e emancipação. Por tudo isso, a utilização dos indicadores da gestão de condicionalidades pelos serviços socioassistenciais fecha o “ciclo” das condicionalidades, formando um círculo virtuoso. (BRASIL, 2015).

Outro aspecto a ser ressaltado é o reconhecimento de que a pobreza ou suas demais carências não são pessoais; mas resultado de um processo social e histórico da formação capitalista e, portanto carece de atendimento organizado e coletivo.

A PAS se organiza em Pisos de proteção:

Art. 6º-A. A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.Parágrafo único. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território (BRASIL, 2012a, p. 4).

Todos os serviços da PAS estão dentro desses pisos; assim em todo território nacional há a mesma orientação de organização dos serviços, benefícios e programa; contudo, estados e municípios têm a autonomia para propor novas estratégias de atendimento para os usuários da PAS.

Mas em todo território nacional, a PAS se realiza dentro da proposta abaixo:

Art. 6º-C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta Lei.§ 1º O Cras é a unidade pública municipal,

de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias. § 2º O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial. § 3º Os Cras e os Creas são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social (BRASIL, 2012a, p. 5).

Essa política prevê três formas de seguranças: sobrevivência (de rendimento); de acolhida e de convívio ou vivência familiar. Os serviços, programas, benefícios que respondem pela PAS necessariamente precisam garantir essas seguranças. Para nossa tese, é importante explicar o que a PAS entende como segurança de convívio ou vivência familiar, entendendo esta como uma forma de compreender família e o trabalho sociofamiliar.

Para a Política Nacional de Assistência Social, a segurança de convívio ou de vivência Familiar é entendida:

[...] através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, de vizinhança, de segmento social, mediante a oferta de experiências sócio-educativas, lúdicas, sócio-culturais, desenvolvidas em rede de núcleos sócio-educativos e de convivência para os diversos ciclos de vida, suas características e necessidades (BRASIL, 2004).

Para a PAS a família é um lugar privilegiado para a realização de ações que garantam a proteção e prevenção de desproteções sociais que colocariam essas famílias e seus membros em risco e vulnerabilidades. Entendendo essa segurança, articulada as outras duas: rendimento e acolhida, espera-se que a família e seus membros possam ter suas necessidades básicas satisfeitas; o que, no cotidiano da gestão da políticas geram algumas dificuldades, como nos alerta um dos sujeitos da pesquisa:

Mas as vezes a gente nem tem serviço eu de conta daquela demanda. Tem dificuldade de locomoção, e fora as vezes de não ter vaga, as vezes serviço para adolescente nós não temos, para o tanto de adolescente que tem lá é uma vergonha o que a gente tem de serviço. Então é difícil fazer encaminhamento sem ter serviços. (sujeito 2)

Assiste-se na realidade das famílias atendidas na PAS um universo complexo de vida com mediações que convergem para a relação entre a precariedade material e dificuldades que delas derivam:

[...] imagina dez pessoas numa casa pequenininha os conflitos vão aparecer mesmo porque as pessoas não tem privacidade, está faltando tudo. Dentro desse contexto de consumo a família está mais fragilizada, ou porque ela não consegue suprir materialmente, ou porque ela não consegue dividir as tarefas. (sujeito 4).

Como atender as necessidades desse exemplo apresentado, se as políticas sociais tem se apresentado tão focalizadas a superação da pobreza?

Todavia, são necessários alguns apontamentos que revelam a natureza contraditória da PAS, uma vez que é uma política social do Estado burguês brasileiro. Como Política de Assistência Social é uma política de Proteção Social e vincula à necessária função da política social do Estado capitalista: garantir a reprodução da força de trabalho e manutenção da ordem (um dos pilares do pensamento conservador). Contudo, sua organização e desenvolvimento podem avançar na relação com as forças políticas e organizativas das classes sociais. Quanto maior a organização política da classe trabalhadora, mais conquistas trará para atender suas necessidades.

No Brasil, a partir do Suas, o país converge para uma nova fase em seu desenvolvimento político e econômico: o neodesenvolvimentismo. Mais que uma continuidade do neoliberalismo, este programa, busca uma forma de articular o desenvolvimento econômico com inclusão de todos os brasileiros no processo. Para tal ação, o Estado precisa ser refuncionalizado para agregar o desenvolvimento econômico, a ampliação do fundo público, tributação das grandes fortunas entre outras recomendações. Isso para garantir a redução da desigualdade social e manter o Brasil numa onda de crescimento econômico.

Um dos objetivos do governo Lulista era combinar o desenvolvimento econômico com a redução da pobreza e para tanto, o carro chefe do seu governo foi a Política de Assistência Social com os programas de Transferência de Renda unificados no Programa Bolsa Família.

Eis, pois, as razões pelas quais os governos 'neodesenvolvimentista' elege a Assistência Social como política pública central na proteção social e aos

programas de transferência de renda aos mais pobres como principais estratégias de proteção (SILVA, 2013, p. 101).

Não negamos a importância da transferência de renda às famílias e sujeitos pobres, subempregados, e desempregados, reconhecemos a redução da desigualdade social entre os mais pobres, porém a PAS está vinculada à proposta de governo capitalista, ainda que com intenção de exterminar a fome e a pobreza, a estrutura estatal se colocou sempre a disposição do capital, e ainda buscou atender as exigências do Banco Mundial (BM). Para Martin (2016):

No Brasil, durante o mesmo período [1990 e 2013], a taxa de pobreza extrema (medida pela linha internacional) caiu ainda mais rapidamente do que no resto do mundo. A queda foi de mais de 76%, passando de 20.6% da população brasileira em 1990, a 4.9% em 2013 e a 3.7% em 2014. Além disso, o país foi responsável pela metade da queda da pobreza observada na América Latina e Caribe, apesar de contribuir somente com um terço da população da região.

Segundo este autor, que é diretor do Banco Mundial (BM), o Brasil cumpriu a cartilha para redução da pobreza, segundo o mesmo o “anos de ouro” do Brasil, a partir de 2003. O “aumento nas exportações e nas receitas do governo, associados à forte alta internacional no preço das commodities” (MARTIN, 2016) foi um grande incentivador do desenvolvimento, pois também permitiu o investimento em políticas sociais, aumento real do salário mínimo garantiu o aumento do ganho real para os mais pobres, “[...] e juntamente com a expansão de programas de transferências focalizados nos mais pobres, como o Bolsa Família, desempenharam um papel crucial na redução da pobreza extrema no Brasil.” (MARTIN, 2016). Ou seja, o Brasil leu e fez o trabalho de casa sugerido pelo banco mundial.

Em relação à Assistência social, percebe-se que ela teve um papel importante nessa redução da pobreza, uma vez que é nela que se localizam os maiores programas de transferência de renda: BPC e PBF. Todavia, como já salientamos, ainda persiste na leitura dos sujeitos da pesquisa um viés do não direito da PAS. Um dos sujeitos da pesquisa exemplifica este fato através da exigência da contrapartida: *“Para vc ter acesso a um direito você precisa cumprir exigência, você precisa merecer o seu direito.”* (sujeito 3). Este exemplo é complementado por outro sujeito da pesquisa que ressalta a relação de meritocracia na Pas como uma *“coisa que tá posta da própria política”* (sujeito 4).

Se reconhecemos que a PAS está vinculada a proposta neodesenvolvimentista, os valores que norteiam essa também convergem para a afirmação dessa proposta nos limites e possibilidades postos pela sociabilidade burguesa; apesar das possibilidades de intenção de defesa das necessidades humanas.

Em setembro de 2017, o governo federal anunciou um corte de 98% no orçamento desta política para o ano de 2018. Após várias pressões, o governo obrigou-se a rever a proposta, mas mantiveram sérios cortes no orçamento para os dois pisos de proteção. Em matéria veiculada pelo site do Conselho federal e Serviço Social (CFESS), enuncia-se a precarização da PAS:

Para exemplificar essa situação, essa mesma análise do CFESS indica que o corte, na Proteção Social Básica em 2018, foi de 55,76%, o que inviabiliza a oferta mínima de atenção à população nos serviços oferecidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Em relação à Proteção Social Especial de Média Complexidade, o corte de 44,24% significa uma redução de R\$ 299 milhões, em relação ao valor de R\$ 536.260.440, que foi o aprovado pelo CNAS. Em contrapartida, o Programa Criança Feliz – que é extremamente focalizado, que retoma a cultura do primeiro-damismo e desrespeita a lógica do comando único do SUAS – recebeu aumento em seu orçamento, planejado para R\$ 600 milhões. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2017).

Destacamos, também, uma contradição na PAS: o atendimento real de algumas necessidades humanas no plano socioassistencial e a manutenção da ordem e reprodução da força de trabalho, não para pressionar o mundo do trabalho, mas para a manutenção do consumo. Uma realidade que é ressaltada por um dos sujeitos da pesquisa:

Tem aquela família que vai todo mês e você consegue com a quantidade de benefícios atender todo mês as mesmas famílias. Você tem que dizer isso para ela, que não vai dar. Mas porque ela chega todo mês: Olha a condição dela de acessar trabalho e renda. (sujeito 4).

O reconhecimento dessa realidade permite a reflexão crítica sobre o trabalho do assistente social. Uma característica da direção crítica do projeto ético-político: a capacidade de reflexão crítica sobre a realidade social e seus impactos no cotidiano profissional.

Inserido neste contexto, o trabalho do assistente social na PAS com as famílias vai depender das condições objetivas e subjetivas para desenvolvimento da

ação. O profissional atribui intencionalidade e direção crítica as suas ações no cotidiano profissional. Caso contrário estamos fadados ao fatalismo (IAMAMOTO, 2002). Mas é algo que traz angústia sobre o trabalho profissional: *“existe uma angústia em nós, e a gente não sabe. É uma contradição.”* (sujeito 1).

A defesa da PAS e sua implementação não nos torna favoráveis ao Estado, mas a defesa de Política Sociais que atendam os direitos sociais é um compromisso ético dos assistentes sociais.

Couto (2015), ao falar da Assistência Social, destaca que o pensamento conservador (atualizado) está presente na PAS, em referências preconceituosas dirigidas aos usuários dessa política. A autora destaca que essas referências caracterizam os usuários como pessoas que mantêm uma dependência eterna ~~des~~ em relação aos programas e que se recusam voltar ao trabalho, associando-os, não raras vezes, a vagabundos, incapazes, numa reiterada de julgamentos pessoais, descolando o sujeitos das suas condições objetivas de vida. Uma situação que revela a velha questão social sendo tratada como questão moral.

Se por alguma incapacidade não for possível acessar [o mundo do trabalho], caberá a política social, no caso a assistência social, “capacitá-los para responder a essa expectativa. [...] Traduz-se isso pela imposição de “pagar” com trabalho o benefício recebido. Só assim o mérito será justificado.” (COUTO, 2015, p. 669)

Para a autora, há uma reatualização do pensamento conservador para tratar a PAS que se expressa no abandono do debate sobre a universalização e a ênfase na focalização gerencial da pobreza. A PAS mantém-se como política, dessa forma, como residual e compensatória para aqueles “incapazes” de se sustentarem pelo trabalho, assim o sujeito 1 afirma que tal política “vai agir na proteção se você já age na situação de risco.”

Couto (2015) ressalta, ainda, equívocos no trato com essas famílias, deslocadas das condições macro estruturais. São análises que, tendem a psicologizar as relações sociais como se os problemas sociais fossem responsabilidades privadas das famílias. Deslocar da PAS, sua intencionalidade enquanto política social do Estado capitalista permite o avanço de valores morais preconceituosos que reiteram práticas moralistas que já foram superadas, porém não em sua totalidade, pela categoria profissional:

[...] muitas vezes aquela experiência do profissional que está começando na política ele chega e se depara com uma família totalmente diferente do que está posto na sociedade e que se propões a arrumar essa família de uma forma bem do senso comum. (sujeito 1)

Como uma política de orientação protetiva num Estado capitalista, não podemos deixar de compreendê-la nessa relação contraditória de atender as demandas reais das famílias, mas atender as necessidades do capital de manutenção da ordem social e reprodução social dessas famílias, que:

Acaba focando no indivíduo, colocando indivíduo em caixinhas de novo. Tendo dificuldade para trabalhar esse macro e para garantir a proteção que a gente não consegue. Eu acho que a gente cai nessa questão aí. (sujeito 3)

Nessa perspectiva consideramos que, embora a PAS se situe dentro de um universo conservador das políticas sociais numa sociabilidade burguesa, houve um avanço em sua concepção de família que se apresenta “*muito diferente daquilo que tá no quadradinho*” (sujeito 1). Esse avanço não representa, de forma alguma, a superação de orientações políticas e práticas profissionais conservadoras e que reiteram os papéis e responsabilidades “ideais” à família, na moralidade burguesa; mas aponta para possibilidade de ações de uma ruptura com o conservadorismo moral nessa sociabilidade, a partir das possibilidades de contradição do próprio modo sistema capitalista. É a partir dessa contradição que os assistentes sociais constroem respostas que caminham numa perspectiva crítica no atendimento das famílias que se utilizam da PAS até mesmo iniciando pela própria compreensão que perpassa a realidade das famílias:

A família é comunidade social é a primeira. É que a gente tende a romantizar a maternidade, a família como espaço de amor cuidado, é também, pode ser, pode não ser. Pode ser tudo ao mesmo tempo. Mas eu acho que é ela que de fato dá conta de muita coisa, porque a política, o Estado não é protetor. (sujeito 4).

3.2 A MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR COMO EIXO ESTRUTURANTE DO SUAS

O Suas apresenta em sua organização alguns eixos estruturantes, a saber:

[...] precedência da gestão pública da política; alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários; matricialidade sociofamiliar; Integralidade da proteção social de assistência social; Territorialização; descentralização

político-administrativa; financiamento partilhado entre os entes federados; fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil; valorização e compromisso com a presença do controle social; participação popular/cidadão usuário; qualificação de recursos humanos; informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados (BRASIL, 2004, p. 39).

Destacamos o eixo de matricialidade sociofamiliar por ter relação direta com o trabalho com famílias. Uma das diretrizes da PNAS de 2004 estabelece: IV-Centralidade da família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos; tendo como um dos objetivos propostos que as ações da política tenham centralidade na família, propiciando a convivência familiar e comunitária.

A defesa da matricialidade sociofamiliar apresentada pela PNAS, traz elementos importantes no que se refere à nova concepção que se faz de família. No texto que fundamenta esta concepção e que é parte da descrição dessa política, se reconhece a família como sujeito das ações dessa política. É uma concepção que não está vinculada a um ideário burguês de família com modelo idealizado aos moldes conservadores. Pelo contrário, parte-se da análise de que as transformações próprias acentuadas pela ordem capitalista trouxeram alterações que impactaram a forma de ser e viver família, em suas múltiplas configurações e formas de vivência. Considera-se a família, a partir de sua relação com a dinâmica da sociabilidade burguesa e suas contradições:

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (BRASIL, 2004, p. 40)

A PNAS considera a família como eixo estruturante porque todas as suas ações de proteção social estão direcionadas a fortalecer, proteger e promover esta família que, não é considerada da como desestruturada ou incapacitada de sua função protetiva ou com suas funções e papéis descontrolados. Pelo contrário, a família é considerada a partir de seu território e vivência coletiva, independente da organização apresentada.

A política não apresenta nenhum modelo de família, ou orienta os trabalhadores e desenvolver um trabalho de “reordenamento” familiar. E esse fato é,

também, constatado por um dos sujeitos da pesquisa quando interpreta as famílias que aparecem como demanda em seu local de trabalho: “ *quando você se depara com a realidade das famílias que nós atendemos você cai na real mesmo: não existe aquela[ideal]*”. (sujeito 1)

A família é, portanto, considerada a partir de sua vivência, e a forma de desenvolver ações sociofamiliares se articulará com a forma que a família se reconhece, desmistificando valores burgueses de família. No próprio texto desta política, lê-se:

O novo cenário tem remetido à discussão do que seja a família, uma vez que as três dimensões clássicas de sua definição (sexualidade, procriação e convivência) já não têm o mesmo grau de imbricamento que se acreditava outrora. Nesta perspectiva, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos e, ou, de solidariedade. Como resultado das modificações acima mencionadas, superou-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família. (BRASIL, 2004, p. 41).

Para família conseguir realizar sua “função protetiva”, conforme orientação dessa política, ela deve estar em condições materiais que a permitam garantir o cuidado e proteção entre os membros familiares. Sem garantia de renda, moradia, trabalho, saúde, educação entre outros, tal proteção fica comprometida.

Enfim, a matricialidade sociofamiliar significa que a PAS reconhece as condições da situação familiar na sociabilidade burguesa; reconhece que a “questão social” e suas expressões atravessam esse sujeito coletivo e que compreender essas dinâmicas é essencial para pensar as ações de intervenção. Se é uma política que se pretende como universal para aqueles que dela necessitam, a sua concepção de família também tem que ser universal, ou seja, preconiza-se pelo respeito às diferentes formas de ser família.

[...] as transformações da família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, a saber, às transformações econômicas e sociais, às transformações de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e da tecnologia (MIOTO, 2015).

Mas um destaque em relação ao que a Política de Assistência apresenta como referência para o trabalho com famílias, é que esta é central para o desenvolvimento dos valores; é o primeiro espaço de socialização da crianças/filhos e também se configura como local de cuidado e proteção (função básica explícita na

modernidade), e que para realizar esta função, as famílias antes precisam ser cuidadas e protegidas.

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos (BRASIL, 2004, p. 40-41).

A PAS foi formulada para atender de forma homogênea todo contingente populacional que dela necessitar, porém em sua formulação, apresenta a possibilidade de especificações e particularidades das famílias quando propõe que estas sejam vistas a partir de seu território, de suas demandas e de suas formações sociais. Assim, nos espaços de atendimento às famílias pela PAS, os assistentes sociais necessitam reconhecer essas dinâmicas, os valores conservadores que formaram o pensamento sobre família e como este pensamento vem sendo desconstruído pela categoria profissional e seus estudos, para assim poder intervir numa política que já apresenta contradições na concepção e nas metodologias de trabalho com famílias.

Reconhecemos a existência do pensamento conservador nas políticas e na ação profissional ainda subsiste. Trata-se de um pensamento inerente à sociabilidade burguesa na qual se situam tanto as políticas como as ações dos profissionais. Contudo, não podemos nos furtar aos avanços que a perspectiva crítica possibilitou na reconstrução dessas ações. Assim, entendemos que:

[...] política social com centralidade na família, exige dos formuladores, gestores e operacionalizadores, a apreensão destas e de outras "complexidades", as quais devem ser consideradas, para que a família possa ser devidamente amparada pelo Estado.(CASTILHO; CARLOTO, 2010, p. 2)

Não podemos desconsiderar que as famílias, a partir de pesquisas realizadas pelo IBGE (2010) e apresentados pelas autoras acima, têm apresentado uma caracterização de “chefia” feminina, monoparental, sob a responsabilidade das mulheres. Elas chamam a atenção para a hiper responsabilização das mulheres como alvo dessas políticas de proteção às famílias, uma vez que são estas que assumem a responsabilidade da manutenção da família e da garantia do acesso e permanência nos serviços da PAS. A este respeito, o sujeito 4 desta pesquisa, assim se coloca: “[...] o responsável familiar que na maioria das vezes é a mulher, traz uma forma de olhar muito culpabilizador, ou seja, é a mulher responsável familiar.”

Esta será considerada “incapaz” de cuidar de sua família que agora será alvo da ação profissional via PAS.

Compreender essa dinâmica familiar é uma necessidade do assistente social, para que ele não venha a insistir em práticas que reiteram papéis e funções que reforçam a responsabilização da mulher ao invés de protegê-la como parte dessas famílias. Essa necessidade evidencia-se como fundamental, haja vista que a matricialidade sociofamiliar perpassa todo o Suas – da proteção social básica à proteção social especial- e por isso o foco da política de assistência social é o fortalecimento dos vínculos familiares e a defesa e promoção do direito à convivência familiar e comunitária.

A família deve ser apoiada com o objetivo de exercer sua função protetiva, de forma a responder ao dever de sustento, guarda e educação de suas crianças, adolescentes e jovens e garantir proteção aos seus demais membros em situação de dependência, principalmente idosos e pessoas com deficiência (BRASIL, 2005). E, o trabalho social com as famílias visa a apoiá-las e fortalecê-las como protagonistas sociais, e não culpabilizá-las ou responsabilizá-las pela sua situação ou condição (ANDRADE; MATIAS, 2009, p. 221)

Os sujeitos desta pesquisa reconhecem o risco do controle dessas famílias na ação profissional, quando dizem:

[...] às vezes como a gente cai no na armadilha do controle. De querer às vezes enquadrar o tipo: você tem que voltar para escola, você tem que fazer um curso. Quando a gente vai fazer os planos de acompanhamento familiar assim. (sujeito 2)

Mas, para um dos sujeitos da pesquisa, as próprias famílias reconhecem esse movimento. Para ele,

[...] a família analisa tudo que está sendo dito ali, ela analisa nossa postura. Ela analisa de que forma você acolhe, de que forma orienta, de que forma propõe um encaminhamento de que forma media as relações ali com outros membros da família com a própria comunidade. Elas conversam entre elas. (sujeito 4)

Contudo, na interpretação desse sujeito, apesar dessa percepção, as famílias adotam posturas passivas, ao invés de lutarem pelos direitos

[...] uma passividade, porque eu acho que elas teriam muitos motivos para se indignar com a política e cobrar mais em relação a valor de benefício, em relação a nossa capacidade de atendimento. Isso me chama a atenção. Porque eu penso que às vezes elas deveriam tensionar mais. (sujeito4).

Essa realidade é posta no cotidiano e construir respostas a essa dinâmica não é possível com orientações formatadas. Ainda que os serviços propostos na PAS necessitem de uma padronização, como veremos no próximo item, no qual apresentamos os programas e serviços da PAS e trazemos um quadro dos objetivos elencados em relação à família proposto por esta política.

3.3 ALGUNS PROGRAMAS DO SUAS

Durante o governo Lula (2003 – 2011) e posterior de Dilma (2011- 2016), a política de Assistência Social construiu um avanço tanto em sua concepção quanto em sua operacionalização. Havia por estes governos, sobretudo no Governo Lula, uma grande preocupação em reduzir a desigualdade social e exterminar a fome. Para isso, a PAS teve uma grande responsabilidade ao ser referência para o trabalho com famílias e concentrar, em sua estrutura, o maior programa de transferência de renda condicionada do país: o Programa Bolsa Família. Para Raichelis (2013, p. 619):

O Programa Bolsa Família, apesar de representar importante via de acesso a benefícios não contributivos para parcela significativa da população, e de produzir impactos imediatos positivos na vida de seus beneficiários e na dinâmica das economias locais, principalmente de pequenos e médios municípios do NE e das zonas rurais, caracteriza-se pela sua ultrafocalização na extrema pobreza, operando com condicionalidades acompanhadas da adoção de práticas disciplinadoras e exigências de contrapartidas que constroem as famílias beneficiárias a buscar as

chamadas “portas de saída” na perspectiva da empregabilidade e do assim chamado empreendedorismo.

Atualmente a PAS desenvolve, nos municípios, ações sob duas formas de Proteção Social: Básica e Especial. Em ambas as formas estão presentes o trabalho com famílias. Na proteção social básica temos os serviços:

- CRAS: Equipamento público de abrangência territorial, no qual se desenvolve o Programa e Atenção Integral a Família (PAIF) e pode se desenvolver o SCFV. Tem a responsabilidade de gerenciamento territorial dos serviços socioassistenciais locais. Apresenta exigência de uma equipe mínima de trabalho que, segundo a NOB-RH de 2005, deve ser composta por assistente social, psicólogo, nível médio e operacionais. No Cras, é desenvolvido o PAIF de forma prioritária, carro chefe do trabalho com famílias.
- O PAIF tem a responsabilidade de fazer os acompanhamentos às famílias referenciadas pelos Cras nos territórios, desenvolvendo ações que contribuam para elas possam ser protegidas e possam desenvolver sua função protetiva.
- SCFV: Serviço ofertado para todas as faixas etárias com ênfase para crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Estimula o fortalecimento de vínculos a partir da convivência entre os participantes. É um dos serviços que se agregam ao Programa de atenção integral à família.

O serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas visa atender famílias e indivíduos para evitar situações de agravos que possam ocorrer o rompimento dos vínculos familiares e sociais dos usuários.

Já a Proteção Social Especial conforme a PNAS (BRASIL, 2004, p. 37), é uma modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços desenvolvidos nesta esfera protetiva são os que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade no que tange às propostas que convergem para tal proteção. Da mesma forma, comportam

encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada.

Nesta modalidade de serviço são apresentados dois níveis proteção: média complexidade e alta complexidade. Na média complexidade, temos o equipamento Centro de referência Especializado de Assistência Social (CREAS), unidade onde funciona o Programa de atenção especializado às famílias e indivíduos (PAEFI); sua natureza é atender indivíduos e famílias para (re) construir seus laços e encerrar violações de direitos vivenciadas. Nesse piso de proteção, ainda temos o Serviço especializado para pessoas em situação de rua (Centro Pop) para atendimento a este público que busca atender famílias e indivíduos que estão de forma permanente ou passageira nas ruas, fazendo da mesma seu local de vivência cotidiana. Nesse serviço também há o destaque do trabalho com as famílias no sentido do retorno a essa convivência ou a vida independente.

Também existe nessa proteção de média complexidade, o Serviço de proteção social à adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC). Desenvolvido no Creas, este serviço tem relação direta com o judiciário, já que é este órgão que encaminha os adolescentes para a realização das medidas socioeducativas. Esse serviço também exige o envolvimento da família como colaboradora da reconstrução do projeto de vida dos jovens distantes de atos ilícitos.

Outro serviço é o de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias; este tem pouco destaque em cidades de pequeno e médio porte, devida sua complexidade, pois busca atender à pessoa com deficiência (PCD) e idoso com alguma dependência no domicílio e que passaram por algum tipo de violação de direito, evitando o isolamento, violência e abrigamento.

Na Proteção Social de alta complexidade, destaca-se os serviços de acolhimento: Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, adultos e famílias e mulheres em situação de violência, para jovens e adultos com deficiência e idosos; Serviços de acolhimento em Repúblicas para jovens, adultos em situação de saída das ruas e idosos; e o Serviço de acolhimento em família acolhedora, a qual deve sob supervisão de equipe técnica (segundo NOB-RH), acolher crianças e adolescentes que estão impossibilitadas ao retorno familiar temporário ou permanente. Essa modalidade de proteção social, destinam-se a

indivíduos e famílias que estão com vínculos rompidos, tanto familiares quanto os comunitários por violência, negligência, abandono ou outros.

Em todas as especificações dos serviços e programas da PAS, há uma transversalidade para a realização do trabalho junto às famílias, tornando essa atividade central na condução da operacionalização da política. Mais uma vez o trabalho com famílias está demarcado na atividade profissional do Assistente Social, o que pode ser constatado no quadro abaixo:

Quadro 4 - Serviços socioassistenciais e objetivos em relação às famílias

Serviços e programas	Tipo de proteção social	Objetivos gerais relacionados às famílias
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF	Proteção social básica	Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; - Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; - Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; - Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social; - Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.	Proteção social básica	Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; - Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito

		<p>à convivência familiar e comunitária;</p> <p>- Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários.</p>
--	--	---

Continua...

...continuação

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS.	Proteção social básica	<p>Prevenir agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares e sociais;</p> <p>Desenvolver estratégias para estimular e potencializar recursos das pessoas com deficiência e pessoas idosas, de suas famílias e da comunidade no processo de habilitação, reabilitação e inclusão social;</p> <p>Incluir usuários e familiares no sistema de proteção social e serviços públicos, conforme necessidades, inclusive pela indicação de acesso a benefícios e programas de transferência de renda;</p>
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI).	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA COMPLEXIDADE	<p>Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva; - Processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades;</p> <p>Contribuir para romper com padrões violadores de direitos no interior da família;</p>
SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA COMPLEXIDADE	<p>Identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições;</p>
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA COMPLEXIDADE	Fortalecer a convivência familiar e comunitária.

CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC)		
--	--	--

Continua...

...conclusão

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA COMPLEXIDADE	Promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência e idosas com dependência, seus cuidadores e suas famílias; Promover apoio às famílias na tarefa de cuidar, diminuindo a sua sobrecarga de trabalho e utilizando meios de comunicar e cuidar que visem à autonomia dos envolvidos e não somente cuidados de manutenção;
SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA COMPLEXIDADE	Promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária.
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ALTA COMPLEXIDADE	Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM REPÚBLICAS.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ALTA COMPLEXIDADE	Promover o restabelecimento de vínculos comunitários, familiares e/ou sociais;
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ALTA COMPLEXIDADE	Preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário; Apoiar o retorno da criança e do adolescente à família de origem.
SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ALTA COMPLEXIDADE	Não remetem objetivos diretamente à família.

Fonte: Elaborado pela Autora, com base na Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009.

Tanto na proteção social básica, quanto na proteção social especial de média e alta complexidade é necessário a relação sujeito/família. A intenção é desenvolver

no trabalho sociofamiliar a importância da rede de solidariedade e fortalecimento que os vínculos familiares podem oferecer na “função” protetiva dessa família.

Ao estabelecer em quase todos seus serviços e programas essa referência à família, a PAS coloca para todo território nacional a mesma diretriz de trabalho a centralidade na família. Além da PNAS, o SUAS chama atenção para a importância dessa matriz e a Tipificação dos serviços socioassistenciais detalha, em suas normatizações, a forma, o modelo de serviço e a intencionalidade de cada serviço para com as famílias atendidas, deixando à autonomia dos trabalhadores a metodologia de se trabalhar para alcance dos objetivos. Contudo, mesmo com essas orientações da política, um dos sujeitos dessa pesquisa questiona:

[...] qual realmente é o nosso papel, é muito importante a acolhida para que essas famílias tenham o acesso e esse vínculo de convivência, de conhecer junto com ela, meu trabalho, então eu também quero aprender com elas (sujeito 1)

Em todos os programas e serviços da PAS, matricialidade sociofamiliar é não apenas diretriz para o desenvolvimento do trabalho socioassistencial; mas é associada também garantia de uma das formas de segurança estabelecidas por esta política: a da vivência familiar ou do convívio. Parte-se no pressuposto que é pela compreensão das relações entre membros da família e/ou coletividade que se gesta a individualidade, a subjetividade e a relação de sociabilidade.

CAPÍTULO 4

O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS USUÁRIAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM LONDRINA: POSSIBILIDADES, DIFICULDADES E LIMITES PARA A MATERIALIZAÇÃO DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

A concepção de família, central para o desenvolvimento do trabalho na política de assistência é “chave” para diversas atribuições profissionais que são necessárias para viabilizar os principais objetivos dessa política. No trabalho cotidiano, os assistentes sociais são chamados a viabilizar direitos, acessos a serviços e benefícios, que mais que resposta imediata carecem de um conjunto de ações de proteção que ultrapassam os objetivos da PAS, mas que por esta política iniciam o acesso a algumas possibilidades de atendimento socioassistencial

Ao atender as famílias e seus indivíduos, o assistente social inicia uma construção permanente de atendimento e acompanhamento por meio de vínculos, orientações, escuta, acolhimento, que ultrapassa a política, mas que está impressa no trabalho profissional, em conformidade com o disposto no Princípio fundamental do Código de Ética Profissional dos assistentes sociais de 1993 (BRASIL, 1993b) que estabelece o “ compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”

Saber o que a PAS pode ofertar, suas possibilidades de atendimento as necessidades reais das famílias, e como estas se organizam é responsabilidade dos profissionais que trabalham na viabilização e no gerenciamento dessa política. . Construir respostas coletivas a partir e suas condições objetivas de trabalho e lutar coletivamente para estas respostas serem ampliadas é, também, compromisso profissional. Buscar romper com o conservadorismo moral que ronda nossas vidas e trabalho cotidiano é, também, compromisso profissional dos assistentes sociais.

Nesta tese defendemos que, ainda numa sociabilidade burguesa e conservadora, é possível construir possibilidades críticas no trabalho com famílias, ainda que reconheçamos que mesmo com o avanço da PAS, esta é uma política do Estado capitalista, diante disso apresenta suas contradições e limitações. Entendemos que o assistente social como trabalhador assalariado também apresenta suas limitações objetivas nos espaços e trabalho.

Não estamos referindo aqui exclusivamente a viabilidade de acesso aos direitos, mas sim a ênfase na compreensão de família que está subjacente a esse acesso e que a partir da compreensão de família do assistente social, esta pode facilitar o até impedir o acesso a determinados direitos e serviços. Isso não o isenta de buscar respostas críticas e materializá-las no cotidiano com famílias. É na perspectiva que nos propomos a trazer mais elementos sobre a interpretação que os assistentes sociais sobre o trabalho que desenvolvem com a família, na PAS, e que revelam possibilidades cotidianas de direcionar este trabalho na perspectiva crítica posta pelo Projeto ético político.

Salientamos que a PAS não é uma política direcionada, exclusivamente, para o trabalho do assistente social, mas em todos os aspectos para sua operacionalização no cotidiano, identificamos a necessidade deste profissional para sua realização. Por meio de ações pontuais ou mais elaboradas, o Serviço Social como profissão é requisitado a responder demandas dessa política.

Contudo, reiteramos que nessa política, houve a inserção de 12 categorias de nível superior, conforme Resolução 17/2011. Isso significa que o Serviço Social, passou a conviver na gestão dessa política com a presença de mais 11 profissões; o que gera disputa por espaços de trabalho. Assim, se um dia os assistentes sociais tiveram hegemonia no trabalho com famílias, o que se configurava de forma similar a uma atribuição privativa desses profissionais, hoje nos Cras e Creas temos outros profissionais que desenvolvem o atendimento e o acompanhamento sociofamiliar. Em que pese as dificuldades geradas por essa interdisciplinaridade no trabalho, são as famílias que ganham com maior capacidade de atendimento, porém a direção deste trabalho deve ser problematizada por todos os profissionais e trabalhadores do Suas, mas nesta tese, tal análise se detém apenas ao trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais. Passamos então a uma caracterização do campo empírico em que se situam os profissionais que foram sujeitos desta pesquisa.

4.1 ASPECTOS DA PAS NO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Londrina é uma cidade localizada na região norte do estado do Paraná, distante 377,77 Km da capital Curitiba. Um dos destaques da região é o solo fértil para a agricultura, conhecida como terra roxa – ideal para o plantio do café. Com oitenta e três, é um município que teve seu grande desenvolvimento na década de

1970 com o cultivo do café, chegando a ser conhecida nacionalmente como capital deste produto. Porém com a “geada negra” de 1973, os fazendeiros entraram em crise passando a diversificar a produção agrícola e a cidade passou a incentivar outras formas para sua base econômica.

Londrina é hoje considerada a quarta cidade em importância econômica do sul do país. Sua base econômica são as atividades desenvolvidas no setor primário com o “agronegócio”, alavancada pela produção da soja, café e também a criação de gado, e terciário, com o comércio e a prestação de serviços, destacando-se o ensino superior e a construção civil.

A cidade é formada por mais de quarenta etnias e possui uma população de 495.696 mil habitantes (IBGE, 2010). O desenvolvimento de Londrina não conseguiu garantir os preceitos da CTNPR, quando subsidiava os pequenos produtores, pois hoje, como em outras cidades, sofre com a falta de investimento em políticas sociais públicas na área da saúde, segurança, emprego e desenvolvimento agrário para os pequenos produtores.

Londrina foi projetada para ser uma cidade de pequeno porte, atingindo uma população máxima de 30 mil habitantes. Foi planejada na forma de quadrilátero, assemelhando-se a um tabuleiro de xadrez, porém, com a propaganda de ser uma região próspera, se desenvolveu além do planejamento inicial, com um grande adensamento populacional de migrantes que a mesma não conseguiu administrar, surgindo os primeiros aglomerados de favela, já em 1960.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2004 havia em Londrina uma população de aproximadamente 132.609 pessoas acima de dez anos sem rendimento algum, o que coloca quase um quarto da população de Londrina sem renda.

Diante disso, a política de assistência social no município tem expandido suas ações pela necessidade emergente de atender esta população sem rendimento por meio dos diversos programas, projetos e serviços prestados. A política de assistência social também tem se destacado pela forma como vem implantando e implementando a PNAS e o SUAS, figurando como referência para outros municípios no âmbito desta política.

O desenvolvimento da política de assistência social é fruto de um processo iniciado há 25 anos com a implantação da Secretaria Municipal de Assistência Social

(SMAS) no município, na administração popular democrática do Partido dos Trabalhadores, em 1993.

A Secretaria foi criada em dezembro de 1991 pela Lei n. 4910, mas sua implementação só ocorreu em janeiro de 1993 e sua regulamentação em março do mesmo ano. Passou por uma reforma administrativa em 1997, no governo populista do prefeito cassado Antônio Belinatti. Contudo, foi em 2004 na gestão democrático-popular do Partido dos Trabalhadores que a secretaria sofreu as alterações que a adequavam à PNAS e ao SUAS.

Nesse percurso os trabalhadores do SUAS tem buscado fazer na PAS em Londrina as orientações e normativas estabelecidas pela LOAS e suas regulamentações complementares, por meio de pactos de gestão, municipalizações de serviços, financiamentos entre outras, coexistindo serviços municipalizados e conveniados como se propõe o Suas, bem como a manutenção dos benefícios socioassistenciais previstos na Loas e outros próprios do município.

Os benefícios sociassistenciais são previstos em lei. No âmbito federal pela Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993a); Lei nº 12.435/ 2011 (Lei do SUAS) (BRASIL, 2011) e na Lei Municipal nº 10.558/2008 (LONDRINA, 2008) e demais normatizações e dispositivos complementares.

Podemos perceber que a estruturação da PAS em Londrina segue as orientações da PNAS e suas resoluções, bem como as resoluções do CNAS. Claro que diante da configuração de um governo federal e estadual que prima pela redução de recursos para a PAS, Londrina tem sentido o reflexo desse tempo, com cortes também no repasse de valores para os serviços co-financiados, redução do quadro de profissionais. Dentro de uma gestão de coligação considerada de direita, cuja composição se deu pelos seguintes partidos: PP / PTB / PSL / PMDB / PRP / PRTB / PMB / PROS / PR para a eleição de Marcelo Belinatti (PP), Londrina segue dentro da direção macro societária do país: corte de recursos para as políticas sociais, desemprego, inflação entre outras medidas pontuadas de cunho municipal: alta do IPTU, crise política, corrupção no legislativo.

Ainda na gestão passada, em 2012, a SMAS produziu um perfil socioassistencial do município com o objetivo que apontar as ausências protetivas das famílias e indivíduos atendidos. De acordo com o estudo apresentado, Londrina possuía uma população estimada de 511.279 habitantes (IBGE, 2010). Desta população, 8.600 pessoas estavam na extrema pobreza, sendo 1010 na área rural e

7590 na área urbana. Em termos proporcionais, 1,7% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (7,7% da população na extrema pobreza na área rural contra 1,5% na área urbana). (PERFIL SOCIOASSISTENCIAL DE LONDRINA, 2012, p. 14).

Em relação às famílias cadastradas no Cadastro Único, em 2012 havia 35.067 famílias londrinenses no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, sendo 27.071 com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, e 16.609 com renda mensal per capita de até R\$140,00. Recebem o benefício da Bolsa Família 13.177 famílias, sendo 264 são famílias indígenas (MDS/SAGI/Riv3, 15/08/12; MDS/SAGI/MI, 15/08/12). (PERFIL SOCIOASSISTENCIAL DE LONDRINA, 2012)

Esses dados revela que Londrina apresentava um número relevante de famílias em situação de pobreza e miserabilidade cujos serviços, programas e projetos deveriam atendê-los em suas necessidades. Todavia, para um dos sujeitos de nossa pesquisa, os demais concordaram com sua afirmação, essa proteção não ocorre, uma vez que:

[...] não tem o Estado de bem estar social de verdade que protege, não tem acesso ao centro de educação infantil pro teu filho, que inventaram uma central de vagas, mas central ela gerencia uma miséria de vagas porque não se constrói e não se contrata. Não tem escola em tempo integral. Que serve muito mais a família que a própria criança, mas que é um fator de proteção, não tem Serviço de convivência em quantidade suficiente, não tem profissionalização, não tem escola que de vontade de ir, não tem serviços de saúde que de conta. Você vê muita gente adoecendo e o mercado não absorvendo. Tem gente que está aí vamos dizer em idade produtiva, mas que o mercado não absorve (sujeito 4)

Isso demonstra que mesmo mantendo uma organização socioassistencial em sua gestão plena, o município não atende a demanda e as necessidades destas famílias em sua totalidade. Na reflexão sobre esses limites de atendimento, um dos sujeitos da pesquisa comenta:

A pessoa tem que ser muito perseverante pra tentar essa via porque é ir muitas vezes, e receber não, é esperar por muito tempo. No final ela [família] pode não conseguir e ainda assim ela ter que bancar por conta própria. As vezes eu vejo que é tão difícil pra uma família, você fala pra ela, você faz o encaminhamento, você dá o endereço, o vale transporte, mas as vezes ela não consegue nem chegar naquele lugar. (Sujeito 1)

Passamos, no item a seguir, a aprofundar nossas reflexões sobre as interpretações que os assistentes sociais fazem sobre o trabalho que desenvolvem com as famílias na política de assistência em Londrina. E, procuramos conjugar essas reflexões com referências teóricas sobre este trabalho que nos auxiliam a refletir sobre a possibilidade das orientações deste trabalho a partir de uma perspectiva crítica.

4.2 INTERPRETAÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS SOBRE AS FAMÍLIAS POR ELES ATENDIDAS NA PAS: CONCEPÇÕES, DIFICULDADES, AVANÇOS E AFINAÇÕES COM REFERENCIAIS TEÓRICOS CRÍTICOS SOBRE O TRABALHO COM FAMÍLIAS

De acordo com os sujeitos da pesquisa, as famílias que se apresentam na PAS, em Londrina, seguem inúmeras formações:

[...] a composição de família que nós atendemos é bem diferente desse conceito tradicional, colocado na mídia da família conservadora. A família que nós atendemos ela é composta às vezes: a avó, o sobrinho, todo mundo da mesma casa e às vezes até os vizinhos que estão ali quase que juntos. (sujeito 1)

São família que o assistente social traduzem “são de laços de convivência mesmo. Às vezes tem um vizinho que acaba morando, um cunhado, um primo.” (sujeito 2)

Podemos afirmar que reconhecer esta realidade é um avanço em relação ao conservadorismo e é importante para o trabalho dos assistentes sociais, uma vez que é com essas diferentes formas de formações familiares que eles conduzirão as ações sociofamiliares.

Ainda que o trabalho social com famílias tenha se colocado como central nas discussões sobre a Política de Assistência Social, observa-se a carência de pesquisas que apontem como esse trabalho cotidiano se expressa: suas dificuldades, seus desdobramentos e potencialidades junto às famílias atendidas. Nos espaços de trabalho, no cotidiano dos CRAS¹⁵, ouvimos construções coletivas e experiências exitosas dos trabalhos desenvolvidos pelos colegas assistente sociais.

Em textos publicados em revistas, livros e eventos, essas experiências de trabalho direto com as famílias não aparecem de forma materializadas, sistematizadas, ficando, apenas, nos discursos nos profissionais. Essas publicações

¹⁵ A pesquisadora foi assistente social do CRAS e hoje está vinculado ao Creas que atende adolescente em conflito com a lei.

são, em sua maioria, análises sobre a família na trajetória das políticas sociais e não se referem ao cotidiano profissional dos assistentes sociais no trabalho com essas famílias. Contudo, são análises fundamentais para a direção ética e política dos trabalhos desenvolvidos pelos assistentes sociais.

Nesta direção, por exemplo, Teixeira (2015, p. 213), apresenta que a forma como a família se inseriu nas políticas sociais brasileiras geram expectativas e demandas por trabalho social. E pergunta: Qual tem sido a orientação dessas ações? Segundo a autora, o trabalho com famílias padece de contradições, ora reforçam sua dimensão como sujeito coletivo de direitos, ora acaba por potencializar os papéis familiares tradicionais de cuidado e proteção.

Outra autora no campo dessa discussão, Gueiros (2010, p. 130) considera que:

Um trabalho que abarque esse processo conjunto com a família deve estar diretamente associado às necessidades apresentadas por ela, mas, via de regra, é importante que se realizem, além de sua inclusão em políticas de proteção social, diferentes modalidades de atendimento, algumas de caráter individualizado e outras de caráter coletivo. Esse cuidado é necessário porque um indivíduo, ou uma família, pode melhor se expressar em uma determinada modalidade do que em outra e, assim, ampliam-se as possibilidades de identificação de suas questões e de suas potencialidades.

Para esta autora, o trabalho com famílias deve estar atendo não apenas às normatizações legais, mas atentar as necessidades das famílias e seus sujeitos. O assistente social por estar no território, ou em contato direto com as famílias consegue reconhecer essas necessidades. A este respeito, um dos sujeitos da pesquisa, reflete:

Pensando aqui no território que eu atendo, que eu comecei atender quando eu entrei no Cras que tem toda uma dinâmica de território muito forte, os bairros de bastante tempo, que são bairros que as famílias ficam lá... Eles têm toda uma dinâmica lá tão diferente às vezes do que a gente conhece como famílias, como eles dão conta. É necessário o reconhecimento destas famílias além das normas da política (sujeito 1)

A realidade da PAS é que esta se operacionaliza em um Estado de direito capitalista, com a formação das famílias sobre a égide do patriarcado. Trabalhar com famílias, nesse contexto, requer dos assistentes sociais resistência, criatividade e postura crítica para trabalhar na perspectiva de romper com as práticas retóricas de culpabilização das famílias, de estabelecer com estas ações de reprodução de

valores morais ultrapassados nos debates da categoria profissional, uma ação profissional que venha romper ainda com a proposta da política de Assistência Social que coloca por exemplo:

[...] o acompanhamento [familiar] para saber se de fato aquele direito foi efetivado, foi garantido, se ela acessou o benefício, se ela acessou outra política. A gente acompanha o desenrolar disso no sentido de que o Estado está protegendo? Não. (sujeito 3)

Este sujeito da pesquisa reconhece o limite da política, ou seja, não é realizado um acompanhamento que contemple a necessidade de direitos das famílias, mas ainda, procura-se manter níveis de proteção em ações pontuais.

De acordo com Gueiros (2010, p. 129):

Especialmente nessas circunstâncias, cabe ao profissional de Serviço Social direcionar sua ação para inserir as famílias nas redes sociais secundárias (organizações do poder público e da sociedade civil). Por meio da oferta de serviços de qualidade e de suficientes recursos sociais, que devem ter como princípios a universalidade e a integralidade, essa rede de serviços tem a responsabilidade de assegurar condições protetivas às famílias, na perspectiva da efetivação de direitos e de fomentação de processos emancipatórios, com vistas a promover a justiça social.

Assim, não estamos defendendo que a família deve ser cuidada para cuidar, mas antes disso ela deve ser apenas cuidada, protegida e promovida, não em seu sentido tradicional, mas em seu sentido social e político de acesso a bens e serviços, direitos, autonomia e plena expansão.

Para um dos sujeitos, o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais com famílias, ainda se apresenta numa caracterização de tutoria:

Parece que a gente é tutor é apoio, não só fiscalizador, mas parece que a gente acaba até trazendo um papel meio de cuidador família, no sentido de que vamos ver se ela está dando conta. A gente usa algumas expressões que parece que é outra coisa que a gente não vai dizer que está e nem a gente quer fazer isso. (sujeito 4)

Ainda que a PAS se coloque numa dimensão conservadora de trabalho com famílias, o assistente social é mais um trabalhador nesta política, assim, reconhecer que a política estabelece um papel de “tutoria/cuidador”, possibilita análises críticas e que os assistentes sociais se reconheçam nessas ações para criar estratégias de ruptura com esse moralismo.

Reiteramos que a família sempre foi alvo da ação profissional do serviço social desde as primeiras escolas implementadas pela Igreja Católica, com intuito de desenvolver ações de caráter moral no trabalho com as famílias. Desta orientação, o Serviço Social passou a ser técnico, com a influência da sociologia conservadora norte americana. Da aliança do Serviço Social com o desenvolvimentismo, os profissionais foram chamados a orientar as famílias para partilhar do crescimento do “bolo” sem receber sua “fatia”, na década de 1960/1970.

Nesse contexto, a incorporação do ideário desenvolvimentista se fazia por meio do conservadorismo moderno nos seus valores de coesão e integração social. As alusões dos assistentes sociais ao trabalho com famílias era no sentido de que saíssem de condições culturais e sociais que as situavam entre os grupos sociais com manifestações de atraso em relação aos padrões de desenvolvimento. Recaía sob a família a superação desse “atraso”. Esta tendência em atribuir à família um protagonismo idealizado, ainda, está presente no trabalho social com as famílias, que os autores como Miotto, Carloto, Saraceno, tratam como familismo. Ou seja, aquela que transfere para as famílias ações de proteção social, sob a ilusória perspectiva de empoderamento ou protagonismo.

No caso do Brasil, segundo a análise das autoras acima, a responsabilização da famílias é exemplificada nas políticas e programas setoriais presentes a partir da Constituição Federal de 1988.

Para Gelinsk e Moser (2015, p. 126):

[...] é que nem sempre o repasse de responsabilidades parece ter sido acompanhado de uma compreensão das concepções de família, da sua dinâmica interna e da maneira como elas estariam executando as ações de proteção.

De acordo com as autoras, existem dois grupos de estudos sobre as famílias no Brasil, o primeiro reforça a linhagem da família patriarcal e vai impactar o marco legal para conceito de família no país: exemplo disso é o texto da Constituição Federal de 1988 que estabelece família como base da sociedade e sua definição a partir da união entre um homem e uma mulher. No segundo grupo, estão os estudos que reconhecem a dinâmica das relações sociais, ou seja, reconhecem a família como uma complexa rede de relações, negando sua definição clássica.

O sujeito 4 apresenta seu conceito de família, a qual está alocado nesse segundo grupo sendo partilhado pelos demais sujeitos da pesquisa:

[...] se a gente for pensar ao longo da história a gente nunca teve uma concepção de família, a família ela vai se transformando de acordo com as mudanças da sociedade e hoje eu acho o que impera muito é essa lógica do capital mesmo, como tá muito voltado pro consumo a família acabou sendo sim uma unidade de consumo, ela não é só mais aquela nuclear burguesa: papai, mamãe e filhinhos. Existem inúmeras possibilidades de arranjos (sujeito 4).

Para Mioto e Dal Prá (2015), o debate sobre famílias nas políticas sociais tem levado a uma tendência de responsabilizar as famílias pelo cuidado antes da responsabilidade do Estado.

Nesse contexto a família vai sendo incluída tanto através de requisições nos domicílios, como através da participação nos serviços. Passa a ser invocada e evocada como sujeito fundamental no processo de cuidado tanto no sentido de sua responsabilidade do cuidado, como de ser objeto de cuidado. (MIOTO; DAL PRÁ, 2015, p. 165)

Quando o Estado passa focalizar suas ações sobretudo nas famílias mais pobres, como é o caso daquelas atendidas pela PAS, o Estado deixa em descoberto uma maioria de famílias que para ter suas necessidades garantidas vai em busca do mercado, aumentando os serviços privados e focalizando as ações de proteção estatal nas famílias em maior vulnerabilidade. Temos como exemplos as creches, os programas de transferência de renda que atendem a parcela familiar em maior vulnerabilidade, mas que deixam sem proteção famílias que também necessitam de cuidado. Essa lógica familista tem direcionado as ações estatais na realização de programas e projetos. Com isso uma nova questão se abre: Quem nas famílias atendidas se responsabiliza pelos cuidados e proteção?

A resposta vem com a crítica de Carloto (2015, p. 182) sobre as ações da PAS em relação às famílias:

Com o desenvolvimento de medidas neoliberais, a partir de da década de 1970 acirra-se a perspectiva familista nos modelos de proteção social na América Latina e dentro desta destaca-se o Brasil. Dentre as estratégias utilizadas pelo Estado, para a adaptação à lógica do capital se encontra o resgate da família como principal provedora do bem-estar dos seus membros.

Isto, para a autora traz uma consequência perversa de que a responsabilidade a partir da centralidade familiar nas PAS recai sobre a mulher. Assim, além de centralidade sociofamiliar ser referência na Política de Assistência Social, esta deve incorporar também e discussão de relações de gênero, uma vez que as ações do Paif e Paefi reforçam a responsabilidade feminina em relação aos cuidados e encaminhamentos a partir dos serviços socioassistenciais.

Os assistentes sociais que trabalham diretamente com essa demanda não podem se isentar dessas análises. Não estamos dizendo que não houve melhorias com as novas normatizações para a PAS e sua centralidade familiar, mas existem especificidades que nas normas e orientações da gestão política não estão visíveis e que estão recorrentemente nas ações cotidianas de trabalho.

As necessidades familiares, assim como suas configurações apresentam especificidades, não apropriadas pelos assistentes sociais:

[...] a gente ve que esta questão do acesso do material que a gente sempre busca, principalmente no Cras, não é uma garantia de bem estar de efetividade de direitos, Lá no Creas mesmo, muitas famílias que tem acesso a renda a bens, mas que tem uma condição de pobreza afetiva e que acaba colocando eles numa situação de violência. Então a gente percebe que não é só a condição material que vai garantir algo pra aquela família, uma proteção pra aquela família, pra aquele indivíduo. Eu acho que é todo um contexto cultural ali que a gente as vezes no cotidiano tenta dar conta de tudo, mas não dá. (sujeito 3).

Reconhecer esses limites do trabalho e os limites da cobertura da PAS permite a reflexão do que é possível de se realizar no cotidiano profissional, e que as produções teóricas não apresentam essa dinamicidade, mas não negamos a importância desta para a construção e reflexões críticas.

Quando relacionamos o trabalho com as famílias como uma das atividades centrais dos Assistentes Sociais na PAS, uma das preocupações é a que se refere às atividades voltadas para alcançar os objetivos da proteção social proposto pela legislação. Fato que é, por vezes, questionado pelos assistentes sociais no cotidiano profissional:

[...] às vezes a gente se acha assim tão tolo porque a gente está lá para atuar na política e fica nessa luta de estar sempre repensando a nossa atuação e a forma como a gente atua com as famílias como[o sujeito da pesquisa] 2 falou as [famílias têm] as estratégias delas, a dinâmica delas (sujeito 1)

A PAS enquanto política social de um Estado burguês traz orientação e direitos nos marcos a sociabilidade burguesa, a compreensão sobre família que a PAS se apropriou ainda estabelece as funções de proteção a serem desenvolvidas pelas famílias e carrega também consigo a focalização nas ações sobre esta, o que nas realidades familiares atendidas pela PAS, é uma sobrecarga a mulher, mãe e responsável familiar. É neste “tempo miúdo” do trabalho do assistente social, como diz Yazbeck (2006), que o Projeto Ético-político se realiza e se concretiza. E sobre esse tempo miúdo, um dos sujeitos nos diz:

Eu tive uma experiência com famílias que vinham com recorrência solicitando benefício eventual e que a gente fez um atendimento coletivo porque você já conhece, já conhece a demanda. Mas trazendo essa perspectiva de reflexão com eles de como isso é insuficiente (sujeito 1)

É na viabilização de um benefício, é por meio de um relatório familiar de encaminhamento para um atendimento profissional, de uma orientação individual sobre direitos, de estudos, propostas, reuniões com o executivo municipal ou com as entidades prestadoras de serviços socioassistenciais para estender a cobertura de programas e projetos, da elaboração de relatórios de gestão que comprovem a necessidade de construção de novas alternativas de atendimento a população usuária, entre tantas outras atividades, que se torna visível a efetivação o do Projeto Ético-político.

Na expectativa de reafirmar esta direção ética e política, um dos sujeitos reafirma sua contribuição:

[...] o que eu falo do coletivo eu entendo que é muito mais fácil... Não estou dizendo dela entender que a gente não possa dar o benefício não é isso. É de trazer essa perspectiva do coletivo é de quantas famílias estão e porque elas estão nessa situação. Mas de uma perspectiva política mesmo delas se entenderem como pessoas de direitos, mas que para acessar esse direito é tão difícil é tão complicado (sujeito 1).

O trabalho do assistente social na PAS traz para o assistente social novas formas de gestão do seu trabalho, agora com mais objetividade junto ao poder executivo, ao sistema de proteção social das localidades municipais. Ele é chamado a executar, mas também gerenciar junto aos movimentos e organizações sociais, a rede de prestação de serviços, os programas, projetos, serviços, benefícios estabelecidos pela política de assistência social.

O profissional deve reconhecer as demandas numa leitura crítica da realidade e retirar dela as respostas para sua intervenção, considerando os limites institucionais, a realidade da política social do Estado capitalista, as forças políticas que pressionam o Estado e garantem a efetivação dos direitos da população usuária.

Isto requer do assistente social competências e habilidades e estudo que permitam estabelecer estratégias de trabalho necessárias e adequadas a cada realidade ou situação que se apresentam profissionalmente. As novas requisições profissionais devem ser discutidas pela categoria profissional para que não seja utilizada “velha receita para o novo pudim”, ou seja, um retorno às práticas psicologizantes de tratar as expressões da “questão social”, que negam a potencialidade dos usuários, reconhecidos como pessoas livres e de direitos. A este respeito, um dos sujeitos, reflete:

Eu acho que o tempo todo talvez lute, caminhe, pelo menos a maioria de nós pra não reproduzir, pra não ser violento, pra não ser injusto pra não ser burro porque não sei quando a gente estuda é tão claro. Mas no cotidiano tem toda uma lógica da sociedade que faz com que a gente aja diferente então é um conflito e uma contradição. Então acho que a gente tá no processo de superação. Agora em relação aos outros trabalhadores não tem formação continuada, pelo menos não na nossa secretaria hoje. Então é uma fragilidade. Pra superar essa visão tradicional burguesa conservadora você tem que ter uma formação continuada”. (sujeito 4)

Cientes de o cotidiano é também o palco para a reprodução de valores de uma sociabilidade avessa aos valores emancipatórios defendidos na direção ética e política dos assistentes sociais, na primeira fase da pesquisa empírica, a se deu com a aplicação de questionário que foi respondido por 17 profissionais apresentamos 10 valores para que esses profissionais assinalassem os eles consideravam como orientadores de suas ações profissionais. No item a seguir refletiremos sobre as respostas desses profissionais e apontaremos análises sobre tal reprodução de valores no cotidiano profissional

4.2.1 Valores que Orientam o Trabalho Social com Famílias: Perspectiva Crítica e Conservadorismo

Dentre os valores que apresentamos (Apêndice 1) elegemos alguns que consideramos como constitutivos da sociabilidade burguesa e outros que se referiam

os valores vinculados a compromisso ético e político com uma sociedade sem dominação de classe, etnia e relações entre os sexos. Atribuimos a estes valores, no formulário, níveis de importância (nenhuma importância, 01; pouco importante, 05; e muito importante, 10) para a orientação do cotidiano de trabalho com famílias atendidas pela PAS nos serviços que executam o Paif e o Paefi. Obtivemos as seguintes respostas dos 15 profissionais que preencheram todos os itens que nós apresentamos:

Quadro 5 - Valores que orientam o trabalho profissional cotidiano

Valores	Nenhuma importância	Pouco importante	Muito importante
Harmonia	6	5	8
Estabilidade social	4	4	5
Coesão social	2	7	4
Ordem	4	7	2
Hierarquia	8	6	1
Liberdade	0	1	16
Defesa de direitos	0	1	16
Democratização	0	0	13
Alteridade	0	0	13
Pluralismo	0	0	13

Fonte: Elaborado pela Autora.

Em relação a alguns valores do campo conservador, pautado numa moralização burguesa, percebemos que harmonia, estabilidade se colocam com pouca e muita importância no cotidiano profissional. Estes valores são apresentados por nossa sociabilidade como necessário a ordenação social. A defesa da harmonia e estabilidade na família se apresentam desde o início do trabalho social com famílias desenvolvidas por assistentes sociais em diferentes momentos.

Como já nos referimos nessa tese, algumas categoriais centrais do pensamento conservador têm a harmonia e estabilidade como necessária à manutenção da ordem e da coesão social. Esses valores, também, apresentados pelos sujeitos pesquisados e considerados como pouco importantes, ainda que alguns apresentam nenhuma importância e até muito importante. Isso significa que

os valores da sociabilidade burguesa são reconhecidos pelos profissionais, perpassam seu trabalho cotidiano com famílias e são considerados por alguns como muito importantes.

Todavia, em relação aos valores emancipadores como: liberdade, defesa de direitos, democratização, alteridade e pluralismo, estes são tomados como muito importantes por 16 profissionais em relação aos dois primeiros valores (liberdade e defesa de direitos) e alteridade, democratização e pluralismo por 13 sujeitos¹⁶.

Isso significa que, apesar da PAS apresentar uma organização conservadora situada na lógica da política social do estado Burguês, há profissionais que reconhecem a existência de valores emancipatórios, apresentando-os como muito importantes no trato com famílias. Valores que direcionam para uma perspectiva crítica de ruptura com o conservadorismo moral.

Este reconhecimento aparece, também, na fala de dos sujeitos que participaram do grupo focal, na segunda fase da pesquisa pesquisa:

Eu penso que essa coisa do atendimento com respeito, com dignidade. Porque a gente não consegue atender no tempo dela, as vezes ela [família] espera dois meses para falar com a gente pra um atendimento que seria emergencial. E um desafio da gente é tentar desconstruir isso. Só dizer: é meu trabalho, é seu direito, ser bem atendida aqui ou onde quer que você esteja. A gente não consegue ainda.” (sujeito 1).

Às vezes politizar e coletivizar as demandas. (sujeito 2).

Retomando Vasconcelos et al. (2008, p. 2), é possível afirmar que há, entre os assistentes sociais, os que intentam romper com ações conservadoras e que buscam valores e ações que somem a direção crítica do trabalho que desenvolvem. Esse fato nos leva a considerar que a perspectiva crítica ao conservadorismo e determinações valorativas da sociabilidade burguesa estão presentes no universo profissional dos assistentes sociais e nos fortalecem a prosseguir na luta por valores emancipatórios;

Embora a própria normativa do trabalho tenha em seu bojo valores que convergem à coesão social. Outro fato é que a incidência de valores conservadores entre os consideramos como muito importante indica um processo de luta política e

¹⁶ O número incompatível com o universo da pesquisa se deve a alguns sujeitos que preencheram os níveis de importância destes de forma equivocada (03 sujeitos).

construção de estratégias coletivas necessárias ao enfrentamento de formas de reposição do conservadorismo no trabalho dos assistentes sociais com famílias.

Eu vejo que a gente está vivendo muita mudança ao mesmo tempo, a gente não está conseguindo lidar com isso, mas ainda está tradicional, a gente é muito tradicional, a gente como sociedade, não só como profissional, mas profissional também, mas a gente é muito tradicional no sentido de dizer que é responsabilidade da família. (sujeito 4)

Ainda de acordo com o sujeito 4 da pesquisa, há ainda alguns limites para a ruptura com o conservadorismo.

A gente é capaz de fazer uma leitura crítica da realidade porque a gente estudou para isso, nós assistentes sociais, não posso falar sobre as outras profissões, mas introjetar, assimilar isso no cotidiano eu acho que a gente está distante disso porque as mudanças não se dão só com o conhecimento. Agora eu estudei, eu sei que é assim eu tenho outra concepção, mas o tempo todo a gente tem outras [concepções] que estão aí que é da nossa formação pessoal, que é da nossa religião. Porque a gente é um monte de coisa a gente não é só assistente social. Então eu acho que talvez a gente não, nem como categoria profissional tenha conseguido romper (sujeito 4)

O relato do sujeito 4, apresenta o conflito se o Serviço Social rompeu com o conservadorismo, pela ele não. Todavia não podemos tomar sua fala se forma isolada, pois este sujeito reconheceu em vários momentos a dinâmica da PAS, a forma conservadora desta tratar as famílias, mas como este sujeito refere-se assistente social possui projetos de vida individual, é um sujeito formado por esta sociabilidade. A ruptura não se processou por completo porque não estão dadas as condições objetivas para tal ação, mas ainda diante deste cenário de retrocessos, estes sujeitos se propõem a fazer diferentes e sob outros valores que não os do pensamento conservador.

No cotidiano profissional, não se realiza o trabalho apenas com intencionalidades, pelo contrário, o assistente social carece de elementos que possam operar seu trabalho. Apesar e ser um profissional liberal, o assistente social vende sua força e trabalho a um empregador sendo inserido na divisão social e técnica do trabalho e se relacionando com as políticas sociais. Essa referência é determinante para não culpabilizar os profissionais pelas limitações que a própria PAS, enquanto política social do Estado capitalista traz para a categoria profissional. Passaremos a refletir sobre este fato no subitem a seguir.

4.2.2 O Assistente Social como Trabalhador Assalariado e seu Trabalho com as Famílias no SUAS

Em palestra realizada na 9º Seminário Nacional promovido pela Cortez em São Paulo no ano de 2016, Netto argumentou que nossa categoria profissional não apresenta o mesmo perfil que há 30 anos atrás. Para o autor, com a entrada do terceiro milênio não conhecemos ainda o perfil profissional que tem se formado, sobretudo porque somos hoje mais e 180 mil profissionais formados pelas mais diversas formas de ensino. Essa característica afeta nossa pesquisa porque a maioria os profissionais que responderam o formulário se formaram entre 03 e 14 anos, já dentro da formação orientada pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e no terceiro milênio.

Para entender hoje a profissão, precisamos compreender como a profissão se insere na relação de assalariamento, reconhecer que o Serviço Social é uma:

[...] profissão interventiva no âmbito das diversas expressões da questão social, e como tal, participa do processo de produção e reprodução das relações sociais. Entre elas, o Serviço Social participa de forma ativa das maneiras como o Estado e as classes sociais enfrentam as expressões da questão social. Portanto, o Estado burguês, também permeável às reivindicações dos segmentos da classe trabalhadora, elege as políticas sociais como uma das estratégias para o enfrentamento das sequelas da questão social. Aquelas encerram a dialética coerção/consenso e, por isso, constituem um dos termômetros da luta de classes, já que expressam a correlação de forças sociais vigente. (GUERRA, 2011, p. 273).

O Assistente Social, como trabalhador assalariado, se coloca na relação de compra e venda do trabalho. Como trabalhador, participa dos mesmos constrangimentos a que é submetido qualquer trabalhador no MPC. Dentre esses constrangimentos, estão as rotinas administrativas e burocratizadas que tendem a se impor sobre a necessária reflexão crítica no cotidiano profissional. A esse respeito, Raichelis diz:

Tem sido reiterativo o discurso dos assistentes sociais que atuam no âmbito do Suas, do SUS e também em outras áreas profissionais, o envolvimento excessivo com o preenchimento de formulários e planilhas padronizadas numa tela de computador, a multiplicação das visitas domiciliares para fins de controle institucional das provisões e prestações sociais, a realização de cadastramentos da população que, quando assumidos de forma burocrática e repetitiva, não agregam conhecimento e reflexão crítica sobre a realidade dos usuários e seus territórios de vivência, rebaixam a qualidade do trabalho técnico e impedem que profissionais especializados possam

realizar o trabalho intelectual nuançado para o qual estão (ou deveriam estar) capacitados a produzir. (RAICHELIS, 2013, p. 624)

O discurso a que se refere à autora aparece na tradução de um dos sujeitos dessa pesquisa:

[...] eu vejo como desafio, eu sempre falo isso lá, eu queria tanto ter tempo. Essa demanda imediata que a gente tem que atender e urgente, que a gente tem que abrir agenda. Que a gente tem que atender quem tá lá desesperado, nessa questão de renda. Eu vejo isso como desafio porque eu não dou conta e aí eu faço esse serviço meio que atropelado. (sujeito 1)

As análises dessas condições de trabalho passam a compor as reflexões teóricas dos assistentes sociais, a partir da incorporação da matriz analítica que tem como referencial teórico-metodológico a teoria social marxista, e está presente no Serviço Social Brasileiro a partir da década de 1980. É a partir dessa matriz que a profissão de Serviço Social é considerada especialização do trabalho coletivo. É uma matriz que considera que o assistente social, por essa especificidade, se insere no mercado a partir da divisão social e técnica do trabalho, sendo, portanto, o agente que opera o Serviço Social, e não um técnico com compromissos cristãos ou altruístas.

A dificuldade em compreender o marco da contradição inerente ao Serviço Social e ao trabalho do assistente social, como já desvelado por Iamamoto (1982), interfere nas análises sobre o trabalho profissional, pois ora atribui a ele a “incapacidade” do desenvolvimento de ações, ora atribui ao Estado ou a instituição empregadora os limites para sua ação.

O que ainda pode ser obscuro à categoria profissional é o mover desta contradição num cotidiano que por si só é alienante, alienado, reiterativo e pragmático. No qual os sujeitos fazem escolhas que não passam necessariamente pela orientação profissional. Essa é a realidade a qual nos vinculamos. Nas palavras de um dos sujeitos da pesquisa:

Às vezes a gente tem aquele negócio de “ah a família não adere” a nenhum encaminhamento. Porque a gente às vezes cria uma expectativa. Eu tive uma situação esses dias que tinha uma menina que estava em situação de rua e ela estava passando alguns dias na casa da mãe e a gente tentando intervir pra que ela ficasse, só que ela não conseguia se acostumar ali na rotina de uma família porque tem vivência de rua. Daí marquei pra fazer documento, tudo, ela não fez nada. (sujeito 2)

No Suas, os assistentes sociais são chamados a dar respostas por vezes de forma imediata, pragmática, pois como nos diz um dos sujeitos: *“A gente está para que as coisas resolvam”* (sujeito 3).

Para Guerra:

[...] as requisições prático-profissionais presentes nas diretrizes do SUAS identifica-se os procedimentos próprios do pragmatismo, da razão instrumental, visando à imediata solução de problemas imediatos. Sem duvida, há uma compatibilidade entre um modo de operar próprio da cultura profissional, as condições e relações de trabalho e o conjunto de requisições profissionais, seja por parte dos/as usuários/as (que reivindicam o atendimento de sua demanda inicial e imediata), seja por parte das diretrizes das políticas que, como sabemos, não são ingênuas nem aleatórias. O fato que se demanda do/a assistente social um atendimento do tipo “aqui e agora”, emergencial, pontual e que altere algumas variáveis da situação apresentada. (GUERRA, 2011, p. 278-279).

Considerando a especificidade da intervenção profissional na Política de Assistência Social, outros fatores se apresentam:

1- O reconhecimento da “questão social” como inerente ao sistema capitalista e as múltiplas expressões que interferem na vida cotidiana de indivíduos, famílias e grupos em vulnerabilidade, que requer respostas imediatas, mas sem demarcar um traço moralizante/culpabilizante e individualista:

[...] você acaba colocando a família nesse papel: você tem condição de comprar, às vezes é pesado isso, mas precisa questionar até mesmo pra trabalhar, pra saber como a gente vai encaminhar aquilo e preparar ela. Você não tem condição de comprar tem essa via. Não vai garantir que vc vai conseguir nesse momento, mas tem essa via. É meio cruel. (sujeito 3)

2- O trabalho com as comunidades nos territórios reconhecendo-as como sujeitos coletivos e a intermitente tarefa de potencializá-las para tal, num campo muitas vezes atravessados por politicismo, partidarismo e clientelismo político.

3- A luta para participação da população usuária da PAS nos espaços de deliberação e democratização da mesma (conselhos, conferências, fóruns, assembleias, entre outros), com a compreensão da corresponsabilidade nestas decisões e o reconhecimento da política como direito e não como favor.

4- A construção de uma gestão pública da política num contexto marcado pelo mandonismo e centralismo;

5- A busca de estratégias para garantir a gestão democrática e eficiente da coisa pública, como uma das mediações para a realização do trabalho dos

assistentes sociais na política de assistência social. Contudo, ao contrário dessas estratégias, dois sujeitos da pesquisa afirmam:

Agora o benefício mudou de sistema vira e mexe está atrasando e elas [famílias] suportam aquilo, vão lá três quatro vezes (sujeito 2);

Verdade eles vão três quatro vezes. É vexatório.” (sujeito 1).

6- O trabalho de devolver a população e ao profissionais a produção de conhecimento e saberes sobre a política e sua materialização no cotidiano dos sujeitos envolvidos, como um dos princípios do Código de Ética;

7- Num espaço de intervenção tão dinâmico como a da política de assistência social, conseguir construir meios de planejamento, monitoramento e avaliação do trabalho, diante de uma demanda cada vez maior;

8- Considerar que as famílias são sujeitos de uma ação profissional e alvo de uma política social. Este aspecto foi enfatizado por um dos sujeitos da pesquisa: *“Se se você não souber trabalhar, vai culpabilizar a família.” (sujeito 1)*

Boscheti (2011, p. 306) acrescenta algumas considerações para pensar o trabalho do assistente social no Suas:

1) concepção de assistência que o/a profissional tem e que orienta, cotidianamente, a institucionalidade do seu trabalho no âmbito do SUAS; 2) existência de uma estrutura institucional condizente com a concepção de política, em todos os níveis: federal, estadual e municipal; 3) estrutura necessária à efetivação de uma política, o que envolve recursos financeiros, informação, equipamento, instrumentos para realizar essas técnicas e estratégias definidas no Plano de Ação. Vale dizer que plano de trabalho do/a assistente social não se confunde com o Plano de Assistência Social. Dentro do Plano de Assistência do município e do estado, qual é o plano de atuação e intervenção do/a profissional de Serviço Social? Precisamos retomar essa ideia da construção do plano de intervenção profissional, evidentemente com todas as mediações e articulações com as outras categorias profissionais; 4) constituição de um quadro de trabalhadores/as suficiente e com o perfil condizente com a concepção de política que se quer desenvolver; 5) garantia de direitos dos/as trabalhadores/as em todos os níveis, não só para os/as assistentes sociais, e para muito além daquilo que está na NOB-RH/SUAS que, até hoje, não conseguimos implantar completamente.

Essas são algumas pontuações que devem ser pensadas para tratar das possibilidades de direção crítica no trabalho com famílias na PAS uma vez que o trabalho do assistente social não se realiza sozinho e nem de forma autônoma. Carecemos de uma estrutura, de uma política social, de planejamento, de estudos e capacitação permanente. Assim ao buscar as possibilidades de um trabalho com

orientações críticas que rompam o a moralidade conservadora junto às famílias atendidas pela PAS, não estamos nos referindo a exclusiva vontade do assistente social. A materialização de sua intencionalidade varia de acordo com as condições de resistência do coletivo de trabalhadores e sua inserção cotidiana nos espaços de trabalho. Nas palavras dos sujeitos da pesquisa:

É você saber, ter a consciência de que não vai querer enquadrar a pessoa dentro de um padrão de normalidade, no entanto aquela condição dela é perigosa. (sujeito 4).

Os parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos na Política de Assistência Social estabelecem que a:

[...] definição das estratégias e o uso dos instrumentais técnicos devem ser estabelecidos pelo próprio profissional, que tem o direito de organizar seu trabalho com autonomia e criatividade, em consonância com as demandas regionais, específicas de cada realidade. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2007, p. 27-28).

A autonomia relativa do assistente social, conforme Iamamoto (2008), está condicionada às condições de trabalho do profissional, uma vez que o assistente social é um trabalhador assalariado e vende sua força de trabalho em troca de uma remuneração, ou seja, ele é mais uma peça no trabalho coletivo que gera a riqueza social de forma coletiva, mas que é apropriada por alguns. Ainda segundo a autora:

[...] essas relações [estabelecidas no contrato de trabalho] interferem decisivamente no exercício profissional, que supõe a mediação do mercado de trabalho por tratar-se de uma atividade assalariada de caráter profissional. Ela implica compra e venda da força de trabalho e a presença do equivalente geral – o dinheiro - , que expressa o valor de troca dessa força de trabalho, corporificando o salário, atestando estar esta atividade profissional no reino do valor na sociedade capitalista. (IAMAMOTO, 2008, p. 215)

A precarização do trabalho atinge o Assistente Social como trabalhador, também submetido a contratos flexíveis de trabalho, jornada ampliada, salários reduzidos, desemprego. Se as condições objetivas de realização do trabalho não forem consideradas em toda a sua complexidade e contradição, poderão trazer ceticismo aos trabalhadores, com a reedição de posturas profissionais fatalistas, que não permitem visualizar outra alternativa, colocando o Projeto Ético-político do Serviço Social em descrédito ou como inviável, atribuindo ao mesmo uma parcela

exclusiva de teoricidade. Ou ainda, uma postura messiânica, de creditar a efetivação do mesmo à vontade do profissional, ignorando os limites da sociedade de classes.

É necessário, como aponta Iamamoto (2005, p. 17), “atribuir densidade histórica ao projeto profissional”; avaliar quais as forças político-sociais que o tensionam, em quais condições e sob quais mediações se processa a intervenção profissional do Assistente Social. Em condições adversas de trabalho, o Assistente Social precisa reconhecer suas mais variadas demandas, expressas pelas multifacetadas e agudizadas expressões da “questão social”, na busca de garantir a realização de direitos que já não se colocam mais como prioridade estatal. A este respeito um dos sujeitos da pesquisa reflete:

Você estuda que existe muitas configurações, que as famílias são assim, você compreende, começa a mudar, vai construindo seus conceitos. Desconstruindo e construindo, mas o empírico ele fala muito alto pra gente. Quando você está lá percebe a dinâmica e a forma como essas famílias lidam. (sujeito 1).

O cotidiano institucional coloca o profissional diante de uma classe trabalhadora empobrecida, heterogênea, desempregada ou na informalidade, compondo uma população de sobrantes, que não se enquadram mais às necessidades do capital, mas que crescem dia-a-dia o exército de reserva e, indo mais além, o lumpem proletariado, sem perspectiva de retorno ao mercado de trabalho, e nessa condição fica a dúvida sobre o trabalho profissional: “*eu como serviço, como profissional como vou conseguir fazer pra melhorar vida dela [família]*”. Sujeito 1.

Ciente destas condições, o Assistente Social é interpelado a buscar formas de construir respostas e escolher, entre alternativas concretas, as mais eficientes e eficazes para atender as necessidades desta população usuária de seus serviços, em especial àquelas que permanecem no limiar da sobrevivência: as populações que constituem o público alvo da política de assistência social.

Novamente, o sujeito 1 desta pesquisa, apresenta seu cotidiano, com intervenções profissionais possíveis e que enfrentam outra demanda dessas populações: o preconceito da sociedade:

[...] tem um grupo lá que chama Papo de Mulher, eu e minhas colegas fazemos oficinas com as mulheres de vários territórios. E eu percebo assim, mesmo que as nossa famílias, essa charge diz (charge 2 do apêndice 2)

elas compreendem que nós somos assim, não somos iguais como todo mundo quer que seja, elas entendem isso e elas lidam com isso, mas elas sofrem preconceito. As mulheres trazem muito isso. Elas se sentem discriminadas porque estão sozinhas, até porque sofreu uma violência e não conseguiu romper. Então mesmo que as nossas famílias compreendam essas configurações diferentes, nem seja tão forte nelas isso, elas sofrem com que a sociedade faz com elas.(sujeito 1)

O Assistente Social em seu trabalho deve orientar seu trabalho em conformidade com os princípios do Projeto Ético-político com relação à garantia da qualidade no atendimento à população, apropriando-se de conhecimentos que o instrumentalizem no cotidiano profissional, e, pela mesma ação, possa avançar na efetivação de ações com vistas à defesa de uma sociedade mais justa e livre de preconceitos. A este respeito, Vasconcelos et al. (2008, p. 2) considera que,

[...] assim que aos assistentes sociais que objetivam romper com práticas conservadoras, não cabe reproduzir o processo de trabalho capitalista, alienante. Há que, historicamente, buscarmos romper - através do trabalho e das relações sociais, [...] com as formas capitalistas de pensar e agir para empreender ações que, além de possibilitar acesso a bens e serviços, resultem num processo educativo; resultem num bem e não num produto a ser consumido. Uma ação consciente, que exige a capacidade de antecipar, de projetar; capacidade que não está dada, mas é algo a construir, a alcançar.

Numa sociabilidade burguesa, ações como essas não são comuns, e isso não são exclusivos apenas do assistente social. Posturas profissionais, como estas apontadas por Vasconcelos et al. (2008), possibilitam construir novas relações e fortalecer a luta coletiva da classe trabalhadora. Contudo, não podemos desconsiderar que as condições de realização da intervenção profissional estão cada dia mais precarizadas, com falta de recursos (materiais, financeiros, técnicos, humanos). Aliado a essas condições materiais, assistimos a presença histórica do assistencialismo na política de assistência social, do clientelismo partidário; a relativa autonomia profissional na realização das ações; os contratos de trabalho precários, as formas de contratação como cargo de confiança; o não investimento institucional para realização de capacitações e qualificações.

Todas estas determinações são inerentes ao trabalho do assistente social hoje. Não há um mundo de fantasia como no “Alice no país das maravilhas”. É necessário decifrar estes determinantes, propor alternativas reais e ações concretas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PONTO PARA O RECOMEÇO

Os instrumentos e a técnicas utilizada na pesquisa permitiram uma maior aproximação com a interpretação dos assistentes sociais sobre o seu trabalho e o cotidiano do trabalho com famílias. O grupo focal trouxe várias respostas e indagações pertinentes, contudo, para o objeto desta tese, couberam os recortes realizados e apresentados nos capítulos anteriores. Contudo, são necessárias algumas considerações sobre as repostas apresentadas pelos profissionais, em especial aquelas do grupo focal.

As respostas nos apresentam um grupo de profissionais que tem conhecimento da realidade social e do território que atendem, quando apresentam a inserção profissional nos espaços de vivenciai dessas famílias. Reconhecem as determinações que atravessam seu trabalho profissional ao tratarem das compensações da PAS e quando apresentam os limites dos recursos e as demandas emergenciais. Fazem reflexões sobre as condições objetivas de sua ação profissional, dos limites dessa ação que por vezes dependem mais das condições materiais para o trabalho do que sua própria vontade, mas também de suas angústias e expectativas na viabilização de direitos, por vezes, inexistentes, dada às condições de realização destes numa sociabilidade capitalista ainda que num Estado democrático de direito.

Os profissionais apresentam falas sobre a sociabilidade conservadora, de como esta interfere nas ações profissionais, e que por vezes também são reprodutores desses valores e modos de pensar. Isso, pela nossa perspectiva, revela a capacidade de autocrítica profissional, percebendo que, em algum momento, o conservadorismo moral se apresenta em suas ações cotidianas. E que é muito difícil não reproduzir estes valores quando no trabalho social com as famílias.

Isso não significa que estamos defendendo a existência desse perfil conservador, quando nossas reflexões apontam para a ruptura com o conservadorismo e que a prática o reitera. Mas sim, que os assistentes sociais ~~estes~~ que participaram da pesquisa, e que revelam uma realidade desse universo profissional, tanto pelas respostas do formulário quanto pelas discussões que foram construídas durante a participação no grupo focal, convivem com o dilema de garantir direitos numa sociedade que ainda enxerga a família como responsável

pelos seus “males”. É a convivência, não sem críticas ou contradições, de desenvolver o trabalho profissional numa realidade contraditória e que cada vez mais se retrai na execução de condições materiais para o desenvolvimento desse trabalho e na garantia de direitos sociais via políticas sociais.

Os relatos revelam que as famílias precisam ser colocadas no “quadrado”, dentro de uma normalidade, precisam ser potencializadas para proteger seus membros e não precisarem do Estado. É nessa “armadilha” do cotidiano profissional que se colocam as ações profissionais. Tendo que cumprir metas, prazos, preencher relatórios, e ao mesmo tempo garantir a viabilização de direitos em tempos de retrocesso, respeitando a história de vida de cada família como cidadão de direitos, sem culpabilizá-las pelas expressões da “questão social” que atravessam suas vidas.

Essa demarcação, em nossa análise, aponta para esta afirmação de superação do conservadorismo moral na viabilização da política de assistência, não de forma totalitária, pois assim negaríamos o movimento da história, mas dada a construção conservadora do trabalho social com famílias, a direção das políticas sociais que atendem estas famílias, e o movimento de superação desses viés conservador construído pelo Serviço Social, estamos reconhecendo que avançamos na defesa de valores e materialização destes no trabalho profissional, por meio da apropriação do Projeto Ético-político e sua construção coletiva. Processos que são realizados, cotidianamente, nos diferentes espaços de trabalho do assistente social, com avanços e retrocessos próprios aos embates ídeo-políticos presentes no conjunto profissional, o que vem a influenciar na direção ídeo-política do trabalho do Assistente Social junto à operacionalização das políticas sociais públicas em âmbito municipal. É a compreensão deste profissional sobre sua realidade que permite que este tenha uma visão de mundo e de homem que incidirá sobre sua ação profissional. Ainda que com as limitações da sociabilidade burguesa.

O reconhecimento desse cenário não rompe com o conservadorismo moral, até porque este é constitutivo da sociabilidade burguesa, mas se não rompe, possibilita a reflexão crítica e a construção de novas posturas profissionais como estas apresentadas no decorrer desta pesquisa. De reconhecer a história de cada um e respeitá-la:

Se a gente pensar o indivíduo está numa situação sozinha ele não é sozinho, a história de vida dele foi construída a partir das relações que ele teve com qualquer configuração de família. Isso é muito importante pra nós. A gente nunca atende uma pessoa que está ali na sua frente, a gente atende ela e toda sua história e todas as relações, não dá para ignorar. Mesmo que a gente não concorde da forma que está colocada na política de assistência social como matricialidade da família. (sujeito 1).

“E numa sociedade como a nossa é família mesmo, não é o Estado porque a gente não tem proteção social de verdade, não é o mercado, então resta cobrar da família.” (sujeito 4).

São essas condições dadas no cotidiano que vão permitir a construção coletiva da possibilidade de romper com esse conservadorismo, pela ruptura com o modo de produção que o gera. Não é tarefa de um grupo de profissionais, mas estes fazem parte da luta coletiva de “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 24).

Diante dessas observações, retomamos o argumento inicial desta tese de que o Serviço Social rompeu com o conservadorismo que marcava a profissão em seus marcos legais a partir dos anos de 1980, concomitante a isso, essa ruptura por vezes se expressava também na ação profissional do assistente social em seu cotidiano de trabalho, especificamente no trabalho junto as famílias atendidas pela PAS, o que o relato dos assistente sociais e seus valores profissionais demarcam nessa tese.

Ainda no decorrer desta pesquisa fomos apresentando reflexões e dados empíricos que possibilitaram creditar a nossa hipótese como verdadeira, ou seja, de que no cotidiano profissional há assistentes sociais que apresentam uma direção crítica, ainda que em meio à reatualização de ações orientadas por perspectivas e valores conservadores. E isso é possível devido a postura crítica dos assistentes sociais, sua capacitação continuada e o reconhecimento da orientação crítica proposto no projeto Ético-político do Serviço Social.

Assim, tendo como objeto de pesquisa as **interpretações dos assistentes sociais sobre o trabalho social com famílias na política de Assistência Social que convergem para uma direção crítica orientada pelo Projeto ético político**, fizemos um caminho de quatro capítulos para explicitar este objeto e como ele se materializou no decorrer desta pesquisa.

Para isso tratamos no primeiro capítulo do pensamento conservador e como este ainda está presente em nossa sociabilidade, tanto em seu formato moderno quanto alguns resquícios daquele conservadorismo romântico que coloca a família de forma idealizada, com perspectiva para manter a ordem, a coesão social e a própria estabilidade do sistema capitalista. Estas orientações são apresentadas pelos artigos da Revista CBCISS e que influenciaram a trajetória do Serviço Social no Brasil. Neste capítulo apresentamos a influência desse pensamento conservador na construção de um trabalho com famílias realizados pelos assistentes sociais e de como os valores conservadores estão presentes nessas ações e nas inspirações teóricas.

A partir do capítulo dois, trazemos para a discussão as análises contemporâneas da discussão sobre famílias numa perspectiva crítica, apontando a direção dessa criticidade nas produções teóricas dos assistentes sociais que buscam refletir sobre a necessária ruptura com o pensamento conservador ao realizar críticas aos modelos de proteção social proposto no Brasil.

Com o terceiro capítulo, analisamos a PAS a partir de sua origem como política pública de Seguridade Social presente na Constituição Federal de 1988, e com o advento do neoliberalismo, mas uma vez essa política se perpetua nos marcos da proteção social com viés familista. O relato dos profissionais, a partir dessa temática, revela que estes reconhecem o limites e compensações da PAS, numa realidade na qual o Estado se exige da responsabilidade de proteger os seus cidadãos, cabendo às famílias assumirem esse papel. Aqui observamos que o pensamento conservador apresentado no primeiro capítulo está imbricado da forma de conceber e operacionalizar as políticas sociais brasileiras, pois atribuem a estas a responsabilidade de cuidar de seus membros se dispendo a penetrar nessa relação quando da ausência deste Estado. E que os assistentes sociais que trabalham com esta política reconhecem esse limite de atendimento às necessidades sociais das famílias atendidas pela PAS.

No nosso quarto capítulo, apresentamos as interpretações dos profissionais sobre a realização do trabalho cotidiano com as famílias. São relatos que demonstram a convivência de aspectos do pensamento conservador presente na idealização das famílias, de colocá-las como responsáveis do cuidado e proteção dos seus membros, sua composição ideal e cumprimento de papéis atribuídos prioristicamente e, com valores de proteção social ampla e integral, pois entendem

que é dever do Estado cuidar destas famílias e coloca-las em condições dignas de vida. Que independente de sua origem, formação, valores, estas devem ser alvo de proteção do Estado e que devem ser respeitadas em suas escolhas e modos de vida.

Romper nos marcos da sociabilidade burguesa com os valores do pensamento conservador que demarca nossa formação cultural, política, econômica não é tarefa de uma profissão articulada a uma política, mas dever da luta coletiva dos trabalhadores, pelo fim da sociedade que produz esse modelo.

Todavia, dado objetivo geral de nossa tese de analisar as interpretações profissionais do trabalho do Assistente Social com famílias na política de assistência social que convergem para uma direção crítica orientada pelo Projeto ético político, foi possível identificar a existência dessa direção crítica dos assistentes sociais. Sendo essa uma realidade cotidiana e permanente. As angústias e anseios profissionais existentes nos relatos se dão porque estes tencionam essa forma conservadora de pensar a família e atende-la sob perspectivas limitadas e moralizantes.

Construir esse Serviço Social crítico marcado pela defesa dos direitos humanos e por princípios emancipatórios não está isolado de polêmicas, de debates e posições contrárias aos referenciais então estabelecidas pelo mesmo. Sua “hegemonia” política, acadêmica e profissional ainda não está totalmente presente nos espaços sócio-ocupacionais da intervenção direta dos assistentes sociais/usuários. Mas existem possibilidades desta direção crítica sendo construída e reconstruída junto às famílias atendidas pelas PAS no município de Londrina. Tarefa desempenhada pelos assistentes sociais presentes nos relatos dessa tese.

Com isso, a tarefa está desta tese está concluída e pronta para ser reiniciada em novos debates e com o envolvimento de demais assistentes sociais. As polêmicas estão postas e cabe a categoria profissional enfrentá-las não apenas no universo acadêmico, mas junto às famílias trabalhadoras no cotidiano de luta e resistência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Priscila Maia de; MATIAS, Mariana López. Notas sobre o desenvolvimento do trabalho social com famílias no âmbito da política de assistência social. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: 2009. p. 219-228.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981. AIRÉS.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Rio de Janeiro, nov. 1996.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre Paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 103 1994.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2003.

BATISTA, Thais Tononi. A atuação da/o Assistente social nos casos de alienação parental. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda dos direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e projeto ético-político profissional. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O trabalho do/a assistente social no SUAS**: seminário nacional: gestão atitude crítica para avançar na luta. Brasília, 2011. p. 291-307.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 5 jul. 2018.

BRASIL. **Lei 8742, de 7 de dezembro de 1993a**. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8742.htm>. Acesso em: 5 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm>. Acesso em: 9 maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993b**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8662.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de orientação técnica SUAS nº 1**: proteção social básica de assistência social. Brasília: MDS, SNAS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS**: NOB-RH/SUAS. Brasília, 2012a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política nacional de assistência social**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Condicionais**. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Governo inicia capacitações técnicas do programa futuro na mão**. 2018a. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/maio/governo-inicia-capacitacoes-tecnicas-do-programa-futuro-na-mao>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa criança feliz: o que é?** 2017. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/o-que-e>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de educação financeira será voltado às beneficiárias do bolsa família**. 2018b. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/maio/programa-de-educacao-financeira-sera-voltado-as-beneficiarias-do-bolsa-familia>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

BRASIL. **Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006**. Aprova a norma operacional básica de recursos humanos do sistema único de assistência social: NOB-RH/SUAS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2006/CNAS%202006%20-%20269%20-%2013.12.2006.doc/download>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

BRASIL. **Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova a norma operacional básica do sistema único de assistência social – NOB/SUAS. 2012b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2012/cnas-2012-033-12-12-2012.pdf/download>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Tradução de José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. Família a crise de um modelo hegemônico. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 46, p. 21-34, dez. 1994.

CAMPOS, Marta Silva. Família: dificuldades na sua configuração como objeto de estudo científico e de prática profissional. In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). **Política de assistência social e temas correlatos**. Campinas: Papel Social, 2016.

CARLOS, Sérgio Antônio. **A gênese e a estrutura do serviço social brasileiro no período doutrinário católico**. 1993. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CARLOS, Sérgio Antônio. **Ação católica**. 2018. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/napead/projetos/servico-social/acao.php>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, políticas públicas e a centralidade da família. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 86, 2006.

CARLOTO, Cássia Maria. Programa bolsa família: cuidados e o uso do tempo das mulheres. In: MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Org.). **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

CASTILHO, Cleide de Fátima Viana; CARLOTO, Cássia Maria. O familismo na política de assistência social: um reforço à desigualdade de gênero? In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2010, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2010. p. 13-21.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza; GOMES, Vera Lúcia Batista. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 447-466, 2017.

COLIN, Denise Ratmann Arruda; JACCOUD, Luciana. Assistência social e construção do SUAS: balanço e perspectivas: o percurso da assistência social como política de direitos e a trajetória necessária. In: COLIN, Denise Ratmann Arruda et al. (Org.). **20 anos da lei orgânica de assistência social**. Brasília: MDS, 2013. p. 42-65. Coletânea de artigos.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS atento à defesa do SUAS**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1425>>. 2017. Acesso em: 10 nov. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O trabalho do/a assistente social no SUAS**: seminário nacional: gestão atitude crítica para avançar na luta. Brasília, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na política de assistência social**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf>. Acesso em: 5 maio 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília, 1993.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006**. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos. Brasília, 2006.

CONSERVADORISMO. Disponível em:
<<http://clientes.netvisao.pt/jpfeira/conservadorismo.htm>>. Acesso em: 5 maio 2018.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência social: direito social ou bem-estar? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015.

Dantas, José Lucena. A política de Promoção Social do menor e da família no Distrito Federal. **Debates Sociais**. N 16.1973

DRUMMOND, Vera. Bem Estar Social e planejamento familiar. **Debates Sociais** N. 08, 1969

DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1986.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso Acari. **Serviço Social & Saúde**, São Paulo, N71, 2002.

GELINSKI, Carmen Rosário Ortiz Gutierrez; MOSER, Liliane. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais. In: MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Org.). **Familismo, direito e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

GOKHALE, S.D. A família desaparecerá? **Debates Sociais**. N, 30, 1980.

GUEDES, Olegna de Souza. A compreensão da pessoa humana na gênese do Serviço Social no Brasil: uma influência neotomista. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 4, p. 126, 2001. Disponível em:
<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n1_compreensao.htm>. Acesso em: 2 maio 2018.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 1 p. 126-132, jan./jun. 2010.

GUEIROS, Dalva Azevedo; SANTOS, Thais Felipe Silva dos. Matricialidade sociofamiliar: compromisso da política de assistência social e do direito da família. **Serviço Social & Saúde**, São Paulo, v. 10, n. 12, p. 73-97, dez. 2011.

GUERRA, Yolanda A. Demétrio. **A instrumentalidade do serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

GUERRA, Yolanda A. Demétrio. Condições de trabalho e projeto ético-político profissional. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O trabalho do/a assistente social no SUAS**: seminário nacional: gestão atitude crítica para avançar na luta. Brasília, 2011. p. 271-290.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social no tempo do capital fetiche**. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2005. Tese apresentada para fins de concurso público de professor titular.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Celats /Cortez, 1982.

JAMES, Willian. **Pragmatismo e outros textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

KIRK, Russell. **Dez princípios conservadores**. Traduzido para o português e publicado na Internet por Ivan C. P. da Cruz com autorização de Annette Kirk. 1993. Tradução de: Ten Conservative Principles. Disponível em: <<http://10principios.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 7 abr. 2012.

LACERDA, Lélica Elis Pereira de; GUEDES, Olegna de Souza. Do conservadorismo à moral conservadora no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 8, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_lelica.htm>. Acesso em: 5 maio 2018.

LEITE, Maria Amelia. Modificações da estrutura socioeconômico do Brasil e seus reflexos na vida familiar. *Debates Sociais*. N.02, 1966.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 37-45, 2007.

LONDRINA. PERFIL SOCIOASSISTENCIAL DE LONDRINA, 2012.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. **Lei nº 10.558, de 24 de outubro de 2008**. Estabelece orientações para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social no município de Londrina. Disponível em: <<https://camara-municipal-da->

londrina.jusbrasil.com.br/legislacao/358439/lei-10558-08?ref=topic_feed>. Acesso em: 5 maio 2018.

LOPES, José Rogério. Das famílias “desestruturadas” às famílias “recombinadas”: transição, intimidade e feminilidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 46, p. 5-20, dez. 1994.

LUKÁCS, George. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. A família na Amazônia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, N.71, 2002.

MARTIN, Raiser. **Erradicar a pobreza e diminuir desigualdades são fundamentais para o desenvolvimento**. 2016. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2016/10/18/brazil-poverty-eradication-inequality-reduction>>. Acesso em: 15 out. 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **O capital**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas, v. 1).

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Cortez, 1989.

MELO, Marina Félix. Talcott Parsons na teoria sociológica contemporânea. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 12, n. 136, p. 130-140, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIOTO, Regina Célia. Famílias e Serviço Social: contribuições para o debate. **Serviço Social & Sociedade**. N.55, 1997.

MIOTO, Regina Célia. Famílias e Serviço Social: contribuições para o debate. **Serviço Social & Sociedade**. N. 124, 2015.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Org.). **Familismo, direitos e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015. p. 147-178.

MIOTO, Regina Célia. **Família, trabalho com famílias e serviço social**. Londrina: UEL, 2010. Palestra.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**. Cortez. São Paulo.2006

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**. Brasília: UNB, 1999. Módulo 1, p. 91-110.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NISBET, Robert. Conservadorismo e sociologia. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC. 1986. p. 62-76.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Estampa, 1987.

NUNES, Anna Maria. A família dentro da instituição: relato de experiência. **Debates Sociais**. N38, 1984.

OLIVEIRA, Moacyr Velloso Cardoso. Planejamento familiar. **Debates Sociais**. N.07, 1968.

OLIVEIRA, Wallace. “Criança Feliz” é um retrocesso, alertam trabalhadores da assistência social. **Brasil de Fato**, Belo Horizonte, 28 out. 2016. Clientelismo. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/10/28/crianca-feliz-e-um-retrocesso-alertam-trabalhadores-da-assistencia-social/>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

OLIVEN, Ruben Georg. **Metabolismo social da cidade e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/mth59/pdf/oliven-9788579820120-00.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. Disponível em: <http://resistir.info/livros/historia_economica_do_brasil.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

RAICHELIS, Raquel. Assistência social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 19, n. 56, p. 77-96, 1998.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 609-635, 2013.

ROMANO, Roberto. **Conservadorismo romântico**: origem do totalitarismo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. Os saberes construídos sobre a família na área de saúde mental. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 71, 2002.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. Contradições da assistência social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 86-105, 2013.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de mundo em mudanças. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.71, 2002.

SPOSATI, Aldaíza Oliveira. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 55, p. 9-38, 1997.

SPOSATI, Aldaíza Oliveira. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 87, p. 96-122, 2006.

SPOSATI, Aldaíza Oliveira. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013.

TEIXEIRA, Solange Maria. Política social contemporânea: a família como referência para as Políticas Sociais e para o trabalho social. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Org.). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 211-243.

TEIXEIRA, Solange Maria. Sistema de proteção social contemporâneos e a política de assistência social: a reatualização do familismo. In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.) **Política de assistência social e temas correlatos**. Campinas: Papel Social, 2016. Parte 1.

TOBÓN, Maria Cecília. A família e a comunidade- perspectivas demudanças e alternativas de ação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.22, 1996.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. BOMFIM Leny A. (Trad).

VARES, Sidnei. **Talcott Parsons e a configuração do estrutural funcionalismo**. 2011. Disponível em: <<https://revistaparametro.wordpress.com/2011/04/16/talcott-parsons-e-a-configuracao-do-estrutural-funcionalismo/>>. Acesso em: 26 set. 2017.

VASCONCELOS, Ana M. et al. Serviço social e práticas democráticas na saúde. In: BRAVO, Maria Inês Souza et al. (Org.). **Serviço social e saúde**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 242-272.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel: 1951-1978**. São Paulo: Cortez, 1983.

YAZBEK, Maria Carmelita. A assistência social na prática profissional: histórias e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 27, n. 85, p. 123-132, mar. 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Formulário

I- Identificação dos sujeitos da pesquisa

I- Formação e Qualificação profissional

1- Tempo de conclusão da Graduação: _____

2- Unidade de formação profissional: _____

3- O nível de sua qualificação profissional é:

() bacharelado () especialista () mestre () doutor

4. Além da graduação em Serviço Social, tem outra graduação? Se afirmativo, Qual? _____

5- Tempo de trabalho na Política de Assistência Social? _____

6- Tempo de trabalho no Setor atual? _____

7- Tempo de trabalho com famílias. _____

II - Sobre o trabalho com famílias

1- Assinale a partir de:

01- Muito importante 05- Pouco importante 10 – Nenhuma importância

Os valores que orientam o seu trabalho cotidiano?

() Harmonia

() Liberdade

() Estabilidade social

() Defesa e direitos

() Democratização

() Alteridade

() Coesão social

() Ordem

() Pluralismo

() Hierarquia

APÊNDICE 2 - Grupo focal



Ao analisar a charge acima, argumente sobre família e desigualdade social.



Em relação à charge acima, comente a importância da família na orientação do seu trabalho como assistente social

“Aqui nesse barco
 Ninguém quer a sua orientação
 Não temos perspectivas
 Mas o vento nos dá a direção
 A vida que vai à deriva
 É a nossa condução
 Mas não seguimos à toa
 Não seguimos à toa”
 (Arnaldo Antunes)

A partir o extrato da música acima, quais os desafios cotidianos no trabalho com famílias na PAS?

Qual a concepção de família que orienta seu trabalho?